DIÁRIO DE NOTÍCIAS
DE SÃO PAULO

EDIÇÃO NACIONAL

ISSN 2675-6676

R$ 6,00

www.diariodenoticias.com.br | ANO XXXVIII • Nº 8138 • SÃO PAULO, QUINTA-FEIRA, 23 DE MAIO DE 2024 | DIRETOR RESPONSÁVEL: MÁRCIO ANTÔNIO LOPES DA COSTA

Toffoli aponta conluio entre Moro e Lava Jato contra Marcelo Odebrecht

Política Pág.03

Ministro derrubou todos os processos e investigações contra o empresário

Houve "conluio processual" entre o ex-juiz Sérgio Moro e a Operação Lava Jato, e os direitos de Marcelo Odebrecht foram violados nas investigações e ações penais da força-tarefa, apontou a decisão do ministro Dias Toffoli, do STF, que derrubou terça-feira, 21, todos os processos e investigações contra o empresário. Segundo Toffoli, o que poderia e deveria ter sido feito na forma da lei para combater a corrupção foi realizado de maneira clandestina e ilegal. "Nota-se, portanto, um padrão de conduta de determinados procuradores integrantes da força-tarefa da Lava Jato, bem como de certos magistrados que ignoraram o devido processo legal, o contraditório, a ampla defesa e a própria institucionalidade para garantir seus objetivos - pessoais e políticos -, o que não se pode admitir em um Estado Democrático de Direito", diz um trecho da decisão.

(Foto: Ton Molina/Estadão Conteúdo)



Decisão de Toffoli coloca Moro no centro das ilegalidades que caracterizaram as ações e investigações conduzidas pela força-tarefa de Curitiba.

Esportes Pág.07

Polêmica no Brasileirão: Palmeiras e São Paulo são 'beneficiados' com volta dos jogos

Medicina e Saúde Pág.11

Impacto da pandemia: Saúde mental de jovens preocupa pais e profissionais de saúde

Economia Pág.04

Apesar de arrecadação recorde no ano, especialistas veem desaceleração

A forte arrecadação acumulada nos quatro primeiros meses deste ano, com alta de 8,3% em termos reais, gerou clima de alívio no Ministério da Fazenda, mas, entretanto, especialistas dizem que parte dos gastos do Orçamento está subestimada e há sinais de desaceleração.

Política Pág.03

Câmara aprova PL que pune ocupações de terras e prédios públicos

Por 336 votos contra 120, a Câmara aprovou ontem, 22, projeto que pune os autores de ocupações de terras rurais e prédios públicos no Brasil. O texto, que recebeu apoio da bancada ruralista, busca atingir as ações do MST.

ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

8 em cada 10 entrevistados se esforçam para ter uma alimentação saudável

52% consideram a comida saudável sem gosto

71% estão satisfeitos com a própria alimentação

43% preferem produtos mais saudáveis mesmo que tenham que pagar caro

Entre o saudável e o melhor sabor **61%** preferem os alimentos mais saborosos

ONDE BUSCAM INFORMAÇÕES SOBRE ALIMENTAÇÃO E SAÚDE	
Internet	40%
Televisão	24%
Médicos e nutricionistas	18%

FONTE Fiesp — INFOGRAFFO

Meio Ambiente Pág.13

Natureza Urbana 2024: Como as cidades estão se mobilizando para celebrar a biodiversidade

Internacional Pág.05

Noruega, Irlanda e Espanha anunciam reconhecimento do Estado palestino, em movimento histórico

Geral Pág.06

Fachin arquiva inquérito contra Jucá e Renan por denúncia não comprovada

Após o ministro Dias Toffoli derrubar todos os atos da Lava Jato contra o empresário Marcelo Odebrecht, o ministro do STF Edson Fachin arquivou um inquérito da força-tarefa sobre o suposto pagamento de R$ 5 milhões em propinas, pela Odebrecht, ao ex-senador Romero Jucá e ao senador Renan Calheiros, ambos do MDB, em troca da atuação deles na aprovação de uma MP em 2013.

Economia Pág.04

Cade aprova novos acordos para Petrobras manter refinarias

(Foto: Petrobras/Divulgação)



A obrigação de alienação de oito refinarias - três unidades foram vendidas - foi firmado entre o Cade e a Petrobras durante a gestão Bolsonaro.

As novas versões dos acordos com a Petrobras na área de refino e gás, que autoriza a estatal a manter cinco refinarias que estavam no plano de vendas desde 2019, foram aprovadas ontem, 22, pelo Cade. A obrigação de alienação de oito refinarias - três unidades foram vendidas - foi firmada entre o Cade e a petrolífera no governo Bolsonaro.

Economia Pág.04

Suinocultura do RS teve perda de R$ 40 milhões com chuvas

O prejuízo direto à criação de suínos causada pelas chuvas no RS alcançou R$ 40 milhões, conforme estimativa da Associação de Criadores de Suínos do Rio Grande do Sul (Acsurs). O valor engloba os danos materiais em até 40 propriedades e a perda de 12,6 mil animais.

Internacional Pág.05

No Reino Unido, Sunak confirma eleição para 4 de julho, após 14 anos de governo conservador

Política Pág.03

Para 52% dos deputados federais, governo Lula está no rumo errado

Internacional Pág.05

EUA pressionam Israel a reverter decisão de apreender equipamentos da 'Associated Press'

Esportes Pág.07

Brasil garante dupla olímpica de saltos ornamentais para Paris-2024

Política Pág.03

Maior parte da Câmara desaprova PEC que turbina salário de juízes

Leis e Projetos Pág.02

Salários em alta: Câmara aprova reajuste para diversas áreas do serviço público

Contexto Jurídico Pág.10

Reviravolta na Lava Jato: STF anula pena de Dirceu e surpreende o país

Esportes Pág.07

Escândalo na quadra: homem é preso por filmar atletas em situações constrangedoras

INDICADORES FINANCEIROS

Salário Mínimo	R$ 1.412,00
IPCA (IBGE) - mês	0,38%
IGP-M (FGV) - mês	0,31%
IPC (FIPE) - mês	0,33%
TR pré	0,0921%
Taxa básica financeira - TBF	0,8028%
Ibovespa (pontos)	125.650
Poupança (mês)	0,56%
CDB pré 30 dias - ano	10,07%
CDB pré 90 dias - ano	10,05%
CDI acumulado - mês	0,60%
CDI anualizado	10,40%
Dólar comercial	R$ 5,1560/R$ 5,1560
Dolar turismo	R$ 5,1690/R$ 5,3490
Euro turismo	R$ 5,5790/R$ 5,5800

LEIS & PROJETOS

EDIÇÃO NACIONAL

Proposta proíbe cumprimento de ação de despejo no Natal e em recessos parlamentar e judiciário

Compreendo. O Projeto de Lei 1093/24 tem como objetivo suspender ações de desocupação e despejo durante o Natal e os recessos do Congresso Nacional e do Judiciário. Essa proibição se aplica tanto a imóveis urbanos quanto rurais, sejam eles privados ou públicos, desde que se destinem à moradia ou à produção.

De acordo com a proposta, as desocupações ficam proibidas no período de 1º de dezembro a 1º de fevereiro e de 17 de julho a 1º de agosto. Durante esses intervalos, não serão permitidas medidas preparatórias ou negociações para efetivar a remoção, e os processos relacionados deverão permanecer paralisados.

Após o término da suspensão, está prevista a realização de audiências judiciais entre as partes interessadas, com a presença do Ministério Público e da Defensoria Pública, além de uma vistoria na área em questão.

A deputada Carol Dartora (PT-PR), autora da proposta, destaca que é durante os recessos e celebrações que muitos governos estaduais, em conjunto com os municípios, aproveitam para realizar despejos forçados. Isso ocorre exatamente quando as famílias têm menos condições de denunciar as violências decorrentes do despejo e de reivindicar garantias mínimas de direitos.

Segundo o Mapeamento Nacional de Conflitos pela Terra e Moradia, organizado pela Campanha Despejo Zero, 282 mil famílias correm o risco de ser despejadas no país. A realização desses despejos próximo ao Natal e Ano Novo é considerada brutal e representa um grau de violência irreparável por parte do Estado para famílias que já enfrentam extrema precariedade. A deputada Carol Dartora também ressalta que os despejos durante os recessos judiciário e parlamentar abrem espaço para abusos de autoridade por parte da administração pública. Os próximos passos incluem a análise da proposta pelas comissões de Administração e Serviço Público, bem como pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Projeto fixa prazo para INSS analisar documentação de pescador e pagar seguro-defeso

O Projeto de Lei 848/24 propõe um prazo de dez dias úteis para que o INSS analise a documentação dos pescadores artesanais que buscam o seguro-defeso. Esse benefício é concedido aos pescadores durante o período em que a atividade pesqueira é proibida. De acordo com a proposta, após vencido esse prazo, a concessão do benefício será automática, e o valor será depositado em uma conta vinculada ao CPF do pescador em até cinco dias úteis. O projeto, de autoria do deputado Wolmer Araújo (Solidariedade-MA), visa corrigir uma lacuna na Lei do Seguro-Defeso, que não estabeleceu um prazo específico para a análise da documentação pelo INSS. Essa falta de definição tem resultado em atrasos na concessão do benefício.

A situação é preocupante, pois os pescadores ficam privados de sua fonte de sustento, o que impacta diretamente na subsistência de suas famílias. Considerando os avanços tecnológicos, o prazo proposto é mais do que suficiente para uma análise minuciosa dos documentos. Os próximos passos incluem a análise do PL 848/24 nas comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família; Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Enfermeiros pedem jornada de 30 horas e recebem apoio na Câmara

A discussão sobre a jornada de trabalho e o piso salarial dos enfermeiros é crucial para garantir melhores condições para esses profissionais. Vamos analisar os pontos levantados:

1. Jornada de 30 horas semanais:

• Enfermeiros e parlamentares defendem a redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais. Essa medida visa melhorar a qualidade de vida dos profissionais, permitindo mais tempo para descanso e recuperação. A proposta de emenda à Constituição (PEC 19/24) do Senado busca estabelecer essa jornada específica para enfermeiros, reconhecendo a importância desse ajuste na rotina desses profissionais.

2. Piso salarial nacional:

• O piso salarial de R$ 4.750, definido pela Lei 13.434/22, é um marco importante para valorizar a categoria. No entanto, há divergências quanto à interpretação desse valor. O Supremo Tribunal Federal (STF) entende que o piso se refere a uma jornada de trabalho de 8 horas diárias ou 44 horas semanais. Essa interpretação tem sido criticada pelos participantes da audiência na Câmara dos Deputados.

• A Emenda Constitucional 127 destina recursos para pagar o piso da enfermagem no setor público, reforçando a importância desse valor mínimo.

3. Decisão do Supremo e desmoralização do Congresso:

• Deputados e enfermeiros consideram a decisão do STF uma "manobra" para evitar a efetivação do piso salarial estabelecido pelo Legislativo.

• A deputada Alice Portugal destaca que o Congresso Nacional não pode ser desmoralizado, especialmente após a sanção da lei e a promulgação de emendas constitucionais.

• A deputada Erika Kokay reforça a necessidade de respeitar a decisão dos parlamentares e garantir o reconhecimento do valor dos profissionais da enfermagem.

4. Origem de recursos:

• O deputado Mauro Benevides Filho ressalta que, apesar das divergências, é importante prever a origem de recursos para pagar os enfermeiros. Ele questiona o valor do superávit e a carga horária para encontrar alternativas viáveis.

Em resumo, a busca por melhores condições de trabalho e valorização dos enfermeiros é fundamental para a saúde pública no Brasil. A discussão deve considerar tanto a jornada de trabalho quanto o piso salarial, garantindo que esses profissionais sejam reconhecidos e remunerados adequadamente.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Marcio Antonio Lopes da Costa
Diretor

Marcos Henrique
Comercial

www.diariodenoticias.com.br
site

Amaury Marques Administração
Elaine Fernandes Financeiro

Valter Lana
Editor responsável

redacao@diariodenoticias.com.br
e-mail

Contato: 55 11 5584-0035
marcio@diariodenoticias.com.br

Periodicidade: DIÁRIA

AMS EDITORA LTDA
Av. Nove de Julho, 4939 - cj. 76 B
Jd. Paulista - Cep. 01407-200
CNPJ nº 00.559.976/0001-07
São Paulo - SP

Administração:
Rua Samuel Morse, 120, cj. 81
Cidade Monções - Cep. 04576-060
São Paulo - SP

Auditado e Certificado

ICP Brasil

AUTENTICIDADE DA PÁGINA
Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.

FUNDAÇÃO VANZOLINI
TIRAGEM AUDITADA
ANATEC

Câmara aprova reajuste de salários para várias categorias do serviço público

"A Câmara dos Deputados aprovou, na terça-feira, 21, o texto principal do Projeto de Lei 1213/24, proposto pelo Poder Executivo. Esse projeto visa reajustar os salários de diversas categorias, incorporando diferentes aumentos após negociações conduzidas nas mesas coordenadas pelo Ministério de Gestão. As principais beneficiadas são as carreiras ligadas à segurança pública.

O substitutivo apresentado pelo deputado Delegado Marcelo Freitas (União-MG) inclui acordos específicos para a Polícia Federal (PF), a Polícia Rodoviária Federal (PRF) e a Polícia Penal, com reajustes previstos para o período de 2024 a 2026.

Os maiores aumentos estão destinados aos policiais penais, que alcançarão um reajuste de 77,15% ao final da carreira (atingindo R$ 20 mil em 2026). Além disso, esses profissionais passarão a receber seus vencimentos na forma de subsídio, ou seja, sem valores adicionais incorporados à remuneração por decisões administrativas ou judiciais. A PRF também terá um reajuste significativo de 27,48% ao final da carreira (totalizando R$ 23 mil em 2026), enquanto os delegados da



(Foto: Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados)

Sessão do Plenário da Câmara.

PF receberão um aumento equivalente de 27,48% (atingindo R$ 41.350,00 em 2026).

Vale ressaltar que o projeto original abrangia apenas as carreiras da Agência Nacional de Mineração (ANM), da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), de Tecnologia da Informação e de analistas de política social. Seu conteúdo era similar ao da Medida Provisória 1203/23, que perderá a validade em 31 de maio. O deputado Freitas destacou que recebeu diversos pedidos de mudança de várias carreiras públicas, visando ao aumento salarial ou à alteração de cargos. Ele enfatizou a importância de seguir duas diretrizes sólidas: o respeito aos acordos firmados entre as categorias e o Executivo, por meio da Mesa Nacional de Negociação Permanente, e a estrita observância dos limites orçamentários estabelecidos pelo Arcabouço Fiscal."

Projeto reserva vagas em empresas para jovens sem experiência



(Foto: Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados)

O autor da proposta, deputado Jonas Donizette.

"O Projeto de Lei 1163/24, atualmente em análise na Câmara dos Deputados, propõe a reserva de vagas em empresas com mais de 50 funcionários com o objetivo de facilitar a entrada de jovens no mercado de trabalho. Essas vagas serão criadas por meio de novas contratações, considerando a média do total de empregados registrados entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de cada ano.

De acordo com a proposta, as empresas deverão reservar 1% das novas vagas para jovens entre 18 e 29 anos, arredondando qualquer fração para cima. Mesmo as empresas com 50 a 100 empregados deverão garantir pelo menos um posto de trabalho para esses jovens.

Vale ressaltar que apenas os vínculos estabelecidos nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) serão considerados como primeiro emprego. Isso significa que contratos de experiência, aprendizagem, trabalho intermitente ou avulso não serão contabilizados para efeito dessa lei.

Além disso, a prioridade na contratação será dada aos jovens cujas famílias estejam inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) e estejam em situação de pobreza. Por fim, a jornada de trabalho deverá ser compatível com a frequência em instituições de ensino.

O deputado Jonas Donizette (PSB-SP), autor da proposta, destaca a importância de apoiar o primeiro emprego, especialmente considerando as altas taxas de desemprego entre os jovens, conforme apontado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua."

PL define regras para garantir o pleno acesso de pessoas com deficiência à telemedicina

O Projeto de Lei 933/24 visa estabelecer regras para garantir o pleno acesso de pessoas com deficiência à telemedicina. Atualmente, a Câmara dos Deputados está analisando essa proposta.

De acordo com o texto, as plataformas de telemedicina serão obrigadas a adotar princípios fundamentais, incluindo universalidade, acessibilidade, transparência, equidade e segurança da informação. Além disso, as plataformas deverão oferecer suporte à Língua Brasileira de Sinais (Libras) com transcrição em tempo real durante as consultas virtuais.

O deputado Samuel Viana (Republicanos-MG), autor do projeto, argumenta que é necessário preencher lacunas legais relacionadas à inclusão e acessibilidade no contexto da telemedicina. Ele destaca que a legislação precisa ser atualizada para garantir recursos de acessibilidade, como legendas em tempo real, interpretação em Libras e interfaces adaptadas para pessoas com deficiência visual.

Dentre os recursos de acessibilidade previstos no projeto, destacam-se:

• Legendas: As consultas virtuais devem ser acompanhadas por legendas para facilitar a compreensão.

• Ampliação de fontes: A possibilidade de ajustar o tamanho das fontes para melhor leitura.



(Foto: Pablo Valadares/Câmara dos Deputados)

O autor da proposta, deputado Samuel Viana.

• Prescrição de receitas médicas em braile: Para atender às necessidades de pessoas cegas ou com baixa visão.

• Controle de contraste: Garantindo que a interface seja legível para todos.

• Navegação por voz: Facilitando o uso para pessoas com deficiências motoras.

• Interfaces adaptativas para deficiências motoras: Tornando a plataforma acessível a todos.

Além disso, a proposta estabelece que os profissionais de saúde que atuam em telemedicina devem passar periodicamente por treinamentos em atendimentos inclusivos. As plataformas também poderão manter um profissional auxiliar on-line para realizar a transcrição em linguagem acessível a pessoas surdas ou com deficiência auditiva.

As plataformas de telemedicina que não adotarem essas medidas estarão sujeitas a penalidades, incluindo multas progressivas e suspensão temporária das operações.

O detalhamento das regras de acessibilidade na telemedicina será definido pelo Poder Executivo, em conjunto com o Conselho Nacional de Saúde, em até 30 dias após a publicação da futura lei.

Os próximos passos incluem a análise do projeto pelas comissões de Saúde, de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

POLÍTICA

EDIÇÃO NACIONAL

Toffoli aponta ilegalidades de Moro ao derrubar processos contra Marcelo Odebrecht na Lava Jato

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), derrubou terça-feira, 21, todos os processos e investigações contra o empresário Marcelo Odebrecht na Operação Lava Jato. A decisão afirma que houve "conluio processual" entre o ex-juiz Sérgio Moro e a força-tarefa de Curitiba e que os direitos do empresário foram violados nas investigações e ações penais.

"O que poderia e deveria ter sido feito na forma da lei para combater a corrupção foi realizado de maneira clandestina e ilegal", justificou Toffoli.

Ao declarar a "nulidade absoluta de todos os atos processuais" contra Marcelo Odebrecht na Lava Jato, o ministro determinou que os inquéritos e processos envolvendo o empresário sejam trancados.

"Nota-se, portanto, um padrão de conduta de determinados dos procuradores integrantes da força-tarefa da Lava Jato, bem como de certos magistrados que ignoraram o devido processo legal, o contraditório, a ampla defesa e a própria institucionalidade para garantir seus objetivos - pessoais e políticos -, o que não se pode admitir em um Estado Democrático de Direito", diz um trecho da decisão.

(Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil)



Decisão de Toffoli coloca Moro no centro das ilegalidades que caracterizaram as ações e investigações conduzidas pela força-tarefa de Curitiba.

Réu confesso, Marcelo Odebrecht fechou acordo de colaboração com a força-tarefa de Curitiba e admitiu propinas a centenas de agentes públicos e políticos de diferentes partidos. Ele era presidente da construtora que leva o sobrenome da família quando a Lava Jato estourou em 2014 e prendeu os principais executivos do grupo. A defesa agora alega que o empresário foi forçado a assinar a delação.

Em sua decisão, Toffoli afirma que as conversas revelam que Sergio Moro e os procuradores combinaram estratégias contra Marcelo Odebrecht.

Boa parte da Câmara acha improvável aprovação de PEC que turbina salário de juízes, diz Quaest

Nova pesquisa da Quaest divulgada ontem, 22, aponta que boa parte da Câmara dos Deputados avalia como improvável a aprovação da PEC do Quinquênio, que cria mais um adicional ao salário de juízes e procuradores fora do limite estabelecido pela Constituição. De acordo com o instituto, 40% dos parlamentares duvidam que o texto passe pelo crivo da Casa.

Apenas 17% dos deputados acreditam que o texto vai ser aprovado pela Câmara. Outros 37% responderam que é nem provável e nem improvável o aval da Casa ao benefício dado para os juízes e procuradores.

O estudo foi feito a partir de entrevistas presenciais com 183 deputados federais entre os dias 29 de abril e 20 de maio. Os parlamentares foram selecionados com base na divisão da Câmara dos Deputados em regiões do País e em grupos ideológicos dos partidos. A margem de erro é de 4,8 pontos porcentuais para mais ou para menos.

A PEC é de autoria do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e prevê a volta do pagamento de Adicional por Tempo de Serviço (ATS) para carreiras do Judiciário e do Ministério Público a cada cinco anos e, por isso, é chamado de quinquênio. O texto que tramita no Congresso estabelece um acréscimo de 5% nos salários a cada período, que podem chegar até o máximo de 35% do teto constitucional.

Brasil está indo na direção errada com Lula, avaliam deputados em pesquisa da Quaest

(Foto: AFP)



Na avaliação geral do governo, 42% dos parlamentares acham que o presidente está fazendo um mandato ruim e 32% julgam positivamente o trabalho.

Deputados federais acreditam que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) está indo na direção errada. É o que aponta a nova pesquisa do instituto Genial/Quaest divulgada ontem, 22. Segundo o estudo, 52% dos parlamentares acreditam que o Brasil não está em bons rumos, enquanto 38% acham que sim. Outros 10% não sabem ou não responderam.

O estudo foi feito a partir de entrevistas presenciais com 183 deputados federais entre os dias 29 de abril e 20 de maio. Os parlamentares foram selecionados com base na divisão da Câmara dos Deputados em regiões do País e em grupos ideológicos dos partidos. A margem de erro é de 4,8 pontos porcentuais para mais ou para menos.

A pesquisa divulgada pela Quaest é a segunda feita com os deputados durante o terceiro mandato de Lula. Em agosto do ano passado, 42% acreditavam que o Brasil estava indo na direção errada, o que evidencia um crescimento da avaliação negativa em 10 pontos porcentuais. Na época, 52% elogiavam os rumos tomados pelo governo, o que mostra um recuo de 14 pontos porcentuais.

Na avaliação geral do governo Lula, 42% dos deputados acham que o presidente está fazendo um mandato ruim e 32% julgam positivamente o trabalho feito pelo governo. Outros 26% acreditam que a gestão do petista é regular e 1% não sabe ou não respondeu.

Na pesquisa feita em agosto do ano passado, a avaliação positiva era de 35%, o que mostra uma oscilação negativa dentro da margem de erro. A rejeição, por sua vez, era de 33%, nove pontos porcentuais a menos do que o estimado no estudo divulgado nesta quarta-feira.

Os deputados estão divididos sobre a capacidade de Lula aprovar a sua agenda de governo. Segundo a Quaest, 47% dos parlamentares acreditam que o Executivo conseguirá aprovar suas pautas no Congresso, enquanto os mesmos 47% observam que isso não será possível. Outros 6% não sabem ou não responderam.

Mirando MST, Câmara aprova projeto que pune ocupações de terras

A Câmara dos Deputados aprovou ontem (22) o texto-base do projeto que pune quem promover ou realizar ocupações de terras rurais e prédios públicos no Brasil. Aprovado por 336 votos contra 120, o texto recebeu apoio da bancada ruralista e tem como um dos objetivos atingir as ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Ao apresentar o projeto no ano passado, o deputado Marcos Pollon (PL-MS) justificou que ele era necessário devido às ocupações promovidas pelo MST. "O Brasil acompanhou aflito a uma onda de ações criminosas, estimulada pelo MST, conhecida como "Carnaval Vermelho", que tinha por objetivo a ocupação ilegal de propriedades privadas. Ações terroristas se estenderam por diversos estados do Brasil", disse o parlamentar.

Pelo texto, quem participar de ocupação ou invasão de propriedades rurais privadas, públicas ou de prédios públicos, fica proibido de ser beneficiário de reforma agrária, de receber qualquer benefício do governo federal, como o Bolsa Família ou participar do Minha Casa Minha Vida, de participar de concurso público, entre outras restrições.

(Foto: Lula Marques/ Agência Brasil)



Destaques serão votados na quarta (22); texto ainda vai para o Senado.

Além do governo, encaminharam o voto contrário ao projeto os partidos PT, PCdoB, PV, PSB, PSOL e Rede. As demais legendas apoiaram a medida. A Câmara ainda precisa votar alguns destaques que pretendem alterar o texto. Em seguida, o projeto segue para o Senado.

Para a deputada federal Erika Kokay (PT/DF), o texto é inconstitucional por criminalizar a luta pela reforma agrária.

"Ele tem um único objetivo: criminalizar os movimentos sociais. O maior movimento social da América Latina, o MST, eles querem criminalizar. E eu entendo por que eles têm raiva do MST: porque o MST trabalha com a democratização da terra, trabalha para fazer valer o fato de que a terra tem que ter uma responsabilidade social", justificou.

Prefeitura de SP recusa emendas de Tabata e de aliada de Boulos para financiar obras do PAC

A Prefeitura de São Paulo recusou emendas das deputadas Tabata Amaral (PSB) e Erika Hilton (PSOL), aliada de Guilherme Boulos (PSOL), para construir quatro Centros de Atenção Psicossocial (Caps) em projetos que ela própria cadastrou no Programa de Aceleração do Crescimento Seleções (PAC Seleções). Tabata e Boulos são pré-candidatos à Prefeitura de São Paulo e disputarão a eleição contra o atual prefeito Ricardo Nunes (MDB)

A Prefeitura disse ao Estadão que preferiu priorizar a construção de Unidades Básicas de Saúde (UBS), mas mudou a justificativa apresentada a Tabata para recusar os recursos. No total, as emendas das duas parlamentares somam R$ 10 milhões.

Ao rejeitar a emenda, a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo (SMS) havia informado ao gabinete da deputada do PSB que não tinha a titularidade dos terrenos onde as obras seriam realizadas e que o dinheiro destinado pelas parlamentares era insuficiente para bancar as construções. Contudo, as áreas onde os Caps seriam construídos foram definidas pela própria SMS. Já o valor das obras é tabelado pelo Ministério da Saúde.

A Hilton, a pasta disse que o terreno tem um "declive acentuado" que impossibilita a construção. A parlamentar do PSOL remanejou a emenda para o Rio Grande do Sul, destruído pelas chuvas e enchentes que assolam o Estado.

Em nota ao Estadão, porém, a SMS disse que as emendas "não são suficientes nem para começar as obras", mas não detalhou quanto as ações custariam em sua avaliação.

"Para as Unidades Básicas de Saúde (UBS), o PAC ofereceu 50%, e a SMS optou por priorizar a construção de novas UBSs por se tratar de uma prioridade da população e porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS)", acrescentou. O percentual é referente à parcela que seria custeada com recursos do PAC. Pela tabela, uma UBS pode custar de R$ 2 milhões a R$ 6,5 milhões a depender do modelo.

A pasta também afirmou que a prefeitura é dona dos terrenos, mas não explicou o motivo de ter dito o oposto ao gabinete de Tabata A reportagem perguntou se houve erro da secretaria ao indicar um terreno em que o Caps supostamente não poderia ser construído, mas não houve resposta.

"É lastimável e completamente anti-republicano o prefeito se apequenar ao ponto de recusar recursos que seriam tão importantes para as periferias de São Paulo. Esse cálculo político mesquinho só demonstra que ele não pensa na população, só na eleição", disse a deputada Tabata Amaral.

Erika Hilton, por sua vez, afirma que Nunes recusou receber milhões de reais em emendas por "pura questão ideológica". "Depois que a Prefeitura negou nossa emenda, eu e Guilherme Boulos quebramos a cabeça pra encontrar uma solução pra não perdermos o recurso que Nunes negou", disse ela.

Secretário declarou ter posse dos terrenos; pasta disse o contrário em e-mail à parlamentar

O governo federal criou uma regra para incentivar os deputados federais a indicarem recursos das emendas individuais para as obras do PAC Seleções: a cada emenda destinada ao programa, os parlamentares ganharam direito a indicar outra no mesmo valor e para o mesmo tipo de obra.

Tabata Amaral indicou R$ 2,5 milhões para a construção de uma nova sede do Caps Álcool e Outras Drogas (AD) de Ermelino Matarazzo e mais R$ 2,5 milhões para o novo prédio do Caps AD do Jardim Nélia, ambos na Zona Leste.

As novas instalações são necessárias para as unidades passarem da modalidade assistencial nível II para nível III, o que permitiria o funcionamento 24 horas das unidades, inclusive aos feriados e fim de semana, com até cinco leitos para acolhimento noturno.

Como "bônus", a deputada ganhou direito de indicar R$ 5 milhões para obras em dois outros Caps. Ela escolheu passar o Caps Infantojuvenil de Guaianases, também na zona leste, para o nível III, e construir um Caps dessa mesma categoria na cidade de Campinas.

Todos os projetos são cadastrados pelas prefeituras, que precisam indicar em quais terrenos as obras serão feitas. Foi o que fez o secretário municipal de Saúde de São Paulo, Luiz Carlos Zamarco.

Ele enviou três ofícios ao Ministério da Saúde no dia 10 de novembro de 2023 nos quais declara que o município tem a "posse mansa, pacífica e regular" dos três terrenos indicados para a construção dos Caps ou a "titularidade" destes.

A declaração da posse pacífica ou da titularidade é uma exigência do governo federal para que as propostas apresentadas pelas prefeituras sejam habilitadas e possam receber recursos do PAC Seleções. Cabe aos deputados escolher para quais projetos aprovados enviar as emendas.

Mesmo com as declarações do secretário, a SMS informou ao gabinete de Tabata por e-mail no dia 9 de maio que "torna-se inviável o recebimento do recurso, visto que as unidades beneficiadas não dispõem da titularidade do imóvel pretendido para a implantação do Caps".

"Acrescentamos que o valor de R$ 2.496.000,00 (aproximadamente R$ 2,5 milhões) disponibilizado para investimento do Programa Nova PAC [sic], não alcançará o valor total da obra, que está estimado em R$ 8.000.000,00 (R$ 8 milhões)", continuou a pasta.

O valor de cada Caps, como acontece com os demais equipamentos de saúde, segue uma tabela do Ministério da Saúde e varia conforme a região e a modalidade. Para 2024, cada Caps AD nível III na região Sudeste, segundo a pasta, custa R$ 2,5 milhões, o que corresponde à verba destinada pela deputada para cada uma das três unidades escolhidas por ela.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

ECONOMIA

EDIÇÃO NACIONAL

IMPOSTO DE RENDA

CONSULTA AO 1º LOTE DE RESTITUIÇÃO

> Quinta-feira (23/05)

Mais de **5,5 milhões** de contribuintes serão contemplados

Valor total de crédito de **R$ 9,5 bi**

No RS, serão restituídas **886.260 declarações**

PRIORIDADE PARA O PAGAMENTO DA RESTITUIÇÃO

- Idoso com 80 anos ou mais
- Idoso com 60 anos ou mais, e pessoa com deficiência e com doença grave
- Contribuintes cuja maior fonte de renda é o magistério
- Contribuintes que usaram a declaração pré-preenchida e/ou optaram por receber a restituição por Pix
- Demais contribuintes

CRONOGRAMA DE RESTITUIÇÃO

LOTE	QUANDO
1º	31 de maio
2º	28 de junho
3º	31 de julho
4º	30 de agosto
5º	30 de setembro

COMO CONSULTAR

Acessar a página da Receita na internet e clicar na opção "Meu Imposto de Renda" em seguida "Consultar a Restituição"

FONTE Receita Federal INFOGRAFFO

Criadores estimam perda de R$ 40 milhões no RS com morte de suínos e danos a propriedades

A Associação de Criadores de Suínos do Rio Grande do Sul (Acsurs) estima que o prejuízo direto à atividade provocado pelas chuvas no Estado alcançou R$ 40 milhões. O valor é parte de estudo preliminar realizado pela associação e engloba tanto os danos materiais em até 40 propriedades quanto a perdas de animais, com a morte de 12,6 mil suínos seja por afogamento, levados pelas águas ou por deslizamentos, informou o presidente da Acsurs, Valdecir Folador.

Segundo ele, os danos totais ou parciais atingiram entre 25 mil m² e 26 mil m² de área construída. "Estimamos um custo de R$ 30 milhões para reconstrução das propriedades e suas estruturas, mas não sabemos se o valor será esse, pois alguns produtores podem desistir da suinocultura", explicou Folador.

O presidente da associação também ponderou que há prejuízos difíceis de serem calculados, pois envolvem desafios de alimentação aos plantéis, provocados por problemas de logística, como a destruição de estradas. "Em alguns casos, o acesso às granjas só foi restabelecido uma semana depois. Muitos animais tiveram restrição alimentar, o que trará prejuízos posteriores", disse.

As regiões do Vale do Taquari, da Serra Gaúcha e do Vale do Caí concentraram os impactos das chuvas sobre a suinocultura do Rio Grande do Sul.

IVA será tão menor quanto maior for a base de arrecadação, afirma Haddad

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem, 22, que a alíquota do novo Imposto Sobre Valor Agregado (IVA), instituído pela reforma tributária, depende da base arrecadatória. Ele garantiu, no entanto, que o nível do IVA será muito menor do que os impostos vigentes hoje.

"O IVA será tão menor quanto maior for a base de arrecadação", disse Haddad, durante audiência na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados para discutir a política econômica do País. Ele também reforçou o princípio da reforma em manter a carga tributária estável.

Haddad elogiou ainda a instalação do Grupos de Trabalho (GTs) da reforma tributária anunciados na terça-feira pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e reiterou que o segundo projeto de lei complementar que vai regulamentar a reforma será enviado na próxima semana.

O ministro voltou a dizer que o gasto tributário subiu de 2% para 6% do Produto Interno Bruto (PIB) em 20 anos e reforçou que o ajuste fiscal feito pelo atual governo tem sido praticado "sem doer em famílias, empresários e sem prejuízo ao social". "Escolhemos o caminho mais difícil porque existem vários pequenos ajustes que somados vão resolver o nosso problema fiscal, que conforme eu disse, foi herdado", disse.

Muitas vezes quem dá o ritmo do ajuste fiscal é o Congresso, afirma Haddad

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem, 22, que, apesar do desejo da área econômica em fazer ajustes fiscais necessários nas contas públicas o mais rápido possível, cabe ao Congresso Nacional verificar o ritmo da aprovação das propostas. "O Congresso que dá ritmo, não o Executivo", disse o ministro, durante audiência na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados para discutir a política econômica do País.

Haddad reforçou que as propostas da área econômica vão ensejar debate na Câmara e aperfeiçoamentos durante o processo de tramitação. O ministro disse acreditar que o governo está indo "bastante bem" no que diz respeito à agenda fiscal.

Ele voltou a citar o passivo fiscal existia na passagem da gestão do ex-presidente da República Jair Bolsonaro para o atual governo, que, segundo ele, precisou ser enfrentado.

O caminho escolhido, reforçou, foi cortar gastos tributários que não se justificavam do ponto de vista social. Ele reconheceu o trabalho de parceria feito entre Fazenda e Congresso, já que a equipe econômica enviou demandas consideradas "delicadas" à sociedade, ao citar nominalmente a proposta que previa o fim do Perse.

Haddad diz que relatório de receitas e despesas a ser divulgado hoje cumpriu as expectativas

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem, 22, que o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 2º bimestre de 2024, que será divulgado nesta mesma data, cumpriu as expectativas da equipe econômica. "Primeiro quadrimestre foi quadrimestre que cumpriu nossas expectativas. Expectativas que eram consideradas exageradas até outro dia, por enquanto estão acontecendo, tanto do ponto de vista do crescimento, inflação, geração de emprego, do ponto de vista fiscal", disse, durante audiência na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados para discutir a política econômica do País.

Haddad citou que diversas medidas estão sendo tomadas e que as contas estão equilibradas, com inflação controlada e núcleos rodando abaixo da meta de 3%, classificada por ele como "exigentíssima para as condições do Brasil". Apesar das melhorias nos indicadores, Haddad ponderou que ainda existem muitas críticas em torno dos trabalhos tocados pelo governo.

Cade aprova novas versões de acordos e Petrobras poderá manter parque de refino

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou ontem, 22, as novas versões dos acordos com a Petrobras na área de refino e gás, o que autoriza a estatal a manter cinco refinarias que estavam no plano de vendas desde 2019. Em troca de ser liberada dos desinvestimentos, o que inclui preservar a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG), a estatal se comprometeu a adotar compromissos majoritariamente comportamentais, o que foi aceito pelo órgão antitruste.

A obrigação de alienação de oito refinarias - três unidades foram vendidas - foi firmado entre o Cade e a Petrobras durante a gestão de Jair Bolsonaro, em resposta às preocupações do conselho em conter o risco de abuso de posição dominante pela petroleira. Com o início do mandato do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, contudo, a Petrobras indicou que não gostaria de seguir com o plano de vendas. Portanto, oficializou no fim do ano passado ao Cade seu desejo em alterar os Termos de Compromisso de Cessação (TCCs), que são tradicionalmente firmados entre o órgão e empresas investigadas por suposta infração à ordem econômica.

(Foto: EBC)



A obrigação de alienação de oito refinarias - três unidades foram vendidas - foi firmado entre o Cade e a Petrobras durante a gestão Bolsonaro.

Ao propor novos compromissos ao Cade, a estatal argumentou que há mudança econômica e geopolítica global que demanda investimentos em refinarias nacionais para incrementar a capacidade de abastecimento do mercado interno. Disse ainda existirem "amplas alternativas" de suprimento para refinarias independentes, que mitigariam o risco de aumento de custos de rivais da Petrobras.

Ao votar no caso, a conselheira Camila Alves afirmou que compromissos assumidos pela Petrobras reduzem assimetria de informação, fornecendo "transparência" e facilidade na detecção de práticas anticoncorrenciais.

Arrecadação recorde traz alívio a governo, mas mercado vê desaceleração

(Foto: EBC)



Se o espaço extra no Orçamento pode abrir caminho para um desbloqueio de despesas no Orçamento - apesar da avaliação de especialistas de que parte dos gastos está subestimada -, do lado das receitas o clima era na terça-feira de alívio no Ministério da Fazenda com a forte arrecadação acumulada nos quatro primeiros meses deste ano. Os números divulgados pela Receita Federal foram recordes para o período, com uma cifra de R$ 886,6 bilhões - o que representou um crescimento de 8,3% em termos reais, ou seja, já descontada a inflação. A avaliação de técnicos da pasta é de que essa agenda arrecadatória tem se mostrado bem-sucedida, mas, ainda assim, será preciso vencer a disputa política dentro do governo para destravar uma ação mais efetiva de cortes de gastos. Apesar da arrecadação forte em abril, o economista Fábio Serrano, do BTG Pactual, afirma que o governo terá de incorporar no relatório bimestral de receitas e despesas pelo menos 60 dias de desoneração da folha de pagamento dos 17 setores intensivos em mão de obra, após decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal Cristiano Zanin de sustar liminar que suspendia a prorrogação do benefício fiscal. Ou seja, incorporar uma perda de arrecadação estimada em R$ 3,2 bilhões.

Na sua decisão, Zanin estabeleceu o prazo de dois meses para que governo e Congresso cheguem a um entendimento sobre projeto de lei que vai disciplinar o tema. Negociação semelhante acontece no caso dos municípios.

"O mais prudente seria reservar para o ano todo (a perda de arrecadação), mas o governo não é obrigado, porque o que temos até agora é que a desoneração está valendo por 60 dias", afirmou Serrano, fazendo referência ao acordo firmado entre empresários, Fazenda e Congresso para que a desoneração seja mantida durante todo o ano de 2024, com reoneração gradual somente a partir de 2025.

Desenrola chega ao fim beneficiando mais de 15 milhões de pessoas; 5 milhões da Faixa 1

O Desenrola Brasil terminou na segunda-feira, 20, beneficiando 15,06 milhões de pessoas com a negociação de R$ 53,07 bilhões em dívidas - valor que corresponde a 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB). De acordo com o Ministério da Fazenda, foi registrada uma redução de 8,7% da inadimplência entre a população mais vulnerável do país, considerada como público prioritário do programa. Deste grupo, foram alcançadas cinco milhões de pessoas, com a negociação de R$ 25,43 bilhões em débitos.

Um levantamento da Serasa, citado pela Fazenda, mostra que, de maio de 2023 a março de 2024, caiu de 25,2 milhões para 23,1 milhões o número de pessoas inadimplentes enquadradas na Faixa 1 "Os dados apontam para a reversão na trajetória de endividamento entre o público prioritário do programa", diz a pasta.

Segundo a Fazenda, na Faixa 1 do programa - que contempla pessoas com renda de até dois salários mínimos ou inscritas no CadÚnico, com dívidas que não podiam ultrapassar o valor atualizado de R$ 20 mil cada -, a média de descontos foi de 90% para pagamentos à vista e de cerca de 85% nos pagamentos parcelados. Além disso, o ticket médio foi de R$ 250 nas operações à vista e de R$ 1.031 nas renegociações parceladas.

Nas operações parceladas, a média das renegociações foi realizada em 13 prestações, com média de juros de 1,82% ao mês. Em alguns casos, os juros chegaram a 1,63%. Os setores que registraram os maiores volumes de renegociações foram os serviços financeiros (R$ 11,1 bilhões), que inclui os débitos de cartão de crédito; securitizadoras (R$ 1,6 bilhão) e comércio (R$ 1 bilhão). Os serviços não-financeiros com maior volume de operações foram os de contas de energia elétrica, conta de telefone, de internet e de água.

Os Estados onde tiveram mais pessoas beneficiadas foram São Paulo (25,3%), Rio de Janeiro (11,3%) e Minas Gerais (8,6%). Essas unidades federativas também lideraram em volume de renegociação (R$ 2,06 bilhões).

Congresso tem toda a legitimidade de disciplinar compras internacionais por lei, afirma Haddad

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem, 22, que o Congresso Nacional tem toda a legitimidade de disciplinar compras internacionais por lei, em referência à taxação das mercadorias até US$ 50, hoje isentas de imposto federal. O ministro disse que a preocupação da indústria e do comércio nacionais com compras internacionais é fundamentada, mas defendeu um entendimento entre os Três Poderes

Haddad avaliou que o programa Remessa Conforme, que mantém a isenção de imposto federal às compras internacionais até US$ 50, é delicado por envolver empresas que disfarçam venda comercial.

"Infelizmente, de cinco a seis anos para cá, essas empresas usaram expediente ilegal para passar como remessa para pessoa física o que era uma venda comercial", disse ele, durante audiência na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados.

O ministro ressaltou ainda os acordos firmados entre Executivo e Congresso em torno da desoneração da folha dos 17 setores e dos municípios.

"A MP 1202 que revogava a desoneração, que deu celeuma toda, está produzindo os efeitos esperados pela Fazenda", disse.

Haddad minimizou ainda as alterações feitas pelo Legislativo na proposta inicial da equipe econômica. Segundo ele, a Fazenda não tem pretensão de "levar tudo" e está disposta a negociar.

Haddad repetiu a missão de elevar as receitas a 18% do PIB e reduzir despesas, hoje de 19% do PIB. Ele ressaltou ainda que a dívida brasileira inspira cuidado por envolver a coordenação de Poderes da República.

O ministro voltou a dizer que o governo não estaria discutindo trajetória da dívida se não fossem reveses como a "tese do século" em 2017, que excluiu o ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

INTERNACIONAL

EDIÇÃO NACIONAL

No Reino Unido, Sunak confirma eleição para 4 de julho, após 14 anos de governo conservador

(Foto: EBC)



O primeiro-ministro do Reino Unido, Rishi Sunak lembrou que a campanha acontecerá em um momento de incertezas, que exige um plano mais claro das autoridades.

O primeiro-ministro do Reino Unido, Rishi Sunak, confirmou ontem, 22, que convocou eleições gerais para o próximo 4 de julho, em um pleito que deve testar o desgaste político do Partido Conservador após 14 anos no poder.

"Hoje mais cedo, eu conversei com o Rei Charles III para pedir a dissolução do Parlamento. O rei acatou esse pedido e teremos uma eleição geral em 4 de julho", afirmou, em discurso à frente de Downing Street, 10, a sede do governo britânico.

No pronunciamento, Sunak lembrou que a campanha acontecerá em um momento de incertezas, que exige um plano mais claro das autoridades.

O premiê aproveitou a ocasião para destacar o que considera os pontos positivos da sua gestão, entre eles o crescimento da economia em ritmo mais rápido que pares e a volta da inflação ao normal, de acordo com ele.

Mais cedo, a agência de estatísticas revelou que o índice de preços ao consumidor desacelerou à taxa anual de 2,3% em abril. Sunak também fez duras críticas a oposição e assegurou que fará tudo o que for possível para proteger a segurança da população - uma alusão ao plano para reduzir a imigração ilegal no país insular. "Estou preparado para tomar ações ousadas de que o país precisa", disse.

Segundo a BBC, a data da eleição surpreendeu parlamentares conservadores. Atualmente, o Partido Trabalhista, liderado por Keir Starmer, aparece com 21 pontos porcentuais de vantagem sobre a legenda de Sunak, conforme agregado de pesquisas de intenção de voto do Politico.

No começo deste mês, os oposicionistas tiveram vitória acachapante nas eleições para cargos locais.

Os conservadores governam o Reino Unido desde 2010, quando David Cameron se tornou primeiro-ministro. Cameron renunciou ao posto seis anos depois, no dia seguinte ao referendo que definiu a saída do país da União Europeia, no processo conhecido como Brexit. Desde então, os britânicos se viram com quatro líderes diferentes, incluindo um mandato pouco mais de 40 dias de Liz Truss.

Trump publica vídeo com menção a 'Reich unificado' em caso de volta à presidência

(Foto: EBC)



Trump é o provável candidato republicano à Casa Branca e tem leve vantagem nas pesquisas nacionais e nos Estados-chave.

Um vídeo publicado por Donald Trump nas redes sociais faz alusão a um "Reich unificado" caso ele vença as eleições presidenciais, em novembro. A peça intercala manchetes sobre o que aconteceria caso o ex-presidente vencesse o pleito com outras históricas que remetem à Europa no período da Primeira Guerra Mundial. Trump é o provável candidato republicano à Casa Branca e tem leve vantagem nas pesquisas nacionais e nos Estados-chave.

Segundo Karoline Leavitt, porta-voz da campanha de Trump, o vídeo foi criado por uma conta aleatória e republicado por um funcionário que não se atentou ao conteúdo enquanto o ex-presidente estava no tribunal. O empresário estava em Manhattan, onde enfrenta 34 acusações de falsificação de registros empresariais por supostamente encobrir um pagamento de suborno à atriz pornô Stormy Daniels.

A Associated Press informou que uma das manchetes que aparecem no vídeo parecia ter sido copiada do Wikipedia: "A força industrial e a produção alemã aumentaram significativamente após 1871, impulsionadas pela criação de um Reich unificado". A campanha de Joe Biden denunciou a publicação associou o empresário à Alemanha Nazista.

Noruega, Irlanda e Espanha anunciam reconhecimento do Estado palestino, em movimento histórico

(Foto: EBC)



A Noruega, a Irlanda e a Espanha declararam ontem, 22, que estão reconhecendo um Estado palestino em uma ação histórica que atraiu a condenação de Israel e a comemoração dos palestinos. Israel ordenou imediatamente o retorno de seus embaixadores da Noruega e da Irlanda. Embora vários países tenham reconhecido a condição de Estado palestino, as decisões anunciadas ontem, 22, têm peso em meio ao crescente número de vítimas da ofensiva militar de Israel em Gaza porque a maioria dos países da Europa Ocidental resistiu a reconhecê-lo.

"Os palestinos têm um direito fundamental a um Estado independente", disse Jonas Gahr Store, primeiro-ministro da Noruega, em uma coletiva de imprensa em Oslo, anunciando a decisão, que entrará em vigor na próxima terça-feira, 28. A decisão da Espanha entrará em vigor no mesmo dia, disse Pedro Sánchez em comentários ao Parlamento.

Ele disse que a Espanha foi forçada a agir porque o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, não tinha um plano para a paz com os palestinos. "A solução de dois estados está em perigo", disse Sánchez. O primeiro-ministro da Irlanda, Simon Harris, disse em uma coletiva de imprensa que estava confiante de que outros países se juntariam a eles no reconhecimento da condição de Estado palestino nas próximas semanas.

EUA pressionam Israel a reverter decisão de apreender equipamentos da 'Associated Press'

Autoridades israelenses apreenderam uma câmera e equipamento de transmissão pertencente à Associated Press no sul de Israel terça-feira, acusando a organização de notícias de violar uma nova lei de mídia ao fornecer imagens à Al Jazeera. Os EUA instaram privadamente o governo israelense a reverter a decisão, disseram duas altas autoridades norte-americanas.

As autoridades falaram sob condição de anonimato porque não estavam autorizadas a discutir o assunto publicamente.

A Al Jazeera, com sede no Catar, é um dos milhares de clientes da AP e recebe vídeo ao vivo da AP e de outras organizações de notícias.

"A Associated Press condena nos termos mais veementes as ações do governo israelense para desligar nossa transmissão ao vivo de longa data que mostrava uma visão de Gaza e apreender equipamentos AP", disse Lauren Easton, vice-presidente de comunicações corporativas da agência de notícias.

"A paralisação não se baseou no conteúdo do feed, mas sim no uso abusivo por parte do governo israelense da nova lei de radiodifusão estrangeira do país. Apelamos às autoridades israelitas para que devolvam o nosso equipamento e nos permitam restabelecer imediatamente a nossa transmissão em direto, para que possamos continuar a fornecer este importante jornalismo visual a milhares de meios de comunicação em todo o mundo." Fonte: Associated Press.

Grande geleira do 'Juízo Final' corre maior risco de derreter do que cientistas acreditavam

A grande geleira Thwaites, conhecida como "Geleira do Juízo Final" e situada na Antártida, corre maior risco de derreter do que cientistas acreditavam. Água salgada e quente passa por vários quilômetros abaixo dela, o que pode torná-la ainda mais vulnerável.

A conclusão faz parte de uma pesquisa realizada por uma equipe de glaciologistas da Universidade de Califórnia (Estados Unidos) e da Universidade de Waterloo (Canadá). O artigo foi publicado na revista Proceedings of the National Academy of Sciences, na segunda-feira, 20.

A nova informação é alarmante porque o derretimento da Thwaites pode provocar um aumento de 65 centímetros do nível do mar.

De acordo com a pesquisa, água quente do oceano ganhou acesso às cavidades de geleiras por conta do aumento da intensidade de ventos vindos do oeste. Esses ventos, por sua vez, são resultado da combinação entre o rápido aquecimento global e o esfriamento da segunda camada da atmosfera na Antártida.

A água acumulada nas cavidades e dutos das geleiras cria pressão suficiente para elevar os blocos de gelo.

No México, dezenas de macacos caem mortos de árvores devido ao calor

Mais de 130 macacos bugios morreram devido às fortes ondas de calor no Estado de Tabasco, no México, neste mês. Os animais foram encontrados depois de caírem de árvores. Os moradores locais resgataram os primatas que apresentavam sinais de vida. O país registrou 45º C de temperatura na última terça-feira, dia 21.

O veterinário Sergio Valenzuela encontrou, desde o dia 5 de maio, os corpos de 138 primatas embaixo de árvores. De acordo com Valenzuela, as mortes dos bugios foram causadas por um conjunto de fatores, que incluem o calor intenso, a seca, os incêndios florestais e a dificuldade de os animais encontrarem água devido à extração de madeira. "Eles estavam em um estado de desidratação grave e morreram em questão de minutos", afirmou o médico à Associated Press. Na semana passada, cinco bugios foram levados por uma equipe de bombeiros voluntários para serem atendidos pelo veterinário, que avalia que os animais tiveram insolação. Após o atendimento, os primatas voltaram a reagir como antes da queda, apresentando recuperação. "Os macacos estão mordendo novamente", disse Valenzuela à AP.

Além das altas temperaturas, a queda de galhos altos contribui para a morte de muitos desses animais. Os habitantes da região tentaram ajudar os macacos, colocando água e frutas para eles comerem. A ajuda, no entanto, pode prejudicar ainda mais os primatas, especialmente os filhotes.

Alemanha: líder da AfD renuncia ao cargo e é banido de eventos eleitorais após isentar nazistas

O líder do partido de extrema direita Alternativa para a Alemanha (AfD, na sigla original) Maximilian Krah, considerado o favorito do partido para disputar as eleições do Parlamento Europeu em junho, anunciou ontem, 22, que deixou a liderança da organização após uma série de controvérsias entre o político e seus aliados, incluindo comentários feitos por ele isentando nazistas. O gatilho foi uma declaração dada por Krah ao jornal italiano La Reppublica, na semana passada, afirmando que um membro da organização nazista SS "não é automaticamente um criminoso". "Antes de declarar alguém criminoso, quero saber o que ele fez", disse. Como reação, o partido de extrema direita da Alemanha proibiu o candidato de aparecer em eventos eleitorais. No entanto, Krah deve continuar sendo o cabeça de lista da AfD para as eleições europeias, dado o curto prazo para substituí-lo. Nesta quarta-feira, em uma publicação na rede social X, o político declarou: "minhas declarações factuais e diferenciadas estão sendo mal utilizadas como pretexto para prejudicar o nosso partido. A última coisa que precisamos agora é de um debate sobre mim". "A AfD deve manter a sua unidade. Por esta razão, vou me abster de fazer quaisquer outras aparições de campanha com efeito imediato e renunciarei ao cargo de membro do conselho executivo federal", acrescentou no comunicado. Como reação à fala de Krah, o principal partido de extrema-direita da França anunciou na terça-feira, 21, que rompeu com a AfD no Parlamento Europeu. O presidente do Ressemblement Nacional (RN, Reunião Nacional), Jordan Bardella, "tomou a decisão de não se sentar mais" com os alemães na próxima legislatura, disse à AFP seu diretor de campanha, Alexandre Loubet. A divisão entre a extrema-direita francesa e alemã ocorre pouco mais de duas semanas antes de quase 400 milhões de pessoas votarem nas eleições para o Parlamento Europeu. Espera-se que os dois partidos estejam no front de uma forte demonstração da extrema-direita nas eleições do próximo mês, à medida que capitalizam sobre a insatisfação em todo o continente com os partidos principais.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Ações da PF miram CACs suspeitos de ligação com facções criminosas

A Polícia Federal e Ministérios Públicos estaduais deflagraram de terça-feira, 21, duas operações contra a venda ilegal de armas e munições para facções criminosas e um grupo voltado à prática de roubos na modalidade "novo cangaço". As investigações apuram o envolvimento de CACs - categoria formada por colecionadores, atiradores desportivos e caçadores -, policiais militares e lojistas em desvios de armamentos para abastecer os criminosos.

"As ações investigadas constituem uma modalidade de conflito proveniente da evolução de crimes violentos contra o patrimônio, no qual grupos criminosos subjugam a ação do poder público por meio do planejamento e execução de roubos que causam um verdadeiro terror social", afirmou a PF sobre o novo cangaço. Em uma das ofensivas, batizada de Operação Baal e aberta em conjunto com o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público de São Paulo, quatro CACs foram presos. Eles são suspeitos de ligação com o Primeiro Comando da Capital (PCC) e de usar o registro da categoria para fornecer armas para quadrilhas.

Agentes cumpriram 12 ordens de prisão temporária e 24 mandados de busca e apreensão, em São Paulo, na Bahia, no Maranhão e no Piauí. Foi decretado o bloqueio e sequestro de bens dos investigados no valor de até R$ 4 milhões.

Farda - Durante as diligências, foram apreendidas diversas armas, inclusive fuzis com alto poder de destruição, explosivos, pólvora, granadas caseiras e coletes balísticos. Também foram encontrados, em uma casa no interior do Maranhão, peças de fardamento usado por policiais, o que indica que o grupo estava pronto para uma nova ação, segundo a PF.

As investigações indicam que a quadrilha planejava um ataque para o fim do ano passado, mas a ação foi adiada porque um dos líderes do grupo foi executado por outra facção.

O inquérito foi aberto após uma tentativa de roubo a um banco em abril de 2023, em Confresa (MT). Na ocasião, suspeitos foram presos e mortos em confronto - um deles morava em São Paulo e integrava o PCC. O grupo sob suspeita também está ligado a ações de roubos em Criciúma (2021), Guarapuava (2020) e Araçatuba (2021).

Governo de SP lança edital para ampliar câmeras corporais da polícia em 18%

O governo de São Paulo lançou ontem, 22, um edital para a contratação de 12 mil novas câmeras corporais portáteis (COPs) para a Polícia Militar. Os novos equipamentos, com mais recursos tecnológicos, de acordo com o governo, vão substituir as 10.125 câmeras em uso atualmente. Na prática, a medida representa um aumento de cerca de 2 mil novos equipamentos ou 18%. O número é menor do que foi anunciado em março pelo poder estadual. À época, o governo tinha afirmado que seriam contratadas 3.125 câmeras corporais a mais.

Entre as funções técnicas previstas no novo contrato está a integração com o programa Muralha Paulista, rede de segurança que interliga câmeras e radares em diferentes cidades para prevenir e controlar a criminalidade.

De acordo com a Secretaria de Segurança Pública (SSP), as câmeras terão recursos de reconhecimento facial para identificação de foragidos, além de placas de veículos roubados ou furtados. O armazenamento de imagens e o sistema de baterias serão aprimorados - o novo edital exige que cada equipamento possua outro equivalente para recargas, processamento e uploads de arquivos.

O uso do reconhecimento facial divide opiniões. Embora o recurso seja cada vez mais utilizado em setores como segurança, comércio e transporte, especialistas apontam que ela pode aprofundar o racismo estrutural no Brasil. Casos recentes mostram que a ferramenta apresenta falhas no reconhecimento de pessoas não brancas, resultando em discriminação e violência policial.

Fachin arquiva inquérito sobre propina a Jucá e Renan delatados por Marcelo Odebrecht

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, arquivou um inquérito da Operação Lava Jato sobre suposto pagamento de R$ 5 milhões em propinas, pela empreiteira Odebrecht, ao ex-senador Romero Jucá e ao senador Renan Calheiros, ambos do MDB, em troca da atuação dos parlamentares na aprovação de uma Medida Provisória em 2013.

O despacho foi assinado na segunda-feira, 20, e publicado terça, 21, mesmo dia em que o ministro Dias Toffoli derrubou todos os atos da Lava Jato contra o empresário Marcelo Odebrecht, um dos principais delatores da Operação.

O inquérito sobre Jucá e Renan agora arquivado foi aberto com base nos relatos de Marcelo, cuja delação premiada segue de pé.

O arquivamento acata parecer da Procuradoria-Geral da República. Segundo Fachin, a medida foi determinada em razão da 'ausência de interesse do Ministério Público' que se manifestou pelo 'esgotamento das linhas de investigação sem corroboração dos fatos investigados'. A indicação é que os relatos dos delatores não teriam se confirmado com as apurações conduzidas desde 2017.

O parecer da PGR foi apresentado ao STF no dia 25 de abril pelo procurador-geral Paulo Gonet.

Ele destacou como os elementos colhidos na investigação 'não são suficientes para o oferecimento de denúncia' contra Jucá e Renan.

Gonet apontou a 'falta de perspectiva de obtenção de novos elementos' e lembrou que os fatos narrados pelos delatores remontam a 2014. Ele apontou falta de 'justa causa' para eventual ação penal contra os parlamentares e também para 'inexistência de outras 'diligências eficazes a permitir a continuidade das investigações.

No parecer, o procurador citou Toffoli - rememorando a decisão do ministro que anulou todas as provas obtidas a partir do acordo de leniência da Odebrecht e as informações recolhidas dos sistemas Drousys e MyWebDay, usados no setor de propinas da empreiteira.

Programa de passagens aéreas acessíveis deve ser lançado em junho

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, anunciou ontem (22) que o programa de passagens aéreas acessíveis Voa Brasil deve ser lançado em junho. Em entrevista a emissoras de rádio durante o programa Bom Dia, Ministro, da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), ele explicou que o lançamento precisou ser adiado em razão das enchentes no Rio Grande do Sul.

"Ele está pronto. A gente está construindo com a Casa Civil alguns detalhes. A gente estava para apresentar agora, nesse período, mas, por conta da situação do Rio Grande do Sul, todo o nosso esforço, da equipe ministerial, neste momento emergencial, está em atender o estado. A gente espera que, no mês de junho, a gente retome essa discussão e possa finalizar esse programa", disse.

(Foto: EBC)



Anúncio foi feito pelo ministro do Portos no Bom Dia, Ministro.

Anunciado desde o ano passado pelo governo federal, o programa Voa Brasil estava previsto para ser lançado em janeiro deste ano. Na ocasião, o governo divulgou que os primeiros segmentos beneficiados serão os aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que ganham até dois salários mínimos e bolsistas do Programa Universidade para Todos (Prouni), cerca de 22 milhões de brasileiros.

Golpe - Ainda durante o programa, Costa Filho reforçou que o Voa Brasil está em fase de ajuste final e alertou que a pasta não está fazendo cadastro nem solicitando pagamentos. "Esse programa ainda não foi lançado", afirmou, acrescentando que "qualquer possibilidade de venda de passagens ou anúncio do Voa Brasil é fake news e não condiz com a realidade".

A orientação do ministério é que, caso o cidadão receba ligação, correspondência, mensagem de texto via celular ou via redes sociais solicitando depósito em dinheiro para ser incluído no Voa Brasil, denuncie a prática por meio dos seguintes canais de atendimento ao usuário: pela internet - Fala BR (https://falabr.cgu.gov.br/); por e-mail- ouvidoria@mpor.gov.br; e por telefone - (61) 2029-7169.

Moro diz que não tem planos para ser presidenciável em 2026

O senador Sergio Moro (União-PR) afirmou, ontem, 22, que pretende permanecer no Senado e apoiar um candidato à presidência da República em 2026. As declarações ocorreram em coletiva à imprensa, um dia após o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ter rejeitado os pedidos de cassação do seu mandato.

Ao responder se disputaria o Planalto nas próximas eleições gerais, Moro argumentou que pretende focar no Senado e disse ter orgulho de integrar a Casa. "Não", respondeu, questionado se voltaria a ser presidenciável. "Temos um plano no União Brasil com o governador (Goiás) Ronaldo Caiado. Meu plano em 2026 é apoiar um candidato", prosseguiu. Moro disse também que pretende continuar na oposição ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e que deve apoiar um projeto contra o PT na próxima eleição.

"Sempre fui e sempre serei oposição ao governo Lula", declarou. "Em 2026, estarei defendendo um projeto para derrotar o PT."

Na entrevista, Moro disse que não tem falado com o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), mas fez um agradecimento, pela tentativa de desmobilizar recursos do PL no processo.

"O presidente Bolsonaro e, diga-se, a bancada dos senadores do PL, pediram que não fosse interposto nenhum recurso ou que houvesse desistência. Infelizmente, lideranças locais, mais especificamente Paulo Martins e Fernando Giacobo, não acolheram o pedido do presidente Bolsonaro", frisou Moro.

Em relação aos recentes embates entre o Legislativo e o Judiciário, o senador também defendeu deixar de lado o que chamou de "espírito de revanchismo e a polarização exacerbada" e disse que o julgamento do TSE foi "técnico e independente".

Na terça-feira, 21, o TSE absolveu Moro das acusações de abuso de poder econômico, corrupção e uso indevido dos meios de comunicação na pré-campanha da eleição de 2022.

Com enchente, pátio do Detran em Porto Alegre vira cemitério de veículos

Pátio do Detran em PA vira cemitério de veículos após enchente

Com centenas de veículos submersos pelas águas do Lago Guaíba e do Rio Gravataí, o Detran na zona norte de Porto Alegre se transformou num cemitério de carros. A inundação aumentou após extravasamento de um dique que protege o bairro Sarandi, um dos mais prejudicados pela tragédia climática.

Centenas de veículos estacionados em um pátio do Detran na zona norte de Porto Alegre ficaram submersos depois que a região foi invadida pelas águas do Lago Guaíba e do Rio Gravataí. A inundação tomou grandes proporções após extravasamento de um dique protege o bairro Sarandi, um dos mais prejudicados pela tragédia climática que atinge o Rio Grande do Sul.

As autoridades recomendaram a evacuação da área no último dia 4, quando foi identificado o transbordamento. Nesta semana, moradores começaram a retornar às suas casas, após instalação de duas bombas flutuantes emprestadas à cidade pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp).

O pátio atingido pela enchente fica poucos quilômetros ao sul do Rio Gravataí, próximo ao limite da capital gaúcha com a cidade de Alvorada. Nesta quarta-feira, 22, segundo monitoramento do governo estadual, o nível do Gravataí era de 5,18 metros - ainda acima da cota de inundação de 4,75 metros.

Na mesma região, a fábrica da Coca-Cola Femsa também foi tomada pela enchente. Diversos galpões foram inundados e o pátio da empresa ficou coberto de produtos que boiavam na água suja ao redor dos caminhões.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

ESPORTES

EDIÇÃO NACIONAL

Confederações confirmam Ingrid Oliveira e Isaac Souza na Olimpíada de Paris-2024


(Foto: Divulgação)

Ingrid Oliveira e Isaac Souza foram confirmados na Olimpíada de Paris-2024 ontem. A dupla vai representar o Brasil nos saltos ornamentais após decisão da Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos e da Confederação Brasileira de Saltos Ornamentais. Ingrid e Isaac haviam obtido uma cota olímpica, que não era nominal, e aguardavam a confirmação dos seus nomes como “donos” da vaga nos Jogos Olímpicos.

“Ingrid e Isaac garantiram o Brasil nos Jogos logo na primeira seletiva olímpica, fizeram um ciclo com resultados consistentes e nada mais justo que sejam os nossos representantes em Paris. Eles estão preparados para alcançarem grandes resultados”, disse o diretor-executivo da confederação, Hugo Parisi.

Os saltadores brasileiros conquistaram a vaga na plataforma de 10 metros durante o Mundial de Esportes Aquáticos, disputados em Fukuoka, no Japão, em julho do ano passado. Na ocasião, alcançaram a final de suas provas, assegurando a cota olímpica - somente os 12 primeiros colocados garantiram a classificação. A vaga foi comemorada por Ingrid, que estará em sua terceira Olimpíada e se tornará a segunda saltadora brasileira com mais participações olímpicas, atrás apenas de Juliana Veloso, com cinco Jogos Olímpicos no currículo.

“Quando comecei nos saltos, nunca imaginei que poderia disputar três edições de Jogos Olímpicos. Tenho certeza que Paris-2024 será muito especial, com a volta do público às arenas, transmitindo aquela energia que todo atleta precisa”, comentou.

Isaac, por sua vez, estará em sua segunda Olimpíada. “Estar classificado para Paris-2024 é uma alegria imensa, ao mesmo tempo que ficamos um pouco ansiosos por saber que os Jogos estão se aproximando. O Centro Aquático está muito bonito e tem uma ótima estrutura, de altíssimo nível”, afirmou o brasileiro. A dupla brasileira esteve em Paris neste mês para participar de um evento-teste dos saltos ornamentais no mesmo local onde a modalidade será disputada na Olimpíada. Em junho, eles vão fazer um período de treinamento na Polônia, entre os dias 15 e 30.

Homem é preso por gravar partes íntimas de atletas durante a Liga das Nações de Vôlei


(Foto: Divulgação)

Um homem foi preso na última terça-feira, no Rio de Janeiro, acusado de fotografar e filmar partes íntimas de atletas durante os jogos da Liga das Nações feminina de vôlei, no Maracanãzinho. O caso foi denunciado pela Confederação Brasileira de Voleibol (CBV), que prestou apoio à Polícia Civil com informações sobre o suspeito. A reportagem não obteve contato com a defesa do acusado.

Segundo a Polícia Civil, funcionários locais flagraram o momento exato em que o acusado, escondido, teria feito as imagens. “A Confederação Brasileira de Voleibol (CBV) foi informada pela empresa contratada para fazer a segurança da etapa brasileira da Liga das Nações que um dos prestadores de serviço do evento estava realizando gravações inadequadas de partes íntimas de atletas em quadra durante as partidas”, informou a CBV, em nota.

De acordo com a entidade, após ter acesso a essas informações foi feito um Boletim de Ocorrência junto ao 5º DP da capital fluminense. Além disso, o prestador de serviços foi desligado e teve seu vínculo rompido. Foi cumprido um mandado de busca e apreensão no local em que ele estava hospedado.

“A CBV reitera que não tolera qualquer tipo de assédio ou desrespeito; que zela pela integridade de todos que participam de suas competições; e que está sempre à disposição para colaborar e atuar em conjunto com as autoridades legais. Além de prezar pela contratação de uma empresa de segurança qualificada e preparada em seus eventos, a CBV possui um Canal de Denúncia aberto para atletas, público e demais envolvidos nas competições”, explicou a entidade.

O homem teria usado uma câmera fotográfica com lentes de aumento Foram encontrados com ele dispositivos eletrônicos, como notebook, celular e cartões de memória, com os conteúdos gravados no Maracanãzinho e também de imagens, de natureza semelhante, filmadas no Recife, durante partidas de vôlei de praia. O acusado vai responder por importunação sexual e registro não autorizado da intimidade sexual.

Bia Haddad estreia com vitória no Torneio de Estrasburgo; Stefani avança nas duplas


(Foto: Divulgação)

Em preparação para Roland Garros, Beatriz Haddad Maia estreou com vitória no Torneio de Estrasburgo, na França. Ontem, a tenista número 1 do Brasil superou a americana Emma Navarro por 2 sets a 0, com parciais de 6/4 e 7/6 (7/1), em 2h17min de confronto.

Com o resultado, Bia repetiu a vitória sobre a mesma rival, atual 22ª colocada do ranking, no WTA 1000 de Madri, no começo do mês. Atual 14ª do mundo, a tenista brasileira avançou às quartas de final da competição francesa, de nível WTA 500. Na sequência, Bia vai encarar a russa Liudmila Samsonova, 19ª do ranking. Será a primeira vez que as duas vão se enfrentar no circuito.

“Estou feliz por avançar em dois sets contra uma jogadora tão qualificada e competitiva quanto a Emma. Posso e preciso melhorar alguns detalhes para amanhã (quinta-feira), mas me sinto mais competitiva a cada dia e esse é o objetivo aqui em Estrasburgo”, comentou Bia Haddad.

Na França, Bia finaliza sua preparação para Roland Garros, segundo Grand Slam da temporada, que começa no domingo, dia 26. A brasileira vai defender muitos pontos em Paris em razão da campanha histórica que fez no torneio na temporada passada, quando alcançou a semifinal, seu melhor resultado num Grand Slam até agora.

Uma boa campanha em Roland Garros também é importante de olho na Olimpíada. Será o ranking pós-competição que definirá os classificados e cabeças de chave para as chaves de simples do tênis masculino e feminino em Paris-2024. Nas duplas, Luisa Stefani e a holandesa Demi Schuurs também venceram na estreia. Elas derrotaram as russas Diana Shnaider e Vera Zvonareva por 6/3 e 7/5. Na sequência, já pelas quartas de final, brasileira e holandesa vão enfrentar a dupla formada pela russa Alexandra Panova e pela mexicana Giuliana Olmos.

BRASILEIRÃO - SÉRIE B

6ª RODADA — RESULTADOS

Data	Mandante	Placar	Visitante	Horário	Estádio
17/05	CRB	1x0	Vila Nova	19:00	Rei Pelé
	Novorizontino	0x0	Coritiba	21:30	Jorge Ismael de Biasi
18/05	Sport	1x2	Avaí	15:30	Arena Pernambuco
	Amazonas	1x1	Paysandu	17:30	Arena da Amazônia
	Goiás	4x0	Botafogo-SP	18:00	Serrinha
19/05	Santos	4x0	Brusque	11:00	Vila Belmiro
	Mirassol	2x0	Ituano	16:00	Mun. de Mirassol
	Operário-PR	0x0	Ceará	16:00	Germano Krüger
20/05	Guarani	1x2	América-MG	21:00	Brinco de Ouro
21/05	Chapecoense	0x0	Ponte Preta	16:00	Arena Condá

CLASSIFICAÇÃO

	P	J	V	E	D	GP	GC	SG
● 1 Santos	15	6	5	0	1	14	3	11
● 2 Goiás	14	6	4	2	0	13	2	11
● 3 Sport	12	6	4	0	2	11	6	5
● 4 América-MG	12	6	3	3	0	10	5	5
5 Mirassol	11	6	3	2	1	8	6	2
6 Avaí	10	6	3	1	2	5	5	0
7 Vila Nova	9	6	3	0	3	6	7	-1
8 Ceará	9	6	2	3	1	10	7	3
9 Operário-PR	9	6	2	3	1	4	2	2
10 Chapecoense	9	6	2	3	1	6	5	1
11 CRB	8	6	2	2	2	7	6	1
12 Coritiba	8	6	2	2	2	3	3	0
13 Novorizontino	7	6	2	1	3	6	9	-3
14 Ponte Preta	6	6	1	3	2	6	7	-1
15 Amazonas	5	6	1	2	3	5	9	-4
16 Brusque	4	6	1	1	4	4	12	-8
● 17 Paysandu	4	6	0	4	2	4	7	-3
● 18 Botafogo-SP	4	6	0	4	2	2	8	-6
● 19 Guarani	3	6	1	0	5	4	10	-6
● 20 Ituano	3	6	1	0	5	3	12	-9

● SOBE PARA SÉRIE A ● REBAIXADO À SÉRIE C

FONTE CBF © INFOGRAFFO

Palmeiras e São Paulo são ‘favorecidos’ com retomada do Brasileirão; entenda

A Confederação Brasileira de Futebol (CBF) anunciou na última terça-feira o retorno do Brasileirão, paralisado por causa da tragédia das chuvas no Rio Grande do Sul, a partir de 1º de junho. A entidade decidiu que a competição irá recomeçar a partir da 7ª rodada. Existia a possibilidade de que tanto os jogos da sétima quanto da oitava rodadas seriam realocadas para o meio do calendário, o que não aconteceu.

Alguns times comemoram a decisão. É o caso de Palmeiras e São Paulo, que retomam a largada com uma “vantagem”. Isso porque a manutenção da ordem dos jogos auxilia os dois clubes a terem o elenco completo em confrontos teoricamente mais difíceis.

O São Paulo, por exemplo, não teria Luciano e Igor Vinícius para jogar o clássico com o Corinthians na casa do rival. Suspensos pelo terceiro cartão amarelo, os jogadores voltarão a desfalcar a equipe tricolor contra o Cruzeiro - e poderão participar do Majestoso, no dia 16 de junho.

A situação do Palmeiras era um pouco mais delicada. Endrick, Fláco Lopez e Mayke não poderiam jogar a partida contra o Atlético-MG em Belo Horizonte. Os três também receberam o terceiro cartão amarelo e estariam impedidos de participar do jogo, assim como o técnico Abel Ferreira e seus auxiliares, igualmente suspensos.

Porém, com a decisão da CBF, o time enfrenta um Criciúma enfraquecido. A equipe de Santa Catarina jogou somente três partidas neste campeonato e está em 14º na tabela - oferecendo menos riscos, mesmo para um Palmeiras com desfalques.

Luana Carvalho e Ellen Froner caem na 1ª rodada no Mundial de judô e ficam sem vaga em Paris

As judocas brasileiras Luana Carvalho e Ellen Froner, ambas da categoria até 70kg, foram eliminadas de forma precoce no Mundial de Judô, disputado em Abu Dabi, ontem. Com o resultado, as duas atletas não poderão mais somar pontos suficientes no ranking para entrar na Olimpíada de Paris-2024.

Luana e Ellen precisavam se destacar na disputa, ao menos alcançando as fases finais do Mundial, para seguirem com chances de disputarem pela primeira vez a Olimpíada. Como a Federação Internacional de Judô fechará seu ranking olímpico no dia 25 de junho, não haverá tempo hábil para as duas alcançarem a pontuação necessária para Paris-2024. Nesta quarta, Luana e Ellen foram eliminadas logo na primeira rodada. Ellen foi derrotada pela francesa Margaux Pinot, campeã olímpica por equipes mistas em Tóquio. A brasileira acabou sendo eliminada após sofrer três punições, sendo a terceira por falso ataque, em decisão com ajuda de vídeo. Na sequência, Luana perdeu para a holandesa Hilde Jager, também nas punições, a última delas por postura defensiva. Assim, o Brasil não terá representantes nesta categoria na Olimpíada, que começará no dia 26 de julho.

Entre os demais brasileiros que foram ao tatame nos Emirados Árabes Unidos nesta quarta, Rafael Macedo e Marcelo Gomes venceram uma luta cada na categoria até 90kg e foram eliminados nas oitavas de final.

Celtics abrem final da Conferência Leste da NBA com vitória na prorrogação

As finais de conferência da NBA começaram com um grande jogo no TD Garden. Mesmo contando com o apoio da sua animada torcida, o Boston Celtics sofreu para superar o Indiana Pacers e precisou da prorrogação para vencer por 133 a 128, na noite da última terça-feira, numa equilibrada partida, marcada por dez mudanças na liderança do placar e 11 igualdades ao longo do tempo normal e do tempo extra.

A partida foi parelha em todos os sentidos, até mesmo nos erros. Na reta final, a emoção cresceu em quadra, com chances para ambos os lados. Na prorrogação, a disputa foi ponto a ponto até que Jayson Tatum resolveu desequilibrar. O astro dos Celtics foi o nome do jogo por marcar no tempo extra 10 dos seus 36 pontos na partida.

Tatum terminou o duelo com um “double-double”, por ter registrado 12 rebotes. Jrue Holiday também brilhou com sua maior pontuação da temporada até agora: 28 pontos, além de oito assistências. Jaylen Brown contribuiu com 26 pontos e sete rebotes.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

PUBLICIDADE LEGAL

EDIÇÃO NACIONAL

Central Solar Novo Oriente II S.A.

CNPJ/MF nº 41.825.312/0001-11 - NIRE 35300568001

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de Abril de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada em 30 (trinta) de abril de 2024, às 12h30min, na sede da **Central Solar Novo Oriente II S.A.** ("Companhia"), localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3729, 9º andar, Sala 47, CEP 04538-905, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. Convocação e Presença**: Dispensada a publicação de editais de convocação, na forma do disposto no artigo 124, § 4º da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), por estar presente a acionista que representa a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa**: Assumiu a presidência dos trabalhos a Sra. **Paula Ferrareto Dalbello** que nomeou o Sr. **Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior** para secretariá-la. **4. Ordem do Dia**: Deliberar sobre o aumento do capital social da Companhia. **5. Deliberações**: Instalada a Assembleia, após a discussão da matéria, a acionista presente deliberou, sem quaisquer ressalvas, reservas ou restrições: **5.1.** Considerando que o capital social da Companhia se encontra totalmente subscrito e integralizado nesta data, a Acionista decide aprovar o aumento do capital social da Companhia no valor total de R$ 75.850.000,00 (setenta e cinco milhões, oitocentos e cinquenta mil reais), mediante a emissão de 75.850.000 (setenta e cinco milhões, oitocentos e cinquenta mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, com o preço de emissão de R$ 1,00 (um real) cada, estabelecido nos termos do parágrafo 1º do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, passando o capital social da Companhia dos atuais R$ 72.680.500,00 (setenta e dois milhões, seiscentos e oitenta mil e quinhentos reais), para R$ 148.530.500,00 (cento e quarenta e oito milhões, quinhentos e trinta mil e quinhentos reais), dividido em 148.530.500 (cento e quarenta e oito milhões, quinhentos e trinta mil e quinhentas) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **5.2.** O aumento de capital ora aprovado é totalmente subscrito e integralizado nesta data pela acionista **EDP Renováveis Brasil S.A.**, sociedade anônima, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 9º andar, parte, Itaim Bibi, CEP 04538-905, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ("CNPJ/MF") sob o nº 09.334.083/0001-20, com seu Estatuto Social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.351.789 ("EDPR"), conforme Boletim de Subscrição que passa a integrar o presente instrumento como Anexo I. **5.3.** Em virtude do aumento de capital ora aprovado, a Acionista decide alterar o Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, o qual passará a ter a seguinte redação: *"ARTIGO 5º O capital social, totalmente subscrito e integralizado é de R$ 148.530.500,00 (cento e quarenta e oito milhões, quinhentos e trinta mil e quinhentos reais), dividido em 148.530.500 (cento e quarenta e oito milhões, quinhentos e trinta mil e quinhentas) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal."* **6. Encerramento**: Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém a pediu, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada. Assinaturas: Sra. Paula Ferrareto Dalbello – Presidente e Sr. Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior - Secretário. Acionista: EDP Renováveis Brasil S.A. (representada por seus diretores Paula Ferrareto Dalbello e Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior). Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 30 de abril de 2024. Mesa: **Paula Ferrareto Dalbello** - Presidente; **Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior** - Secretário. JUCESP nº 202.138/24-0 em 14/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Monte Verde Holding S.A.

CNPJ/MF nº 31.613.091/0001-64 - NIRE 35.300.522.214

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 30 de Abril de 2024

1. Data, Hora e Local: Aos 30 (trinta) dias de abril de 2024, às 17h00min, na sede social da **MONTE VERDE HOLDING S.A.** ("Companhia"), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 9º andar, sala 20, Itaim Bibi, CEP 04538-905, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. Presença**: Dispensada a publicação de editais de convocação, na forma do disposto no artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("LSA"), por estar presente a acionista que representa a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa**: Assumiu a presidência dos trabalhos a Sra. **Paula Ferrareto Dalbello** que nomeou o Sr. **Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior** para secretariá-la. **4. Ordem do Dia**: Deliberar sobre o aumento de capital social da Companhia. **5. Deliberações**: Instalada a Assembleia, após a discussão das matérias, a acionista presente deliberou, sem quaisquer ressalvas, reservas ou restrições: **5.1.** Aprovar o aumento de capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, no valor total de R$ 2.440.000,00 (dois milhões, quatrocentos e quarenta mil reais), mediante a emissão de 2.440.000 (dois milhões, quatrocentas e quarenta mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, com o preço de emissão de R$ 1,00 (um real) cada, estabelecido nos termos do parágrafo 1º do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, passando o capital social da Companhia de R$ 733.988.111,00 (setecentos e trinta e três milhões, novecentos e oitenta e oito mil, cento e onze reais) para R$ 736.428.111,00 (setecentos e trinta e seis milhões, quatrocentos e vinte e oito mil, cento e onze reais), dividido em 743.954.922 (setecentos e quarenta e três milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil, novecentas e vinte e duas) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **5.2.** O aumento de capital ora aprovado é totalmente subscrito e imediatamente integralizado nesta data pela acionista **EDP Renováveis Brasil S.A.**, sociedade anônima, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 9º andar, parte, Itaim Bibi, CEP 04538-905, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ("CNPJ/MF") sob o nº 09.334.083/0001-20, com seu Estatuto Social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.351.789 ("EDPR"), conforme Boletim de Subscrição que passa a integrar o presente instrumento como Anexo I. **5.3.** Em virtude do aumento de capital ora aprovado, a Acionista decide alterar o Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, o qual passará a ter a seguinte redação: *"**ARTIGO 5º** O capital social, totalmente subscrito e integralizado é de R$ 736.428.111,00 (setecentos e trinta e seis milhões, quatrocentos e vinte e oito mil, cento e onze reais), dividido em 743.954.922 (setecentos e quarenta e três milhões, novecentas e cinquenta e quatro mil e novecentas e vinte e duas) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal."* **6. Encerramento e Lavratura da Ata**: Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém a pediu, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada. *Assinaturas*: *Mesa: Paula Ferrareto Dalbello - Presidente e Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior - Secretário. Acionista: EDP Renováveis Brasil S.A. (representada por seus diretores Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior e Paula Ferrareto Dalbello).* Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 30 de abril de 2024. Mesa: Paula Ferrareto Dalbello - Presidente. Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior - Secretário. JUCESP nº 202.777/24-8 em 14/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Central Eólica Itaúna III S.A.

CNPJ/MF nº 50.396.872/0001-99 - NIRE 35.300.613.881

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 30 de Abril de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada em 30 (trinta) de abril de 2024, às 15h00min, na sede da **Central Eólica Itaúna III S.A.** ("Companhia"), localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3729, 9º andar, Sala 90, CEP 04538-905, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a publicação de editais de convocação, na forma do disposto no artigo 124, § 4º da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), por estar presente a acionista que representa a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa**: Assumiu a presidência dos trabalhos a Sra. **Paula Ferrareto Dalbello** que nomeou o Sr. **Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior** para secretariá-la. **4. Ordem do Dia**: Deliberar sobre o aumento de capital social da Companhia. **5. Deliberações**: Instalada a Assembleia, após a discussão da matéria, a acionista presente deliberou: **5.1.** Considerando que o capital social da Companhia se encontra totalmente subscrito e integralizado, a Acionista decide aprovar o aumento do capital social da Companhia no valor total de R$ 10.240.000,00 (dez milhões, duzentos e quarenta mil reais), mediante a emissão de 10.240.000 (dez milhões, duzentas e quarenta mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, com o preço de emissão de R$ 1,00 (um real) cada, estabelecido nos termos do parágrafo 1º do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, passando o capital social da Companhia dos atuais R$ 500,00 (quinhentos reais), para R$ 10.240.500,00 (dez milhões, duzentos e quarenta mil e quinhentos reais), dividido em 10.240.500 (dez milhões, duzentas e quarenta mil e quinhentas) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **5.2.** O aumento de capital ora aprovado é totalmente subscrito e integralizado nesta data pela acionista EDP Renováveis Brasil S.A., sociedade anônima, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 9º andar, parte, Itaim Bibi, CEP 04538-905, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ("CNPJ/MF") sob o nº 09.334.083/0001-20, com seu Estatuto Social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.351.789 ("EDPR"), conforme Boletim de Subscrição que passa a integrar o presente instrumento como Anexo I. **5.3.** Em virtude do aumento de capital ora aprovado, a Acionista decide alterar o Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, o qual passará a ter a seguinte redação: *"ARTIGO 5º O capital social, totalmente subscrito e integralizado é de para R$ 10.240.500,00 (dez milhões, duzentos e quarenta mil e quinhentos reais), dividido em 10.240.500 (dez milhões, duzentos e quarenta mil e quinhentas) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal."* ***6.*** **Encerramento**: Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém a pediu, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada. Assinaturas: Mesa: Sra. Paula Ferrareto Dalbello - Presidente; Sr. Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior - Secretário. Acionista: EDP Renováveis Brasil S.A. (representada por seus diretores Paula Ferrareto Dalbello e Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior). Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 30 de abril de 2024. Mesa: Paula Ferrareto Dalbello - Presidente. Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior - Secretário. JUCESP nº 202.575/24-0 em 14/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Central Solar Novo Oriente III S.A.

CNPJ/MF nº 41.825.337/0001-15 - NIRE 35300567994

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de Abril de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada em 30 (trinta) de abril de 2024, às 12h30min, na sede da **Central Solar Novo Oriente III S.A.** ("Companhia"), localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3729, 9º andar, Sala 48, CEP 04538-905, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. Convocação e Presença**: Dispensada a publicação de editais de convocação, na forma do disposto no artigo 124, § 4º da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), por estar presente a acionista que representa a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa**: Assumiu a presidência dos trabalhos a Sra. **Paula Ferrareto Dalbello** que nomeou o Sr. **Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior** para secretariá-la. **4. Ordem do Dia**: Deliberar sobre o aumento do capital social da Companhia. **5. Deliberações**: Instalada a Assembleia, após a discussão da matéria, a acionista presente deliberou, sem quaisquer ressalvas, reservas ou restrições: **5.1.** Considerando que o capital social da Companhia se encontra totalmente subscrito e integralizado nesta data, a Acionista decide aprovar o aumento do capital social da Companhia no valor total de R$ 58.520.000,00 (cinquenta e oito milhões, quinhentos e vinte mil reais), mediante a emissão de 58.520.000 (cinquenta e oito milhões, quinhentos e vinte mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, com o preço de emissão de R$ 1,00 (um real) cada, estabelecido nos termos do parágrafo 1º do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, passando o capital social da Companhia dos atuais R$ 79.710.500,00 (setenta e nove milhões, setecentos e dez mil e quinhentos reais), para R$ 138.230.500,00 (cento e trinta e oito milhões, duzentos e trinta mil e quinhentos reais), dividido em 138.230.500 (cento e trinta e oito milhões, duzentos e trinta mil e quinhentas) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **5.2.** O aumento de capital ora aprovado é totalmente subscrito e integralizado nesta data pela acionista **EDP Renováveis Brasil S.A.**, sociedade anônima, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 9º andar, parte, Itaim Bibi, CEP 04538-905, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ("CNPJ/MF") sob o nº 09.334.083/0001-20, com seu Estatuto Social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.351.789 ("EDPR"), conforme Boletim de Subscrição que passa a integrar o presente instrumento como Anexo I. **5.3.** Em virtude do aumento de capital ora aprovado, a Acionista decide alterar o Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, o qual passará a ter a seguinte redação: *"ARTIGO 5º O capital social, totalmente subscrito e integralizado é de R$ 138.230.500,00 (cento e trinta e oito milhões, duzentos e trinta mil e quinhentos reais), dividido em 138.230.500 (cento e trinta e oito milhões, duzentos e trinta mil e quinhentas) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal."* **6. Encerramento**: Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém a pediu, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada. Assinaturas: Sra. Paula Ferrareto Dalbello – Presidente e Sr. Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior - Secretário. Acionista: EDP Renováveis Brasil S.A. (representada por seus diretores Paula Ferrareto Dalbello e Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior). Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 30 de abril de 2024. Mesa: **Paula Ferrareto Dalbello** - Presidente; **Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior** - Secretário. JUCESP nº 201.719/24-1 em 14/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Central Geradora Fotovoltaica Monte Verde Solar I S.A.

CNPJ/MF nº 47.027.345/0001-00 - NIRE 35.300.595.726

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 30 de Abril de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada em 30 (trinta) de abril de 2024, às 10h30min, na sede da **CENTRAL FOTOVOLTAICA MONTE VERDE SOLAR I S.A.** ("Companhia"), localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3729, 9º andar, Sala 79, CEP 04538-905, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a publicação de editais de convocação, na forma do disposto no artigo 124, § 4º da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), por estar presente a acionista que representa a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa**: Assumiu a presidência dos trabalhos a Sra. **Paula Ferrareto Dalbello** que nomeou o Sr. **Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior** para secretariá-la. **4. Ordem do Dia**: Deliberar sobre o aumento do capital social da Companhia. **5. Deliberações**: Instalada a Assembleia, após a discussão da matéria, a acionista presente deliberou: **5.1.** Considerando que o capital social da Companhia se encontra totalmente subscrito e integralizado, a acionista decide aprovar o aumento do capital social da Companhia no valor total de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), mediante a emissão de 150.000 (cento e cinquenta mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, com o preço de emissão de R$ 1,00 (um real) cada, estabelecido nos termos do parágrafo 1º do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, passando o capital social da Companhia dos atuais R$ 500,00 (quinhentos reais), para R$ 150.500,00 (cento e cinquenta mil e quinhentos reais), dividido em 150.500 (cento e cinquenta mil e quinhentas) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **5.2.** O aumento de capital ora aprovado é totalmente subscrito e integralizado nesta data pela acionista EDP Renováveis Brasil S.A., sociedade anônima, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 9º andar, parte, Itaim Bibi, CEP 04538-905, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ("CNPJ/MF") sob o nº 09.334.083/0001-20, com seu Estatuto Social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.351.789 ("EDPR"), conforme Boletim de Subscrição que passa a integrar o presente instrumento como Anexo I. **5.3.** Em virtude do aumento de capital ora aprovado, a acionista decide alterar o Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, o qual passará a ter a seguinte redação: *"ARTIGO 5º O capital social, totalmente subscrito e integralizado é de R$ 150.500,00 (cento e cinquenta mil e quinhentos reais), dividido em 150.500 (cento e cinquenta mil e quinhentas) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal."* ***6.*** **Encerramento**: Nada mais havendo a ser tratado, a Sra. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém a pediu, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada. Assinaturas: Mesa: Sra. Paula Ferrareto Dalbello - Presidente; Sr. Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior - Secretário. Acionista: EDP Renováveis Brasil S.A. (representada por seus diretores Paula Ferrareto Dalbello e Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior). Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 30 de abril de 2024. Mesa: Paula Ferrareto Dalbello - Presidente. Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior - Secretário. JUCESP nº 202.778/24-1 em 14/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Paramount Têxteis Indústria e Comércio S.A.

CNPJ/MF Nº 61.565.222/0001-46 - NIRE 35300320069 - Companhia Fechada

Extrato da Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, Realizadas em 29/04/2024

1. Data, horário e local: 29/04/2024, às 14:00 h, na sede da Companhia, em São Paulo, Capital, na Av. Eusébio Matoso nº 1.375, 3.º andar, CEP 05423-905. **2. Convocação**: Anúncios publicados, na forma do Art. 124 da Lei nº 6.404/76, no Diário de Notícias (versões impressa e digital) nas edições dos dias 11, 12 e 13.04.2024. **3. Presenças**: Presentes os acionistas da **Paramount Têxteis Indústria e Comércio S.A.** representando 99,2765% das ações ordinárias e 74,0049% das ações preferenciais, conforme registros e assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia (fls. 36 verso e 37 frente). O Conselho Fiscal não se encontra instalado. Presentes, ainda, os seguintes Diretores Estatutários da Companhia: Srs. José Carlos Kanner e Luiz Arthur Pacheco de Castro. **4. Mesa**: Sr. Fuad Mattar – Presidente; Luiz Arthur Pacheco de Castro - Secretário. **5. Ordem do dia: Assembleia Geral Ordinária: (i)** Aprovação do Relatório da Administração, Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados, demais demonstrações financeiras exigidas por lei e Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023; **(ii)** Eleição dos Membros dos Conselhos de Administração e Consultivo, e fixação de seus honorários; **(iii)** Outros assuntos de interesse da Companhia. **Assembleia Geral Extraordinária: (i)** Autorização para venda de bens imóveis de propriedade da Companhia (Art. 21, alínea "b" do Estatuto Social); **(ii)** Outros assuntos de interesse da Companhia. **6. Deliberações da Assembleia Geral Ordinária:** Instalada a Assembleia, o Sr. Presidente informou que o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023, acompanhadas do Relatório da Administração e Parecer dos Auditores Independentes, foram publicados no jornal Diário de Notícias (versões impressa e digital) do dia 28/03/2024. Tomadas as seguintes deliberações por unanimidade, não tendo votado os legalmente impedidos. **(i) Aprovação do Relatório da Administração, Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados, demais demonstrações financeiras exigidas por lei e Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023.** Aprovados, sem restrições, os documentos discriminados no item "1" da Ordem do Dia, bem como a proposta da Administração no sentido de que o lucro líquido do exercício encerrado em 31/12/2023, no montante de R$ 8.567.828,18 e transferido para a conta de Resultados Acumulados, que possuía um saldo de R$ 858.322,09, decorrente da realização da reserva de reavaliação no curso do exercício social de 2023, totalizando R$ 9.426.150,27, tenha a seguinte destinação: I - R$ 471.307,51 para a conta de Reserva Legal; II - R$ 4.347.595,02 para a conta denominada Dividendos Propostos e Juros sobre Capital Próprio, dos quais: (a) o valor de R$ 1.776.092,28 para pagamento a título de juros sobre capital próprio, conforme deliberado em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 31.01.2023, 28.02.2023 e 31.03.2023, imputáveis aos dividendos mínimos e obrigatórios, nos termos das alíneas "b" e "c" e Parágrafo Único, do art. 24 do Estatuto Social; e, (b) o valor de R$ 2.571.502,74 para pagamento a título de título de dividendos relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2023. Foi decidido, também, que as datas de pagamento dos juros sobre capital próprio imputáveis aos dividendos declarados no decorrer do exercício de 2023, bem como dos dividendos mencionados no item (b) supra deverão ser objeto de futura deliberação pelo Conselho de Administração, em reuniões a serem realizadas no curso do exercício de 2.024, nos termos do art. 205, § 3º da Lei nº 6.404/76; III - R$ 4.607.247,74 (quatro milhões, seiscentos e sete mil, duzentos e quarenta e sete reais e setenta e quatro centavos) sejam transferidos para a conta de Reserva Estatutária de Lucros, que passará a ter um saldo de R$ 26.285.452,26. Finalmente, em decorrência do deliberado no item II, a Assembleia pôde constatar que as obrigações legais e estatutárias de distribuição de dividendos obrigatórios de 25% do lucro do exercício e ainda dividendos mínimos de 6% sobre o total das ações preferenciais da sociedade consideram-se plenamente cumpridas em relação ao exercício social encerrado em 31/12/2023. **(ii) Eleição dos Membros dos Conselhos de Administração e Consultivo e fixação de seus honorários:** Nos termos do Artigo 8º do Estatuto Social, foram eleitos os seguintes membros para o Conselho de Administração da sociedade, a saber: para o cargo de Presidente do Conselho de Administração foi eleito o Sr. **Fuad Mattar** (reeleito); para o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração foi eleito o Sr. **Luiz Fernando Novaes Mattar** (reeleito); e para os demais cargos de membros do Conselho de Administração foram eleitos os Srs. **Paulo Chede Mattar**, **Luiz Roberto Novaes Mattar**, **Marco Antonio Cattini Mattar**, e **Flavio Dacca Mattar.** Os membros do Conselho de Administração ora eleitos/reeleitos terão mandato até a Assembleia Geral Ordinária a se realizar nos quatro primeiros meses que se seguirem ao encerramento do atual exercício social e serão investidos em seus respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse no livro de Atas do Conselho de Administração, tendo apresentado Declarações de Desimpedimento, anexas à presente ata, informando, sob as penas da lei, não estarem impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, em observância ao disposto no Art. 147, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76, ficando outra via de tais Declarações arquivadas na sede da sociedade. Dando-se prosseguimento aos trabalhos, nos termos do Artigo 17 do Estatuto Social, foram eleitos para membros do Conselho Consultivo da sociedade os Srs. **Sérgio Dacca Mattar**, **Felipe Nahas Mattar**, **Sérgio Opice Mattar** e **Luiz Arthur Pacheco de Castro**. Os membros do Conselho Consultivo ora reeleitos terão mandato até a Assembleia Geral Ordinária a se realizar nos quatro primeiros meses que se seguirem ao encerramento do atual exercício social. No tocante à remuneração global dos Membros dos Conselhos de Administração, Consultivo e da Diretoria, a Assembleia incumbiu a Diretoria de elaborar proposta a respeito, submetendo-a ao Conselho de Administração para deliberação final. **(iii) Outros assuntos de interesse da Companhia.** Deliberado que todas as publicações exigidas pela Lei nº 6.404/76 relativas à sociedade deverão ser efetuadas no Jornal Diário de Notícias, em forma impressa e digital, nos termos da Lei nº 13.818/2019. **7. Deliberações da Assembleia Geral Extraordinária**: Instalada a Assembleia e passando à Ordem do Dia, após sua leitura e discussão, foram tomadas as seguintes deliberações por unanimidade, não tendo votado os legalmente impedidos: **(i) Autorização para venda de bens imóveis de propriedade da Companhia (Art. 21, alínea "b" do Estatuto Social.** Após exposição de motivos apresentada pela Diretoria, os Srs. Acionistas deliberaram, por unanimidade, autorizar a venda dos imóveis de propriedade da Companhia, objetos das matrículas nºs 3.089 e 3.861, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Esteio. Em decorrência do deliberado, foi a Diretoria autorizada a firmar toda documentação necessária a efetivação da operação em questão, sem exceção, especialmente Escritura Pública de Venda e Compra e demais documentação pertinente à transferência do domínio e posse dos imóveis aqui objetivados em favor do Comprador. **(ii) Outros assuntos de interesse da Companhia.** Não houve outros assuntos de interesse social a serem deliberados nesta AGE. **8. Encerramento**: Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e assinada pelos presentes, que autorizaram a respectiva publicação em forma de sumário, nos termos do Art. 130, § 3º, da Lei nº 6.404/76. São Paulo, 29 de abril de 2024. **Fuad Mattar -** (Presidente); **Luiz Arthur Pacheco de Castro** (Secretário); **p. Mattar Participações Ltda.** Fuad Mattar. **p. Paramount Imobiliária Comercial Ltda. Fuad Mattar; Paulo Chede Mattar. Fuad Mattar; Luiz Roberto Novaes Mattar; Luiz Fernando Novaes Mattar; Marco Antonio Cattini Mattar; Paulo Chede Mattar; Sérgio Dacca Mattar; Luiz Arthur Pacheco de Castro.** JUCESP nº 204.974/24-0 em 17/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Central Solar Novo Oriente IV S.A.

CNPJ/MF nº 41.824.567/0001-60 - NIRE 35300568044

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de Abril de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada em 30 (trinta) de abril de 2024, às 12h30min, na sede da **Central Solar Novo Oriente IV S.A.** ("Companhia"), localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3729, 9º andar, Sala 49, CEP 04538-905, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. Convocação e Presença**: Dispensada a publicação de editais de convocação, na forma do disposto no artigo 124, § 4º da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), por estar presente a acionista que representa a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa**: Assumiu a presidência dos trabalhos a Sra. **Paula Ferrareto Dalbello** que nomeou o Sr. **Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior** para secretariá-la. **4. Ordem do Dia**: Deliberar sobre o aumento do capital social da Companhia. **5. Deliberações**: Instalada a Assembleia, após a discussão da matéria, a acionista presente deliberou, sem quaisquer ressalvas, reservas ou restrições: **5.1.** Considerando que o capital social da Companhia se encontra totalmente subscrito e integralizado nesta data, a Acionista decide aprovar o aumento do capital social da Companhia no valor total de R$ 36.695.000,00 (trinta e seis milhões, seiscentos e noventa e cinco mil reais), mediante a emissão de 36.695.000 (trinta e seis milhões, seiscentos e noventa e cinco mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, com o preço de emissão de R$ 1,00 (um real) cada, estabelecido nos termos do parágrafo 1º do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, passando o capital social da Companhia dos atuais R$ 82.190.500,00 (oitenta e dois milhões, cento e noventa mil e quinhentos reais), para R$ 118.885.500,00 (cento e dezoito milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil e quinhentos reais), dividido em 118.885.500 (cento e dezoito milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil e quinhentas) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **5.2.** O aumento de capital ora aprovado é totalmente subscrito e integralizado nesta data pela acionista **EDP Renováveis Brasil S.A.**, sociedade anônima, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 9º andar, parte, Itaim Bibi, CEP 04538-905, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ("CNPJ/MF") sob o nº 09.334.083/0001-20, com seu Estatuto Social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.351.789 ("EDPR"), conforme Boletim de Subscrição que passa a integrar o presente instrumento como Anexo I. **5.3.** Em virtude do aumento de capital ora aprovado, a Acionista decide alterar o Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, o qual passará a ter a seguinte redação: *"ARTIGO 5º O capital social, totalmente subscrito e integralizado é de R$ 118.885.500,00 (cento e dezoito milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil e quinhentos reais), dividido em 118.885.500 (cento e dezoito milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil e quinhentas) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal."* **6. Encerramento**: Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém a pediu, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada. Assinaturas: Sra. Paula Ferrareto Dalbello – Presidente e Sr. Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior - Secretário. Acionista: EDP Renováveis Brasil S.A. (representada por seus diretores Paula Ferrareto Dalbello e Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior). Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 30 de abril de 2024. Mesa: **Paula Ferrareto Dalbello** - Presidente; **Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior** - Secretário. JUCESP nº 202.139/24-4 em 14/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Central Geradora Fotovoltaica Monte Verde Solar II S.A.

CNPJ/MF nº 41.813.223/0001-55 - NIRE 35.300.567.811

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 30 de Abril de 2024

1. Data, Hora e Local: Aos 30 (trinta) dias de abril de 2024, às 17h10min, na sede social da **Central Geradora Fotovoltaica Monte Verde Solar II S.A.** ("Companhia"), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3729, 9º andar, Sala 41, Itaim Bibi, CEP 04538-905, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. Presença**: Dispensada a publicação de editais de convocação, na forma do disposto no artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("LSA"), por estar presente a acionista que representa a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa**: Assumiu a presidência dos trabalhos a Sra. **Paula Ferrareto Dalbello** que nomeou o Sr. **Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior** para secretariá-la. **4. Ordem do Dia**: Deliberar sobre o aumento de capital social da Companhia. **5. Deliberações**: Instalada a Assembleia, após a discussão das matérias, a acionista presente deliberou, sem quaisquer ressalvas, reservas ou restrições: **5.1.** Aprovar o aumento de capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, no valor total de R$ 12.745.000,00 (doze milhões, setecentos e quarenta e cinco mil reais), mediante a emissão de 12.745.000 (doze milhões e setecentas e quarenta e cinco mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, com o preço de emissão de R$ 1,00 (um real) cada, estabelecido nos termos do parágrafo 1º do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, passando o capital social da Companhia de R$ 169.179.649,00 (cento e sessenta e nove milhões, cento e setenta e nove mil, seiscentos e quarenta e nove reais) para R$ 181.924.649,00 (cento e oitenta e um milhões, novecentos e vinte e quatro mil e seiscentos e quarenta e nove reais), dividido em 181.924.649 (cento e oitenta e um milhões, novecentas e vinte e quatro mil, seiscentas e quarenta e nove) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **5.2.** O aumento de capital ora aprovado é totalmente subscrito e imediatamente integralizado nesta data pela acionista **EDP Renováveis Brasil S.A**., sociedade anônima, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 9º andar, parte, Itaim Bibi, CEP 04538-905, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ("CNPJ/MF") sob o nº 09.334.083/0001-20, com seu Estatuto Social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.351.789 ("EDPR"), conforme Boletim de Subscrição que passa a integrar o presente instrumento como Anexo I. **5.1.** Em virtude do aumento de capital ora aprovado, a Acionista decide alterar o Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, o qual passará a ter a seguinte redação: *"**ARTIGO 5º** O capital social é de R$ 181.924.649,00 (cento e oitenta e um milhões, novecentos e vinte e quatro mil e seiscentos e quarenta e nove reais), dividido em 181.924.649 (cento e oitenta e um milhões, novecentas e vinte e quatro mil, seiscentas e quarenta e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais se encontram totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional."* **6. Encerramento e Lavratura da Ata**: Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém a pediu, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada. *Assinaturas*: *Mesa: Paula Ferrareto Dalbello - Presidente e Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior - Secretária. Acionista: EDP Renováveis Brasil S.A. (representada por seus diretores Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior e Paula Ferrareto Dalbello).* Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 30 de abril de 2024. Mesa: Paula Ferrareto Dalbello - Presidente. Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior - Secretário.. JUCESP nº 202.776/24-4 em 14/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A.

CNPJ/MF nº 26.885.182/0001-19 - NIRE: 35300617011

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas realizada em 24 de abril de 2024, às 09:00 horas

Data, Hora e Local: Em 24 de abril de 2024, às 09:00 horas, na sede da Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A. ("Companhia"), na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 955, 10º andar, sala 6, Itaim Bibi, CEP 04530-001, São Paulo/SP, por meio de videoconferência. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação prévia consoante ao disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei n.º 6.404/76, conforme alterada, tendo em vista a participação de todos os acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinaturas no Livro de Presença de Acionistas. Participaram ainda, o Diretor da Companhia, o Sr. Gabriel Lopez Moreno, e o representante da Ernest Young Auditores Independentes ("EY"), o Sr. Ricardo Leite. **Mesa:** Presidente: Gabriel Lopez Moreno; e Secretário: Wiliam Yuzo Akamine. **Documentos Disponibilizados:** Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, todos previamente remetidos aos acionistas e publicados no Jornal Diário de Notícias em 10 de abril de 2024 tanto em versão física (páginas 13 a 14) quanto em versão digital. **Ordem do Dia**: **(i)** Em Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), deliberar sobre **(i.a)** as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer emitido pelo auditor independente da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, e **(i.b)** a destinação do lucro do exercício de 2023; e **(ii)** em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), deliberar sobre **(ii.a)** a ratificação da contratação da EY como auditores independentes referente ao exercício de 2023, **(ii.b)** a remuneração anual global dos administradores para o exercício de 2024, e **(ii.c)** o orçamento anual para o exercício de 2024. **Deliberações:** Iniciado os trabalhos, o Presidente da Mesa apresentou aos acionistas os documentos e informações relacionados às matérias constantes na Ordem do Dia. Após exame e discussão, o Sr. Presidente colocou para votação os itens constantes da Ordem do Dia e, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, os acionistas aprovaram: **(i)** em AGO: **(i.a)** as contas da administração, o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, conforme Publicações; **(i.b)** a proposta de destinação do lucro líquido da Companhia apresentada pela Diretoria referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, no montante de R$ 140.721.316,75 (cento e quarenta milhões, setecentos e vinte e um mil, trezentos e dezesseis reais e setenta e cinco centavos), para que o lucro líquido seja destinado da seguinte forma: **(i.b.i)** R$ 7.036.065,83 (sete milhões, trinta e seis mil, sessenta e cinco reais, e oitenta e três centavos) serão destinados à Reserva Legal; **(i.b.ii)** R$ 13.688.530,50 (treze milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, quinhentos e trinta reais e cinquenta centavos) serão destinados à Reserva de Incentivos Fiscais; **(i.b.iii)** R$ 29.999.180,10 (vinte e nove milhões, novecentos e noventa e nove mil, cento e oitenta reais e dez centavos) serão destinados aos dividendos mínimos obrigatórios, sendo que, desse valor: (i) R$ 21.698.225,00 (vinte e um milhões, seiscentos e noventa e oito mil, duzentos e vinte e cinco reais) foram pagos antecipadamente aos acionistas em 2023 a título de juros sobre o capital próprio, e (ii) R$ 8.300.925,10 (oito milhões, trezentos mil, novecentos e vinte e cinco reais e dez centavos) serão pagos aos acionistas a título de dividendos, proporcionalmente à participação de cada acionista no capital social da Companhia; **(i.b.iv)** R$ 89.997.540,32 (oitenta e nove milhões, novecentos e noventa e sete mil, quinhentos e quarenta reais e trinta e dois centavos) serão destinados à Reserva de Lucros a Realizar. **(ii)** em AGE: **(ii.a)** a ratificação da contratação da EY referente ao exercício de 2023, **(ii.b)** a proposta de remuneração anual global dos administradores para o exercício de 2024, conforme documento arquivado com a área de recursos humanos da Companhia e disponibilizados aos acionistas, e **(ii.c)** o orçamento anual para o exercício de 2024, conforme arquivado na sede da Companhia e disponibilizado aos acionistas. Fica a Diretoria da Companhia autorizada a realizar todo e qualquer ato necessário para formalizar as deliberações acima. **Encerramento e Lavratura**: Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos, lavrando-se esta ata na forma de sumário que foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. **Assinaturas: Gabriel Lopez Moreno, Presidente; Wiliam Yuzo Akamine, Secretário;** Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, representado por sua administradora Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda.; e Quantum Participações S.A. representada na forma do seu Estatuto Social ambos **Acionistas**. A presente ata é cópia fiel da via original lavrada em livro próprio. São Paulo, 24 de abril de 2024. **Mesa: Gabriel Lopez Moreno - Presidente da Mesa, Wiliam Yuzo Akamine - Secretário da Mesa. Lista de Presença. Acionistas: Brasil Energia Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia (representado por Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda.) - Quantum Participações S.A.** JUCESP nº 203.374/24-1 em 16/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Central Solar Novo Oriente V S.A.

CNPJ/MF nº 41.824.539/0001-42 - NIRE 35300568061

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de Abril de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada em 30 (trinta) de abril de 2024, às 12h30min, na sede da **Central Solar Novo Oriente V S.A.** ("Companhia"), localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3729, 9º andar, Sala 50, CEP 04538-905, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. Convocação e Presença**: Dispensada a publicação de editais de convocação, na forma do disposto no artigo 124, § 4º da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), por estar presente a acionista que representa a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa**: Assumiu a presidência dos trabalhos a Sra. **Paula Ferrareto Dalbello** que nomeou o Sr. **Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior** para secretariá-la. **4. Ordem do Dia**: Deliberar sobre o aumento do capital social da Companhia. **5. Deliberações**: Instalada a Assembleia, após a discussão da matéria, a acionista presente deliberou, sem quaisquer ressalvas, reservas ou restrições: **5.1.** Considerando que o capital social da Companhia se encontra totalmente subscrito e integralizado nesta data, a Acionista decide aprovar o aumento do capital social da Companhia no valor total de R$ 35.190.000,00 (trinta e cinco milhões, cento e noventa mil reais), mediante a emissão de 35.190.000 (trinta e cinco milhões, cento e noventa mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, com o preço de emissão de R$ 1,00 (um real) cada, estabelecido nos termos do parágrafo 1º do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, passando o capital social da Companhia dos atuais R$ 122.160.500,00 (cento e vinte e dois milhões, cento e sessenta mil e quinhentos reais), para R$ 157.350.500,00 (cento e cinquenta e sete milhões, trezentos e cinquenta mil e quinhentos reais), dividido em 157.350.500 (cento e cinquenta e sete milhões, trezentos e cinquenta mil e quinhentas) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **5.2.** O aumento de capital ora aprovado é totalmente subscrito e integralizado nesta data pela acionista **EDP Renováveis Brasil S.A.**, sociedade anônima, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 9º andar, parte, Itaim Bibi, CEP 04538-905, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ("CNPJ/MF") sob o nº 09.334.083/0001-20, com seu Estatuto Social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.351.789 ("EDPR"), conforme Boletim de Subscrição que passa a integrar o presente instrumento como Anexo I. **5.3.** Em virtude do aumento de capital ora aprovado, a Acionista decide alterar o Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, o qual passará a ter a seguinte redação: *"ARTIGO 5º O capital social, totalmente subscrito e integralizado é de R$ 157.350.500,00 (cento e cinquenta e sete milhões, trezentos e cinquenta mil e quinhentos reais), dividido em 157.350.500 (cento e cinquenta e sete milhões, trezentos e cinquenta mil e quinhentas) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal."* **6. Encerramento**: Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém a pediu, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada. Assinaturas: Sra. Paula Ferrareto Dalbello – Presidente e Sr. Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior - Secretário. Acionista: EDP Renováveis Brasil S.A. (representada por seus diretores Paula Ferrareto Dalbello e Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior). Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 30 de abril de 2024. Mesa: **Paula Ferrareto Dalbello** - Presidente; **Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior** - Secretário. JUCESP nº 202.779/24-5 em 14/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Central Eólica Borborema IV S.A.

CNPJ/MF nº 47.034.101/0001-47 - NIRE 35.300.595.807

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 30 de Abril de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada em 30 (trinta) de abril de 2024, às 14h00min, na sede da **CENTRAL EÓLICA BORBOREMA IV S.A**. ("Companhia"), localizada na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3279, 9º andar, sala 84, Itaim Bibi, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. CEP: 04538-905. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a publicação de editais de convocação, na forma do disposto no artigo 124, § 4º da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), por estar presente a acionista que representa a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Assumiu a presidência da mesa da assembleia a Sra. **Paula Ferrareto Dalbello** como presidente e o Sr. **Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior** como Secretário. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre o aumento de capital social da Companhia. **5. Deliberações**: Instalada a assembleia, a acionista presente deliberou: **5.1.** Considerando que o capital social da Companhia se encontra totalmente subscrito e integralizado nesta data, a Acionista decide aprovar o aumento do capital social da Companhia no valor total de R$ 3.650.000,00 (três milhões e setecentos mil reais), mediante a emissão de 3.650.000 (três milhões e setecentos mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, com o preço de emissão de R$ 1,00 (um real) cada, estabelecido nos termos do parágrafo 1º do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, passando o capital social da Companhia dos atuais R$ 1.775.050,00 (um milhão, setecentos e setenta e cinco mil e cinquenta reais), para R$ 5.425.050,00 (cinco milhões e quatrocentos e vinte e cinco mil e cinquenta reais), dividido em 5.475.050 (cinco milhões e quatrocentos e setenta e cinco mil e cinquenta) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **5.2.** O aumento de capital ora aprovado é totalmente subscrito e integralizado nesta data pela acionista EDP Renováveis Brasil S.A., sociedade anônima, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 9º andar, parte, Itaim Bibi, CEP 04538-905, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ("CNPJ/MF") sob o nº 09.334.083/0001-20, com seu Estatuto Social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.351.789 ("EDPR"), conforme Boletim de Subscrição que passa a integrar o presente instrumento como Anexo I. **5.3.** Em virtude do aumento de capital ora aprovado, a Acionista decide alterar o Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, o qual passará a ter a seguinte redação: *"**ARTIGO 5º** O capital social, totalmente subscrito e integralizado é de R$ 5.425.050,00 (cinco milhões e quatrocentos e vinte e cinco mil e cinquenta reais), dividido em 5.425.050 (cinco milhões e quatrocentos e vinte e cinco mil e cinquenta) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal."* **5.4.** Em virtude da deliberação acima, a Acionista decide consolidar o Estatuto Social da Companhia, que passará a ser redigido conforme Anexo II a esta ata. **6. Encerramento**: Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém a pediu, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada. Assinaturas: Mesa: Sra. Paula Ferrareto Dalbello - Presidente e o Sr. Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior - Secretário. Acionista: EDP Renováveis Brasil S.A. (representada por seus diretores Paula Ferrareto Dalbello e Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior). Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 30 de abril de 2024. Mesa: **Paula Ferrareto Dalbello -** Presidente. **Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior -** Secretário. JUCESP nº 203.419/24-8 em 16/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Cetec Educacional S.A.

CNPJ nº 07.761.676/0001-47 - NIRE: 35300327454

Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

O Presidente do Conselho de Administração do CETEC Educacional S.A., convoca na forma da Lei nº 6.404/76 e do seu Estatuto Social, todos os acionistas da Companhia, para se reunirem em AGO e se realizar no dia 31/05/2024, às 10h00 na filial da Companhia localizada à Rua Francisco Paes, 84, Centro, CEP 12.210-100, na Cidade de São José dos Campos, SP, para deliberarem sobre as seguintes matérias: (i) aprovação, esclarecimentos e informações referentes às Demonstrações Financeiras, Relatório da Administração referentes ao exercício social encerrados nos seguintes períodos: 31/12/2017, 31/12/2018, 31/12/2019, 31/12/2020, 31/12/2021, 31/12/2022 e 31/12/2023, (ii) Alteração do Estatuto Social; (iii) alteração de endereço da sede do conselho de administração dos filiais, (iv) Processo Judicial 1007149-11.2024.8.26.0577 e (v) demais assuntos de interesse geral. São José dos Campos, 22 de maio de 2024. **Thiago Rodrigues Pêgas - Presidente do Conselho de Administração.**

Paramount Têxteis Indústria e Comércio S.A.

CNPJ/MF nº 61.565.222/0001-46 - NIRE 35300320069 - Companhia Fechada

Extrato da Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 29/04/2024

Data, Horário e Local: 29/04/2024, às 16:00 hs, na sede social em São Paulo - SP. **Convocação e Presenças**: Convocação efetuada na forma do Art. 9.º do Estatuto Social. Presentes a totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa**: Presidente: Fuad Mattar, Secretário: Luiz Arthur Pacheco de Castro. **Deliberações por unanimidade de votos: (i) Eleição dos Membros da Diretoria da Companhia: José Carlos Kanner** - **Diretor Superintendente**; **Luiz Arthur Pacheco de Castro, João Batista Ervino Heemann** e **Luiz Fernando Novaes Mattar**, para os cargos de **Diretor sem Designação Especial;** e o Sr. **Luiz Arthur Pacheco de Castro**, para ocupar o cargo de **Diretor de Relações com Investidores**. Com mandato até 30.06.2025. **(ii) Eleição dos Membros das Diretorias das Controladas: Tonra Indústria e Comércio Têxtil Ltda.**, **José Carlos Kanner**, **Luiz Arthur Pacheco de Castro** e **Luiz Fernando Novaes Mattar**; e, para Presidente e Vice-Presidente da **Inversora Holger S.A.** e **Radelton Trading Corporation**: **Luiz Arthur Pacheco de Castro** e **José Carlos Kanner**, respectivamente, todos com mandato até 30/06/2025. **(iii) Autorização para a Diretoria outorgar procurações em nome da Sociedade e de suas Controladas.** Aprovada a proposta de procurações a serem outorgadas em nome da Companhia e de suas Controladas, válidas até 30/06/2025, conforme "Anexo I". **(iv) Contratação dos Auditores Externos para o Balanço de 31/12/2024.** Aprovada a empresa Deloitte Touche Tohmatsu para auditoria independente dos Balanços da Companhia e de suas Controladas, a se encerrarem em 31/12/2024. Foi também aprovada pelos Srs. Conselheiros a proposta de honorários dos Auditores Independentes apresentada pela Diretoria. **(v) Transações entre a Sociedade e Acionista ou Coligadas a Acionistas detentores de 5% do Capital Social da Companhia.** Aprovada a proposta da Diretoria para efetuar, até 30/04/2025, dentro do limite do equivalente a US$ 500,000.00, transações comerciais normais entre a sociedade e quaisquer de seus acionistas, pessoa física ou jurídica, que direta ou indiretamente controlam ou sejam controladas por, ou sejam coligadas a acionistas detentores de ações representativas de 5% do Capital Social da Companhia. **(vi) Proposta da Diretoria sobre a Remuneração Global dos Membros do Conselho de Administração, Consultivo e da Diretoria.** Aprovada a proposta da Diretoria que, devidamente rubricada pelos Conselheiros presentes, fica arquivada na sede da Companhia. **(vii) Outros assuntos. (a)** Debatidas e prestados esclarecimentos sobre as contas relativas ao mês de março/2024, tendo sido aprovadas pelos presentes. **(b)** A próxima reunião do Conselho de Administração fica designada para o dia 20/05/2024, às 14:30h na sede social. **Encerramento:** Nada mais. **Fuad Mattar -** (Presidente); **Luiz Arthur Pacheco de Castro** (Secretário). JUCESP nº 204.222/24-2 em 17/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - DRS.XV

Edital de Abertura do Pregão Eletrônico nº PE-90051/2024 - DRS.XV

Encontra-se aberto no Departamento Regional de Saúde - DRS.XV de São José do Rio Preto, a Licitação na modalidade de Pregão Eletrônico **nº PE-90051/2024 - DRS.XV**, do **tipo Menor Preço**, referente ao **Processo nº 024.00149767/2023-53**, objetivando a compra de "**MEDICAMENTOS" - Entrega Imediata,** para atender Demandas Judiciais de pacientes da região do DRS. XV. A sessão pública do **Pregão Eletrônico nº PE-90051/2024-DRS.XV**, será no dia **10/06/2024**, a partir das 09h00min, na Sala de Pregões da Sede do DRS. XV, sita a Avenida Dr. Janio Quadros, nº 150 - Distrito Industrial Ulisses Guimarães - São José do Rio Preto/SP. As informações estarão disponíveis nos sítios http://www.e-negociospublicos.com.br e www.compras.sp.gov.br.

DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - DRS.XV

Edital de Abertura do Pregão Eletrônico nº PE-90052/2024 - DRS.XV

Encontra-se aberto no Departamento Regional de Saúde - DRS.XV de São José do Rio Preto, a Licitação na modalidade de Pregão Eletrônico **nº PE-90052/2024 - DRS.XV**, do **tipo Menor Preço**, referente ao **Processo nº 024.00142972/2023-98**, objetivando a compra de "**MEDICAMENTOS" - Entrega Imediata,** para atender Demandas Judiciais de pacientes da região do DRS. XV. A sessão pública do **Pregão Eletrônico nº PE-90052/2024-DRS.XV**, será no dia **11/06/2024**, a partir das 09h00min, na Sala de Pregões da Sede do DRS. XV, sita a Avenida Dr. Janio Quadros, nº 150 - Distrito Industrial Ulisses Guimarães - São José do Rio Preto/SP. As informações estarão disponíveis nos sítios http://www.e-negociospublicos.com.br e www.compras.sp.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA

MARCELO EMILIO DE OLIVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA

PREGÃO ELETRÔNICO nº 117/2024 - PROCESSO nº 14.675/2024 - Nº COMPRA 900117/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CAPACITAÇÃO PARA VEÍCULOS DA GCM DE BOTUCATU. DATA INICIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 23 DE MAIO DE 2024. DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 12 DE JUNHO DE 2024 - HORÁRIO: 09:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal - www.compras.gov.br. O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br ou no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Informações no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: copel@botucatu.sp.gov.br.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

PUBLICIDADE LEGAL

EDIÇÃO NACIONAL

GREENBOW PARTICIPAÇÕES S/A
NIRE 35.300.438.272 – CNPJ n.º 12.328.011/0001-84
Assembleia Geral Extraordinária – Edital de Convocação

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária a se realizar no dia 06 de junho de 2023, às 11,00 horas à Avenida Angélica, nº 1757, Cj. 32, na Capital do Estado de São Paulo, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Demonstração do exercício contábil de 2023; b) Rerratificação da Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 16 de março de 2023, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 132.694/23-2, em sessão de 04.04.2023; c) Intenção de venda de imóvel de propriedade da companhia; d) Apreciação de Boletim de Subscrição dos valores e elementos que compõem o atual capital social; e) Ratificação da posição acionária da companhia; f) Consolidação do Estatuto Social; e g) Outros assuntos de interesse social. São Paulo, 22 de maio de 2024. (a) A Diretoria. (23, 24, 25)

Pragati Empreendimentos e Participações Ltda.

CNPJ nº 14.550.885/0001-07 - NIRE 35.226.060.577
Convocação Reunião Extraordinária de Quotistas

Convocamos todos os sócios para participarem da Reunião de Sócios a ser realizada em 31 de maio de 2024, às 15 horas, na Avenida Paulista, 1.471, conjunto 511, Bela Vista, São Paulo, SP, 01311-927, para deliberar na ordem do dia: **(i)** aprovação, esclarecimentos e informações referentes às Demonstrações Financeiras, Relatório da Administração referentes ao exercício encerrado nos seguintes períodos: 31/12/2017, 31/12/2018, 31/12/2019, 31/12/2020, 31/12/2021, 31/12/2022 e 31/12/2023, **(ii)** Retirada de sócios, **(iii)** Processo Judicial 1007149-11.2024.8.26.0577 e **(iv)** demais assuntos de interesse geral, São Paulo, 22/05/2024. **Thiago Rodrigues Pêgas** e **Luiz Carlos Pêgas - Diretores.**

PENITENCIÁRIA FEMININA SANT'ANA

O Diretor Técnico III Penitenciária Feminina Sant'Ana de São Paulo, torna público que encontra-se aberto a CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2024-PFS do Processo 006.00154594/2024-94 (Inexigibilidade de Licitação - PPAIS), visando a aquisição de Gêneros Alimentícios Hortifrutigranjeiros para consumo nos meses de maio a agosto de 2024. As propostas serão recebidas até dia **10/06/2024, às 10:00 horas**. A sessão de abertura dos envelopes será **realizada no dia 10/06/2024, às 10:30 horas.** O edital e seus anexos estão disponíveis nos sítios eletrônicos: www.gov.br/compras, www.sap.sp.gov.br, www.itesp.sp.gov.br e www.cati.sp.gov.br/ppais, até o dia 10/06/2024.

FUNDAÇÃO HÉLIO AUGUSTO DE SOUZA - FUNDHAS

CNPJ n° 57.522.468/0001-63
AVISO DE RESCISÃO UNILATERAL
CONTRATO Nº 01/2024

O Diretor Presidente da Fundação Hélio Augusto de Souza - Fundhas, no uso de suas atribuições legais, resolve RESCINDIR UNILATERALMENTE o Contrato nº 01/2024, Processo de Compra nº 323/2023, firmado com a empresa Vetormax Para-raios e Segurança Contra Incêndio Ltda - ME, cujo objeto trata da Execução de serviços de verificação das instalações do Sistema de Prevenção de Descargas Atmosféri-cas - SPDA, das Unidades da Fundhas, com fornecimento de equipamentos e mão de obra, conforme faculta o artigo 78, inciso I da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

SJCampos, 22 de maio de 2024.
George Lucas Zenha de Toledo - Diretor Presidente.

Prefeitura Municipal de Limeira

EDITAL: 70/2024
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 62/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 15.503/2024
OBJETO: AQUISIÇÃO DE CUPOM PEDÁGIO PARA ATENDIMENTO AO PEDÁGIO MUNICIPAL.
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: dia 12/06/2024 às 09:30 horas.
EDITAL: 71/2024
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 20.293/2024
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SOFTWARE PARA AUDITORIA TRIBUTÁRIA, GERENCIAMENTO E CONTROLE DE CONTRIBUINTES QUE COMPÕEM O ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO ICMS.
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: dia 12/06/2024 às 09:30 horas.

Edital e seus anexos poderão ser adquiridos sem custo no site da Prefeitura Municipal de Limeira: www.limeira.sp.gov.br ou mediante a gravação em mídia, desta forma o interessado deve comparecer com mídia gravável no Departamento de Gestão de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Limeira, no horário das 9h00 às 16h00, de segunda a sexta-feira, na Rua Dr. Alberto Ferreira, nº 179 – Centro ou ainda mediante o recolhimento da taxa de R$ 0,37 (trinta e sete centavos) por folha de acordo com o Decreto Municipal nº 337 de 27 de dezembro de 2023.

Limeira, 22 de maio de 2024
Departamento de Gestão de Suprimentos

O Município de Limeira, comunica aos interessados do Pregão Eletrônico nº 59/2024 que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM VENDA DE INGRESSOS PELA INTERNET, CALL CENTER, PONTOS DE VENDA COM SISTEMA DE BILHETERIA INFORMATIZADA/INTEGRALIZADA, que na publicação do dia 21/05/2024 ONDE SE LÊ "EDITAL: 65/2024" LEIA-SE "EDITAL: 67/2024". As demais informações permanecem inalteradas.

Limeira, 22 de maio de 2024
Departamento de Gestão de Suprimentos

O Município de Limeira, comunica aos interessados do Pregão Eletrônico nº 60/2024 que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE LEILOEIRO OFICIAL, PARA ATUAR NA PREPARAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E CONDUÇÃO DE LEILÕES PÚBLICOS DESTINADOS À ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS E BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS, que na publicação do dia 21/05/2024 ONDE SE LÊ "EDITAL: 66/2024" LEIA-SE "EDITAL: 68/2024". As demais informações permanecem inalteradas.

Limeira, 22 de maio de 2024
Departamento de Gestão de Suprimentos

O Município de Limeira, comunica aos interessados do Pregão Eletrônico nº 61/2024 que tem como objeto a EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE COFFE BREAK, que na publicação do dia 21/05/2024 ONDE SE LÊ "EDITAL: 67/2024" LEIA-SE "EDITAL: 69/2024". As demais informações permanecem inalteradas.

Limeira, 22 de maio de 2024
Departamento de Gestão de Suprimentos



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO
AVISO DE EDITAL
EDITAL Nº 11 DE 22 DE MAIO DE 2024.
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 90005/2024

Objeto: contratação de empresa especializada para execução de obras de infraestrutura urbana em diversas ruas deste município – Secretaria Municipal de Obras. – Abertura da sessão: 14/06/2024 às 09:00 horas – O edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.itaquaquecetuba.sp.gov.br ou obtidos mediante entrega de 01 (um) Pendrive, virgem e lacrado no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Itaquaquecetuba, sito à Av. Vereador João Fernandes da Silva nº 190, Vila Virginia, Itaquaquecetuba – SP, nos dias úteis, no horário das 8:00 às 16:00 horas. Para maiores informações, estão disponíveis os seguintes telefones (0xx11) 4640-1442 e 4642-1531.

Mário Toyama – Secretário Municipal de Administração e Modernização
Itaquaquecetuba, 22 de maio de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade **Pregão Eletrônico n°23/2024 -** Tipo de Licitação "Menor Valor Global"
Processo Administrativo nº 732/2024 **- Edital de Licitação n° 27/2024**
OBJETO: *Contratação de empresa especializada, na modalidade de Pregão, para locação de brinquedos, infláveis e mecânicos, com equipe operacional de apoio nas atividades, para atender aos eventos comemorativos do município de Itirapina.*

A Prefeitura Municipal de Itirapina torna pública e a quem possa interessar que, será realizado a abertura da sessão pública em referência:

- *Local:* https://bll.org.br//
- *Início de envio da Proposta:* **23 de maio de 2024.**
- *Recebimento de Propostas até:* **11 de junho de 2024 –** Horas: **08h 30min.**
- *Início dos lances:* **11 de junho de 2024 –** Horas: **09h00min.**

Os interessados poderão examinar gratuitamente e adquirir o presente Edital:
1) No site municipal: www.itirapina.sp.gov.br; Na página eletrônica do BLL – Licitações Públicas: https://bll.org.br//; Requisitar nos e-mails: licitacao@itirapina.sp.gov.br, licitacao5@itirapina.sp.gov.br e licitacao6@itirapina.sp.gov.br.

Itirapina, 22 de maio de 2024.
FLÁVIO SIQUEIRA FAGUNDES - Secretário Municipal da Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINLÂNDIA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº 007/2024
PROCESSO 042/2024

PREGÃO ELETRONICO Nº 007/2024 PROCESSO N.º 042/2024. OBJETO: "REGISTRO DE PREÇOS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS HORTIFRUTI PARA MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DA DIRETORIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ALVINLÂNDIA, ACORDO COM ANEXO I, PELO PERÍODO DE 12 MESES". DATA DE ABERTURA: 11/06/2024 AS 09:00 HORAS. EDITAL DISPONIVEL: NO SETOR DE LICITAÇÕESE E PELO SITE www.alvinlandia.sp.gov.br. MAIORES INFORMAÇÕES COM O SR. PREGOEIRO (CARLOS EDUARDO LOTÉRIO) NA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINLANDIA, NA RUA MAJOR COUTO, N.º 294, PELO TELEFONE (14) 3473-8700 OU POR E-MAIL: licitacoes@alvinlandia.sp.gov.br

Abigail Cateli Dias - Prefeita Municipal.

Lula sanciona lei que garante sigilo de vítima de violência doméstica

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou lei que determina sigilo do nome da vítima em processos que apuram crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher.

O texto foi publicado ontem (22) no Diário Oficial da União. A publicação altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, e destaca que o sigilo referido não abrange o nome do autor do crime, "tampouco os demais dados do processo".

Em seu perfil nas redes sociais, Lula comentou a sanção do Projeto de Lei (PL) 1822/2019 e avaliou que o objetivo do governo é que mulheres não sejam revitimizadas e constrangidas durante a ação.

Ao lado de parlamentares e ministros do governo, sancionei o Projeto de Lei 1822/2019 que garante o sigilo do nome de vítimas de violência doméstica e familiar, para que mulheres não sejam revitimizadas e constrangidas durante o processo.

Departamento Regional de Saúde - I da Grande São Paulo - DRS - I
COMUNICADO DO NÚCLEO DE FINANÇAS, SUPRIMENTOS E GESTÃO DE CONTRATOS

Acha- se aberto no Departamento Regional de Saúde- I da Grande São Paulo- DRS- I, a licitação na modalidade de P**regão Eletrônico nº 001/24**, referente ao **Processo nº 024.00038633/2024-99**, cujo objeto é para aquisição de artigos de escritório- papel sulfite, para atender as necessidades deste DRS-I e Unidades subordinadas. A abertura da sessão será no dia 11/06/024, nesta unidade por intermédio do site "www.compras.sp.gov.br" a partir das 10:00 horas. O Edital na íntegra estará disponível para consulta e retirada através do site www.compras.sp.gov e www.imprensaoficial.com.br."

Departamento Regional de Saúde - I da Grande São Paulo - DRS - I
COMUNICADO DO NÚCLEO DE FINANÇAS, SUPRIMENTOS E GESTÃO DE CONTRATOS

Acha- se aberto no Departamento Regional de Saúde- I da Grande São Paulo- DRS- I, a licitação na modalidade de **Pregão Eletrônico nº 002/24**, referente ao **Processo nº 024.00040528/2024-10**, cujo objeto é para aquisição de produtos para higiene pessoal- sabonete líquido e papel higiênico, para atender as necessidades deste DRS- I e Unidades subordinadas. A abertura da sessão será no dia 12/06/024, nesta unidade por intermédio do site "www.compras.sp.gov.br" a partir das 10:00 horas. O Edital na íntegra estará disponível para consulta e retirada através do site www.compras.sp.gov e www.imprensaoficial.com.br."

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Araçatuba, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Divisão de Licitação e Contratos, torna público, por determinação do Senhor Prefeito, o Sr. DILADOR BORGES DAMASCENO, para conhecimento das empresas interessadas, observada a necessária qualificação, que está promovendo, a seguinte licitação de MENOR PREÇO POR ITEM na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO:

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 040/2024 - REGISTRO DE PREÇOS N.º 027/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 468/2024 - PROCESSO DIGITAL Nº 6.675/2024
OBJETO: REGISTRO FORMAL DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE MASSA ASFÁLTICA.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Do dia 27/05/2024 até as 08h30min do dia 14/06/2024.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 08h31min do dia 14/06/2024.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA POR LANCES: Às 09h00min do dia 14/06/2024.
MODO DE DISPUTA: ABERTO
LOCAL: www.bll.org.br/ "Acesso Identificado no link - licitações".
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
O Edital será disponibilizado gratuitamente através dos sites: www.aracatuba.sp.gov.br e www.bll.org.br.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DLC,
Araçatuba, 22 de maio de 2024.
CLAUDIR SANTOS LIMA - DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Araçatuba, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Divisão de Licitação e Contratos, torna público, por determinação do Senhor Prefeito, o Sr. DILADOR BORGES DAMASCENO, para conhecimento das empresas interessadas, observada a necessária qualificação, que está promovendo, a seguinte licitação de MENOR PREÇO GLOBAL na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO:

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 045/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 484/2024
PROCESSO DIGITAL N.º 6.858/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA ATENDIMENTO A TURISTA E A POPULAÇÃO NA CIDADE DA CRIANÇA.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Do dia 24/05/2024 até as 14h00min do dia 11/06/2024.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 14h01min do dia 11/06/2024.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA POR LANCES: Às 14h30min do dia 11/06/2024.
MODO DE DISPUTA: ABERTO
LOCAL: www.bll.org.br/ "Acesso Identificado no link - licitações".
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
O Edital será disponibilizado gratuitamente através dos sites: www.aracatuba.sp.gov.br e www.bll.org.br.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DLC,
Araçatuba, 22 de maio de 2024.
CLAUDIR SANTOS LIMA - DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO MORATO

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2024 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.160/2024. A Prefeitura do Município de Francisco Morato, com sede na Praça da Liberdade, nº 10, Jardim Sinobe, torna público que, encontra-se aberta, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, tendo como objeto para Registro de preços para prestação de serviços de implantação de sinalização e manutenção do sistema viário, nas vias públicas do Município de Francisco Morato-SP, conforme especificações contidas no presente, para atender as necessidades da Diretoria Municipal de Trânsito, conforme quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Sessão de Abertura dia 10 de junho de 2024 às 10:00 horas. O edital se encontrará disponível no site www.novobbmnet.com.br e no departamento de licitações bastando trazer mídia para gravação nou pelo e-mail licitacao@franciscomorato.sp.gov.br e no site www.franciscomorato.sp.gov.br/portal transparência/licitações.

HOSPITAL ESTADUAL "DR. OSWALDO BRANDI FARIA" DE MIRANDÓPOLIS
AVISO DE LICITAÇÃO 90034/2024

O Hospital Estadual "Dr. Oswaldo Brandi Faria" de Mirandópolis, por intermédio do seu Diretor Técnico de Saúde II – Ciro Renato El-Kadre, torna público que se acha aberto, nesta unidade, o aviso de licitação 90034/2024 na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM – Processo Administrativo SEI n.º 024.00027305/2024-67, para escolha da proposta mais vantajosa para a Aquisição de Material de Uso Técnico Hospitalar. Data da sessão: 07/06/2024. Horário: 08:00. Link: https://www.comprasnet.gov.br. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

HOSPITAL ESTADUAL "DR. OSWALDO BRANDI FARIA" DE MIRANDÓPOLIS
AVISO DE LICITAÇÃO 90035/2024

O Hospital Estadual "Dr. Oswaldo Brandi Faria" de Mirandópolis, por intermédio do seu Diretor Técnico de Saúde II – Ciro Renato El-Kadre, torna público que se acha aberto, nesta unidade, o aviso de licitação 90035/2024 na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM – Processo Administrativo SEI n.º 024.00035215/2024-40, para escolha da proposta mais vantajosa para a Aquisição de Material de Uso Técnico Hospitalar – Ácido Peracético e outros. Data da sessão: 19/06/2024. Horário: 08:00. Link: https://www.comprasnet.gov.br. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

INSTITUTO "LAURO DE SOUZA LIMA" - Acha-se aberto no Instituto "Lauro de Souza Lima", em Bauru/SP, o PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90016/24, processo nº 024.00081027/2024-93, destinado a **AQUISIÇÃO DE TESTES DE CONTATO PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA EQUIPE TÉCNICA DE IMUNOLOGIA DESTE INSTITUTO**. A abertura da sessão será dia 07/06/2024 as 09:00 horas. no site: compras.Gov.br cujo edital encontra-se disponível.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO AGUDO

Aviso de Licitação
Pregão Eletrônico Nº 012/2024
Processo Administrativo Nº 026/2024

Modalidade: Pregão Eletrônico. Tipo: Menor preço por item. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de suplementos alimentares e nutricionais. Data do início do prazo para envio da proposta eletrônica: 23 de maio de 2.024. Data e hora da abertura da sessão pública: dia 12 de junho de 2.024, às 08:00h. Acesso à sessão e aquisição do Edital através do endereço www.morroagudo.sp.gov.br/compraseditais. Informações através do telefone (16) 3851-1400. Morro Agudo/SP, 22/05/2024. Vinícius Cruz de Castro, Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

Pregão Eletrônico nº 86/2024

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE SISTEMA ANALÍTICO COM AQUISIÇÃO DE TESTES DE BIOQUÍMICA, ENDOCRINOLOGIA E MARCADORES TUMORAIS E INFLAMATÓRIOS. Data e hora limite para credenciamento no sitio da BNC até: 12/06/2024 às 08h30. Data e hora limite para recebimento das propostas até: 12/06/2024 às 08h30. Início da disputa da etapa de lances: 12/06/2024 às 09h. Obtenção do Edital: gratuito através do sítio https://paulinia.obaratec.com.br/ords/paulinia/f?p=839:23 ou https://bnccompras.com/Home/Login.

22/05/2024
Ednilson Cazellato - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

Pregão Eletrônico nº 87/2024

Objeto: Registro de preços para aquisição de medicamentos psicotrópicos. Data e hora limite para credenciamento no sitio da BNC até: 12/06/2024 às 08h30. Data e hora limite para recebimento das propostas até: 12/06/2024 às 08h30. Início da disputa da etapa de lances: 12/06/2024 às 09h. Obtenção do Edital: gratuito através do sítio https://paulinia.obaratec.com.br/ords/paulinia/f?p=839:23 ou https://bnccompras.com/Home/Login.

Paulínia, 22 de maio de 2024.
Ednilson Cazellato - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
JOSÉ GUSTAVO CELESTINO DE CAMPOS - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO nº 353/2023
PROCESSO n° 62.209/2023 - UASG 986249 Nº COMPRA 353/2023

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE MÓVEIS DE AÇO E CADEIRAS. DATA INICIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 23 DE MAIO DE 2024. DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 10 DE JUNHO DE 2024 - HORÁRIO: 09:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal - www.compras.gov.br. O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br ou no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Informações no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: copel@botucatu.sp.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ROSEMARY FERREIRA DOS SANTOS PINTON
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PREGÃO ELETRÔNICO nº 126/2024 - PROCESSO n° 14.799/2024 - Nº COMPRA 901262024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL COMPRA DE KIT HIGIENE, CHINELOS E APARELHOS DE BARBEAR. DATA INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 23 DE MAIO 2024. DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 13 DE JUNHO DE 2024 - HORÁRIO: 09:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal - www.compras.gov.br. O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br ou no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Informações no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: copel@botucatu.sp.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA faz público que se encontra aberto o PREGÃO ELETRÔNICO 68/2024 cujo objeto é a **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS PARA DIVERSAS SECRETARIAS**. O período de envio das propostas será a partir de 24/05/2024 até 10/06/2024 às 08:00h no endereço eletrônico bll.org.br. O início da disputa ocorrerá no dia 10/06/2024 às 08:30h na mesma plataforma. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacao@orlandia.sp.gov.br ou bll.org.br. Edital à disposição na internet: www.orlandia.sp.gov.br, a partir do dia 24/05/2024. Orlândia, SP, 22 de Maio de 2024. SÉRGIO AUGUSTO BORDIN JÚNIOR. Prefeito Municipal.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA faz público que se encontra aberto o PREGÃO ELETRÔNICO 69/2024 cujo objeto é a **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER AÇÕES JUDICIAIS**. O período de envio das propostas será a partir de 24/05/2024 até 10/06/2024 às 08:00h no endereço eletrônico bll.org.br. O início da disputa ocorrerá no dia 10/06/2024 às 08:30h na mesma plataforma. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacao@orlandia.sp.gov.br ou bll.org.br. Edital à disposição na internet: www.orlandia.sp.gov.br, a partir do dia 24/05/2024. Orlândia, SP, 22 de Maio de 2024. SÉRGIO AUGUSTO BORDIN JÚNIOR. Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO AGUDO

Aviso de Licitação
Pregão Eletrônico Nº 002/2024
Processo Administrativo Nº 005/2024

Modalidade: Pregão Eletrônico. Tipo: Menor preço por item. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de uniformes escolares para os alunos da rede municipal de ensino. Data do início do prazo para envio da proposta eletrônica: 23 de maio de 2.024. Data e hora da abertura da sessão pública: dia 07 de junho de 2.024, às 08:00h. Acesso à sessão e aquisição do Edital através do endereço www.morroagudo.sp.gov.br/compraseditais. Informações através do telefone (16) 3851-1400. Morro Agudo/SP, 22/05/2024. Vinícius Cruz de Castro, Prefeito Municipal.

Deputados gaúchos aprovam plano de reconstrução do Rio Grande do Sul

A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul aprovou, no fim da tarde de terça-feira (21), o chamado Plano Rio Grande, visando a reconstrução dos danos socioeconômicos causados por eventos climáticos extremos que afetaram o estado em 2023 e agora em maio. Proposto pelo governo estadual, o Projeto de Lei (PL) 133/2024 recebeu 52 votos favoráveis e dois contrários, dos deputados estaduais Luciana Genro e Matheus Gomes, ambos do Psol. Além de instituir o programa de reconstrução, adaptação e resiliência climática estadual, a matéria aprovada prevê a criação do Fundo do Plano Rio Grande (Funrigs), ao qual o governo estadual deve aportar, inicialmente, R$ 12 bilhões provenientes do valor que o estado economizará graças à suspensão , por três anos, do pagamento de sua dívida com a União. O fundo orçamentário e financeiro especial administrará os recursos públicos destinados ao custeio das ações, projetos ou programas de enfrentamento às consequências sociais, econômicas e ambientais dos fenômenos meteorológicos extremos, incluindo iniciativas que busquem incrementar a resiliência climática dos municípios gaúchos.

Caberá ao governador Eduardo Leite designar o gestor do Funrigs e regulamentar o seu funcionamento. O fundo deverá contar com um conselho consultivo ao qual também caberá fiscalizar o uso dos recursos.

Grito da Terra: governo acata demandas de agricultores familiares

O governo federal anunciou algumas medidas em respostas às demandas apresentadas por agricultores familiares em abril, reiteradas durante o 24º Grito da Terra Brasil - ato que reuniu cerca de dez mil pequenos e médios produtores esta semana em Brasília. Durante a manifestação na Esplanada dos Ministérios, os organizadores do Grito estavam na expectativa de obter, do governo, retorno de, pelo menos, algumas das propostas apresentadas no mês passado em cerimônia no Palácio do Planalto. Segundo a secretária de Política Agrícola da Contag, Vânia Marques Pinto, algumas demandas deverão ser atendidas posteriormente, por meio do Plano Safra. Entre as propostas destacadas durante o ato estavam algumas relativas aos recursos voltados às compras governamentais para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), iniciativa do governo federal que busca estimular a agricultura familiar e o acesso a uma alimentação saudável, por meio da compra direta da produção de agricultores familiares, sem a necessidade de se fazer licitação.

A pauta inclui medidas de valorização da agroecologia, políticas de mitigação e adaptação climática, regulamentação da lei de pagamento por serviços ambientais, inclusão produtiva e fomento, orçamento, combate ao uso dos agrotóxicos, e políticas diferenciadas para agricultura familiar, Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa) e Cadastro Nacional de Informações Sociais (VNIS). Foram apresentadas, ainda, demandas sobre políticas sociais e alimentares, tendo sempre como referência a sustentabilidade e uma produção alimentar saudável para a população; bem como relativas a assistência técnica e extensão rural - processo de estender, ao povo rural, conhecimentos e habilidades, sobre práticas agropecuárias, florestais e domésticas, reconhecidas como importantes e necessárias à melhoria de sua qualidade de vida.

Respostas do governo - Em resposta às demandas apresentadas, o ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, fez alguns anúncios. Ele garantiu que a pasta vai beneficiar dez mil famílias por meio do Programa Fomento Rural: Bem Viver Semiárido e Centro-Sul; e que 30 mil famílias aterão assistência técnica e extensão rural no âmbito da 3ª etapa do Projeto Dom Helder Câmara. No âmbito das Farmácias Vivas, Teixeira disse que ampliará, por meio de acordos com diferentes pastas e a Fundação Oswaldo Cruz, o uso de plantas medicinais produzidas pela agricultura familiar; e que incluirá a agricultura familiar no Plano de Adaptação à Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

CONTEXTO JURÍDICO

EDIÇÃO NACIONAL

Ministros discutem desafios para garantir independência do Judiciário em seminário no STF

Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) discutiram segunda-feira (20) os desafios para garantir a independência do Poder Judiciário em meio a ataques antidemocráticos e avanços de organizações criminosas. O tema foi abordado em um dos painéis do Seminário Internacional Desafios e Impacto da Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), realizado no Tribunal. O outro painel abordou a liberdade de expressão.

Independência judicial - O painel "Independência Judicial e Democracia" contou com a participação dos ministros Gilmar Mendes, Cristiano Zanin e Flávio Dino, do Supremo, da ministra Daniela Teixeira, do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do juiz Eduardo Ferrer Mac-Gregor Poisot, da Corte IDH. Em sua exposição, Gilmar Mendes relembrou os ataques contra o STF e a invasão do edifício-sede em 8 de janeiro de 2023. O decano reafirmou, porém, que o Supremo não se deixou intimidar e manteve sua atuação jurisdicional sem parar por um segundo sequer. "Apesar de todos estes graves acontecimentos sugerirem uma tendência de crise, se observa um sólido empenho da sociedade com os principais elementos constitucionais que caracterizam a democracia, como podemos testemunhar a partir do pleno funcionamento das nossas instituições em um dos momentos mais desafiadores vividos em nosso país", afirmou.

Mesmo sob investigação, advogado não pode violar sigilo profissional e fazer acordo de colaboração premiada

Por maioria, a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) estabeleceu que é inadmissível a prova proveniente de acordo de colaboração premiada firmado com violação do sigilo profissional de advogado. Com esse entendimento, o colegiado anulou a colaboração do advogado Sacha Reck, bem como as provas e as denúncias dela decorrentes, em ação penal contra a empresa de transportes coletivos Pérola do Oeste, para a qual o advogado trabalhava.

Segundo o processo, a empresa foi alvo de investigação do Ministério Público do Paraná (MPPR), instaurada com o objetivo de apurar a existência de associação criminosa formada para fraudar licitações de concessão do serviço público de transporte no estado.

O advogado Sacha Breckenfeld Reck, um dos investigados, acabou celebrando acordo com o MPPR, depois de ser denunciado e preso em 1º de julho de 2016. O acordo foi feito entre os dias 6 de julho e 8 de agosto de 2016 e deu suporte a novas investigações, bem como a um aditamento da denúncia em março de 2017. Foram adicionados à denúncia os nomes de dois ex-administradores da empresa, os quais recorreram ao STJ para anular a colaboração do advogado. Para o relator do caso, ministro Sebastião Reis Junior, o advogado não poderia ter quebrado o seu sigilo profissional. "Esse ônus do advogado não pode ser superado mesmo quando investigado, sob pena de se colocar em fragilidade o amplo direito de defesa", ponderou.

Cabe ao juízo da execução fiscal decidir sobre bloqueio de valores de empresa em recuperação judicial

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), por maioria, entendeu que é competência do juízo da execução fiscal determinar o bloqueio de valores pertencentes a empresa em recuperação judicial. A decisão veio na análise de um conflito de competência instaurado entre o juízo de direito da 20ª Vara Cível de Recife e o Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5).

Após ter seu plano de recuperação aprovado e homologado pelo juízo recuperacional, uma empresa se tornou ré em execução fiscal movida pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), que busca receber dívida de aproximadamente R$ 30 milhões - montante discutido em ação anulatória que tramita na 1ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal.

Segundo a empresa, mesmo com a discussão acerca da existência da dívida, o juízo da 33ª Seção Judiciária Federal de Pernambuco determinou o prosseguimento dos atos executivos, sendo efetivado o bloqueio de cerca de R$ 60 mil em conta bancária.

Diante disso, a empresa ingressou com pedido de tutela de urgência perante o juízo da recuperação judicial, que deferiu liminar para que o valor fosse desbloqueado imediatamente e requereu ao administrador que indicasse bens em seu lugar. Contra essa decisão, o DNIT interpôs agravo de instrumento, que foi provido pelo TRF5.

No STJ, a empresa sustentou que o juízo onde se processa a recuperação teria competência exclusiva para decidir sobre as disputas que envolvem o seu patrimônio, especialmente quando se trata de atos constritivos que podem inviabilizar por completo o seu funcionamento.

MP não tem legitimidade para pedir interrupção da cobrança de tributo, ainda que declarado inconstitucional

Para a Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o Ministério Público não é parte legítima para ajuizar ação com o propósito de impedir a cobrança de tributo, mesmo que ele tenha sido declarado inconstitucional.

O entendimento foi estabelecido em ação civil pública na qual o Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) buscava impedir que uma concessionária continuasse cobrando dos consumidores a alíquota de ICMS de 25% aplicada sobre as contas de energia elétrica. Segundo o MPRJ, a alíquota já havia sido declarada inconstitucional pelo órgão especial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ). A ação foi extinta sem resolução de mérito em primeiro grau, com sentença mantida pelo TJRJ. Em recurso especial, o MPRJ alegou que, por meio da ação civil pública, tentava assegurar tratamento igualitário a todos os consumidores, inclusive àqueles que não ajuizaram ação contra a concessionária. Para o órgão, como a matéria teria implicações no direito do consumidor, estaria justificada a sua legitimidade no caso.

Natureza tributária da demanda impede MP de atuar no caso - Relator do recurso no STJ, o ministro Afrânio Vilela apontou que, ainda que o objetivo do MPRJ seja dar efetividade ao julgado que reconheceu a inconstitucionalidade do tributo, fazendo cessar a sua cobrança, o processo tem natureza essencialmente tributária, o que afasta a legitimidade do órgão para ajuizá-lo.

STF anula pena da Lava Jato imposta a Dirceu

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) extinguiu, terça-feira, 21, por 3 votos a 2, a pena imposta ao ex-ministro José Dirceu por corrupção passiva e lavagem de dinheiro na Operação Lava Jato. Ele foi sentenciado a 8 anos e 10 meses de prisão pela Justiça Federal no Paraná. A condenação foi assinada pelo então juiz Sergio Moro e confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 4.ª Região (TRF4).

Com a decisão do STF, o ex-ministro fica mais perto de recuperar os direitos políticos. As condenações criminais o impedem de disputar as eleições, por causa da Lei da Ficha Limpa. Uma eventual candidatura dependerá de análise da Justiça Eleitoral. Hoje com 78 anos, que completou em março, ele já declarou que pretende disputar uma vaga na Câmara dos Deputados em 2026.

(Foto: EBC)



Com a decisão do STF, o ex-ministro fica mais perto de recuperar os direitos políticos.

"Tive o meu mandato cassado por razões políticas e sem provas. Sofri processos kafkianos para me tirar da vida política e institucional do País. Seria justo voltar à Câmara dos Deputados, e a decisão do STF nos leva a essa direção", disse José Dirceu em nota à imprensa.

Segundo o criminalista Roberto Podval, que representa o ex-ministro, a única ação pendente contra Dirceu envolve acusações de propinas da Engevix. Ele foi condenado a 23 anos e 3 meses de prisão por corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa. Um recurso está na fila para julgamento no Superior Tribunal de Justiça (STJ). A defesa alega que, por analogia à decisão desta terça na Primeira Turma do STF, esta segunda ação também deve ter a prescrição reconhecida.

O processo julgado nesta terça pelo Supremo envolve uma condenação por supostas propinas da Apolo Tubulars, entre os anos de 2009 e 2012, para ajudar a empresa a fechar contratos com a Petrobrás. O ex-ministro teria usado sua influência para manter Renato Duque na Diretoria de Serviços da estatal e, com isso, direcionar licitações à empresa de tubulação.

Os ministros do STF reconheceram a prescrição do processo. Como Dirceu tem mais de 70 anos, o prazo de prescrição é contado pela metade. No caso do crime de corrupção passiva, cai de 12 para seis anos.

A Primeira Turma considerou como marco de prescrição o ano de 2009. A maioria entendeu que o crime foi consumado no momento do suposto pedido de propina. Como o ex-ministro só foi condenado em 2017, a sentença foi considerada irregular. Votaram para derrubar a pena os ministros Kassio Nunes Marques, Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski (aposentado). Ficaram vencidos os ministros Edson Fachin e Cármen Lúcia.

STF recebe denúncia contra deputada Carla Zambelli e Walter Delgatti

(Foto: EBC)



Delgatti teria violado indevidamente mecanismos de segurança e invadido dispositivos informáticos do CNJ sob o comando de Zambelli (foto).

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) recebeu a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra a deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) e Walter Delgatti Neto pela invasão de sistemas e adulteração de documentos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Com o recebimento da denúncia, os dois responderão a uma ação penal no STF pelos crimes de falsidade ideológica e invasão a sistemas da Justiça. A decisão unânime foi tomada na sessão de terça-feira (21).

Invasão e falsificação - De acordo com a denúncia (Petição 11626), Delgatti teria violado indevidamente mecanismos de segurança e invadido dispositivos informáticos do CNJ sob o comando de Zambelli. De agosto de 2022 a janeiro de 2023, ele teria adulterado dados de documentos como certidões, mandados de prisão, alvarás de soltura e quebras de sigilo bancários, com o objetivo de prejudicar a administração do Judiciário e a credibilidade das instituições e gerar vantagens políticas para a parlamentar. Ainda segundo a PGR, Delgatti confessou o crime e a solicitação da deputada para que ele os cometesse. A denúncia narra que, em 10/8/2022, Carla Zambelli divulgou em suas redes sociais um encontro com Delgatti, afirmando que ele tinha sido o responsável por hackear 200 autoridades, entre ministros do Executivo e do Judiciário. A conduta representaria uma verdadeira confissão de seu envolvimento nos delitos.

Barroso marca audiência de conciliação sobre suspensão do projeto da Vale na mina de Onça Puma

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, marcou para a próxima segunda-feira (27) uma audiência de conciliação para discutir a suspensão da licença de operação da Mineração Onça Puma, subsidiária da Vale S.A., no Pará. Foram intimados a participar da reunião, além das duas empresas, o Município de Ourilândia do Norte, onde fica o projeto, e o Estado do Pará, além da Procuradoria-Geral da República.

Na Suspensão de Tutela Provisória (STP) 1014, as mineradoras questionam decisão do Tribunal de Justiça do Pará (TJ-PA) que sustou os efeitos da licença da Onça Puma para extração de níquel, em razão do suposto descumprimento de condicionantes ambientais.

Diante da complexidade da matéria e das possíveis consequências da suspensão da tutela provisória, Barroso encaminhou o caso ao Núcleo de Solução Consensual de Conflitos (Nusol) para a realização da audiência, que ocorrerá às 14h do dia 27, na Sala de Audiências do STF. De acordo com o despacho, os representantes das partes devem ter poderes para negociar.

O caso - As mineradoras acionaram a Justiça estadual para questionar ato da Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Pará que suspendeu a autorização para extração de minérios na mina, sob a alegação de descumprimento de condicionantes ambientais. Após o juízo da Vara de Ourilândia do Norte (PA) deferir liminar para restabelecer a autorização, o Estado do Pará recorreu ao TJ-PA e obteve a suspensão da decisão de primeira instância. Agora, as empresas buscam derrubar a decisão do TJ no Supremo e retomar as atividades de mineração, argumentando que sua manutenção ocasionará lesão à ordem e à economia públicas.

Ministro suspende lei que proíbe uso de linguagem neutra em Águas Lindas de Goiás (GO)

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu lei de Águas Lindas de Goiás (GO) que proíbe, no âmbito municipal, o uso da linguagem neutra nas escolas públicas ou privadas, em editais de concursos públicos, bem como em ações culturais, esportivas, sociais ou publicitárias que receberem verba pública.

A liminar foi concedida na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 1150, proposta pela Aliança Nacional LGBTI+ (ALIANÇA) e a Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas (ABRAFH). A decisão, que suspende a Lei municipal 1.528/2021, será submetida a posterior referendo do Plenário da Corte.

Na decisão, o ministro Alexandre de Moraes explicou que a Constituição Federal atribuiu à União competência para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional. Ele lembrou que, com base nessa atribuição, o Congresso Nacional editou a Lei 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) que impõem a observância dos princípios da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, além do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e da promoção humanística, científica e tecnológica do país.

Por outro lado, o ministro ressaltou que os municípios não têm competência legislativa para a edição de normas que tratem de currículos, conteúdos programáticos, metodologias de ensino ou modos de exercício da atividade docente. "A eventual necessidade de suplementação da legislação federal, para regulamentação de interesse local, jamais justificaria a edição de proibição à conteúdo pedagógico, não correspondente às diretrizes fixadas na Lei 9.394/1996", afirmou.

Para o relator, a proibição de divulgação de conteúdos na atividade de ensino em escolas é uma "ingerência explícita do Poder Legislativo municipal no currículo pedagógico ministrado por instituições de ensino vinculadas ao Sistema Nacional de Educação".

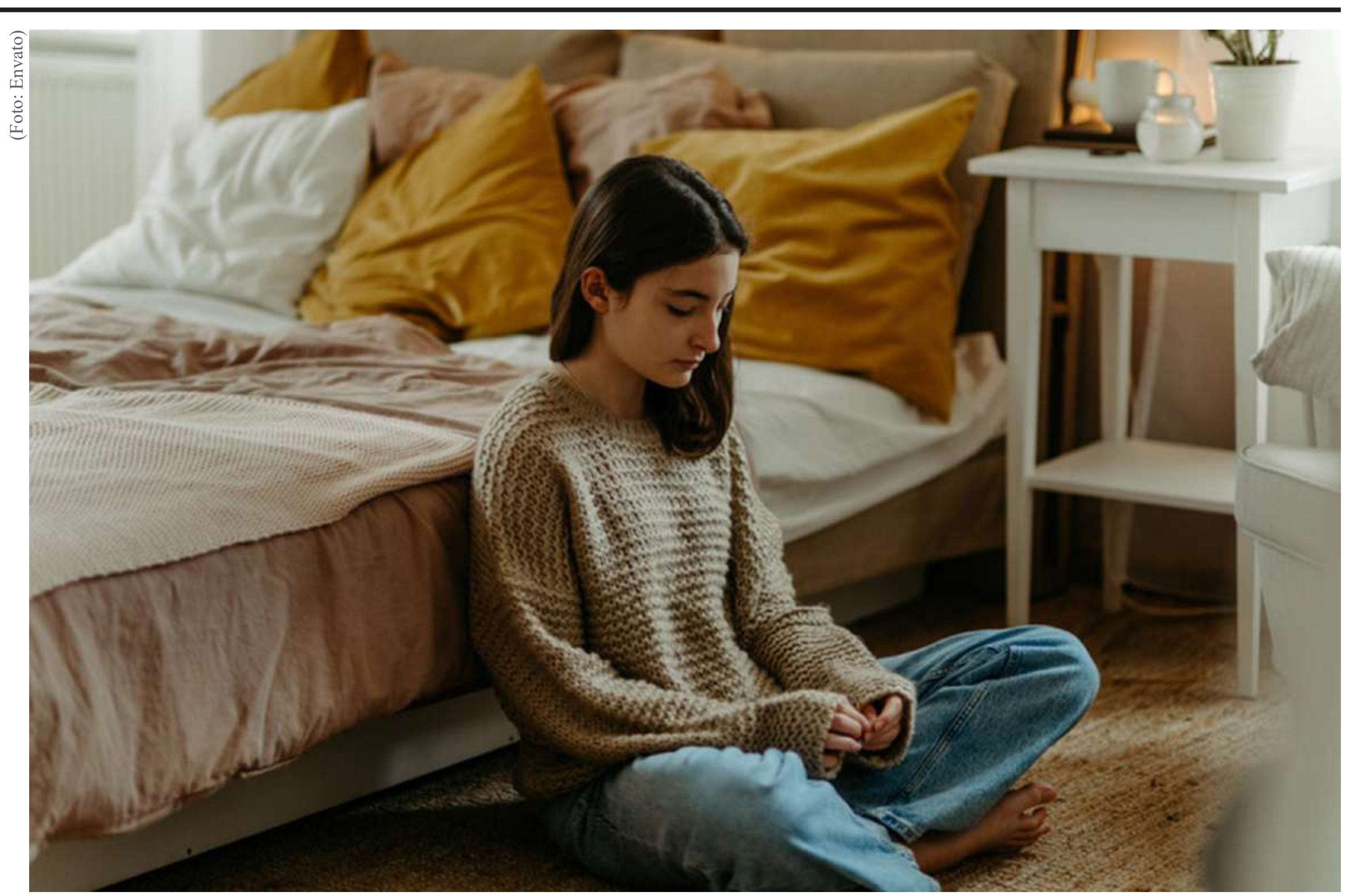
Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

2º CADERNO

MEDICINA & SAÚDE

Saúde mental de crianças e adolescentes está piorando: Entenda!

Uso, cada vez mais cedo, de tecnologias, alimentação inadequada e distanciamento da família são apontados como possíveis motivações; Psiquiatras do CEJAM comentam sobre o assunto



(Foto: Envato)

Um estudo recentemente publicado na revista JAMA Psychiatry, que analisou dados da pesquisa Carga Global de Morbidade (GBD Study) de 2019, revela uma realidade preocupante: uma em cada dez crianças e jovens entre 5 e 24 anos já apresentava pelo menos um transtorno mental antes da pandemia de COVID-19.

Mesmo com o fim desse período, outro estudo chamado "O estado mental do mundo em 2023", divulgado pela Sapien Labs, mostra que a saúde mental das pessoas continua em declínio, sem qualquer sinal de recuperação. O relatório global constatou que, apesar da retomada da normalidade da vida, as pessoas não estão mentalmente melhores do que no período pré-pandêmico.

No geral, fatores como confinamento, insegurança, agravamento de sintomas psíquicos, novas formas de socialização, pressão sobre trabalho e escola, que passaram a ser vivenciados em casa, podem ter contribuído como parte da deterioração da saúde mental, principalmente de crianças e adolescentes.

"Ao retornarem à chamada "vida normal", muitos enfrentaram dificuldades de adaptação. O medo, a insegurança e a falta de convivência com amigos e familiares levaram muitos à desesperança com o futuro. Viver o aqui e agora tornou-se o único modo de vida possível. O investimento afetivo tornou-se mais superficial, rápido e fugaz, com a tecnologia proporcionando a satisfação que a vida real não oferecia durante o período de reclusão", afirma Dr. Rodrigo Lancelote Alberto, psiquiatra e diretor técnico no Centro de Atenção Integrada à Saúde Mental (CAISM) de Franco da Rocha e no Hospital Estadual de Franco da Rocha, gerenciados pelo CEJAM - Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" em parceria com a Secretaria Estadual da Saúde de São Paulo.

Além disso, o estudo da Sapiens Labs identificou os três principais fatores que seguem contribuindo para esse declínio: o acesso precoce ao celular, o consumo de alimentos ultraprocessados e o afastamento da família.

"As relações afetivas com adultos de referência são fundamentais para o desenvolvimento saudável de um indivíduo desde a infância. Quando essas interações humanas são substituídas em grande parte por telas já nessa primeira fase da vida, crianças perdem a oportunidade de vivenciar relações reais, lidar com frustrações, aprender a negociar e adquirir ferramentas emocionais essenciais, como a autoregulação. Essas habilidades são cruciais para o desenvolvimento de outras competências no futuro", explica o profissional.

O uso excessivo de telas pode gerar uma falsa impressão de controle sobre o mundo, já que, diante de algo desagradável, basta um toque para desligar. Além disso, elas ativam os circuitos de recompensa cerebral de forma intensa, incentivando cada vez mais sua preferência em detrimento de outras atividades.

Adolescentes, indivíduos em transição da infância para a vida adulta, também são extremamente vulneráveis ao acesso a tanta tecnologia. Embora exista o consumo de uma variedade de informações a partir do uso da internet, muitas vezes eles não possuem discernimento suficiente para avaliar os riscos associados e podem ser facilmente influenciados.

"O mundo virtual surge como um ambiente repleto de estímulos, muitos dos quais podem ser perigosos. Este universo digital frequentemente apresenta uma realidade idealizada, onde todos parecem perfeitos, felizes e realizados. Os adolescentes tendem a comparar-se com essa representação, o que pode levar a sentimentos de inadequação. Ao perceberem que a vida real não corresponde a essa perfeição digital, podem se sentir menos: menos atraentes, menos felizes e menos bem-sucedidos, desvalorizando sua própria vida, relações e aparência", acrescenta Dra. Ivete Gianfaldoni Gattas, especialista em Psiquiatria da Infância e da Adolescência e também psiquiatra do CAISM e Hospital Estadual de Franco da Rocha.

Em alguns casos, esse sofrimento pode ser tão intenso que leva ao isolamento e à busca de conexão virtual com outros adolescentes que compartilham sentimentos semelhantes, podendo chegar a trocar experiências sobre automutilação, entre outros temas bastante delicados para a saúde.

"Embora a tecnologia possa ampliar o conhecimento e os vínculos sociais, também pode paradoxalmente causar danos emocionais. Por isso, a supervisão e o acompanhamento dos responsáveis são fundamentais nessa fase da vida", ressalta a médica.

A recomendação é de que o acesso ao celular e à internet, quando monitorado por adultos, deva começar a partir dos 12 anos de idade. A Organização Mundial da Saúde (OMS) estabelece um tempo ideal de exposição geral às telas para cada faixa etária: crianças de 0 a 2 anos não devem ter qualquer exposição; crianças de 2 a 6 anos podem ter até 1 hora por dia; crianças de 6 a 10 anos podem ter até 2 horas por dia; e crianças acima dos 11 anos podem ter até 3 horas por dia.

Alimentação e proximidade com a família precisam de atenção:

A alimentação baseada em ultraprocessados, que também foi apontada como problemática quando se trata da saúde mental de crianças e adolescentes, é outro ponto que preocupa.

Apesar de deliciosos e da popularidade entre os dois grupos, esses alimentos estão correlacionados a um aumento significativo no risco de depressão em 44% e de ansiedade em 48%, conforme apontado por uma análise veiculada na revista Nutrients.

"Os hábitos são formados inicialmente por processos imitativos. Se os pais não possuem o costume de preparar e compartilhar refeições saudáveis e em família, não se deve esperar que a criança ou adolescente faça isso. Acompanhar e, na medida do possível, ajudar na preparação das refeições desde a infância, estabelece o hábito de apreciar alimentos mais saudáveis, contribuindo para uma melhor saúde mental nesse sentido", reforça Dr. Rodrigo.

O terceiro fator apontado como potencializador de uma saúde mental precária é o distanciamento da família, um aspecto que faz toda a diferença, conforme reitera a Dra. Ivete. "A família é, ou deveria ser, o porto seguro para crianças e adolescentes. Receber afeto, acolhimento e orientação é extremamente benéfico para a saúde e desenvolvimento desses indivíduos. Quando se estabelece uma relação de confiança e afeto desde a infância, os resultados para a saúde mental são sempre positivos", finaliza.

Glaucoma atinge 2,5 milhões de pessoas no país e pode causar a perda de visão irreversível

Campanha Maio Verde visa estimular a conscientização sobre o diagnóstico precoce da doença, que tem progressão lenta e assintomática

A Campanha Maio Verde acende um alerta para uma doença crônica e silenciosa: o glaucoma, principal causa de cegueira irreversível no mundo. Embora mais comum a partir dos 40 anos, o glaucoma pode surgir em qualquer idade, até mesmo em recém-nascidos. "É muito importante os pais estarem atentos à saúde ocular dos filhos, pois quando uma criança nasce com glaucoma ela tem propensão a se acostumar com a baixa visão recebida e não se queixar do problema", informa o médico Dr. Fernando Ramalho, especialista em cirurgia refrativa no Oftalmos - Hospital de Olhos, de Santa Catarina.

Na maioria dos casos o glaucoma surge devido ao aumento da pressão intraocular. "Essa alteração lesiona o nervo óptico levando à perda da visão periférica, ou seja, as laterais do campo visual. É como se o paciente só conseguisse enxergar o que está à sua frente", completa Ramalho.



(Foto: Freepik)

Segundo a Sociedade Brasileira de Glaucoma (SBG), a estimativa é que mais de 2,5 milhões de pessoas tenham glaucoma no Brasil. De maneira geral, a doença se manifesta nos dois olhos, mas pode evoluir de forma diferente. É um processo lento que avança gradativamente durante anos, até o aparecimento dos primeiros sintomas. É por isso que o diagnóstico precoce é fundamental. "O glaucoma não tem cura, mas tem tratamento. Um check-up ocular proporciona que esse paciente tenha menos complicações da doença, sendo que o tratamento é feito com indicações de colírios específicos, procedimentos a laser e cirurgias", comenta Dr. Fernando.

Tipos de glaucoma

Existem 4 tipos de glaucoma conhecidos. Cada um exige um acompanhamento e tratamento diferente. "O primeiro é o glaucoma primário de ângulo aberto, caracterizado pela progressão lenta da doença. No segundo, o glaucoma de ângulo fechado é uma condição mais grave, já que ocorre uma situação anatômica, bloqueando o trabeculado, podendo levar à cegueira em pouco tempo. A terceira causa é o glaucoma secundário, sendo proveniente de outras doenças como diabetes e catarata. Por último, temos o glaucoma congênito, quando ocorre uma má-formação no trabeculado desde o útero materno, podendo ser observado no teste do olhinho", finaliza Dr. Fernando Ramalho.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Aumento da incidência de doenças inflamatórias intestinais no Brasil demanda diagnóstico precoce e tratamento adequado

Especialistas destacam a importância da conscientização e identificação precoce dos sintomas para um melhor prognóstico

No Brasil, as doenças inflamatórias intestinais (DIIs) vêm apresentando um aumento significativo na incidência, afetando principalmente homens e mulheres entre 15 e 40 anos, de acordo com dados da Sociedade Brasileira de Coloproctologia. O maior estudo realizado no Brasil sobre essa enfermidade, com mais de 212 mil pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS), apontou que em um período de nove anos a prevalência das doenças inflamatórias intestinais aumentou 15% ao ano, chegando a 100 casos para cada 100 mil habitantes. Essas doenças crônicas e imunomediadas têm origem no próprio organismo, desencadeando uma resposta inflamatória anormal após exposição a determinados gatilhos.

Para conscientizar a sociedade sobre as DIIs e promover um diagnóstico precoce, a indústria, os pacientes e os médicos desempenham um papel fundamental. Segundo a médica gastroenterologista Dra. Paula Senger, do Centro de Cirurgia, Gastroenterologia e Hepatologia (CIGHEP), é essencial identificar os sintomas precocemente e buscar o tratamento adequado para garantir maior sucesso no tratamento.

“A doença inflamatória intestinal é uma condição crônica e progressiva, caracterizada por ativações imunes e consequentes inflamações no trato gastrointestinal. As principais são a retocolite ulcerativa e a Doença de Crohn”, explica a especialista.

COMO MELHORAR A SAÚDE DO INTESTINO

COMA VEGETAIS
Alimentos de origem vegetal, como legumes, verduras, frutas, leguminosas, sementes, oleaginosas e grãos integrais, contêm a fibra que seus micróbios adoram

APOSTE NOS FERMENTADOS
Iogurte com culturas vivas, kefir, kombucha, kimchi e chucrute são algumas opções

EVITE OS ALIMENTOS ULTRAPROCESSADOS
Alimentos ultraprocessados reduzem a diversidade de bactérias em seu intestino

ESQUEÇA OS LANCHES NOTURNOS
Deixar um intervalo de 12 horas entre o jantar e o café da manhã, o chamado jejum intermitente beneficia seus micróbios intestinais

FONTE Graffo Pesquisa | INFOGRAFFO

Enquanto a retocolite ulcerativa afeta exclusivamente o intestino grosso, a doença de Crohn pode acometer todo o trato gastrointestinal, desde a boca até o final do intestino, sendo mais comum no intestino delgado e grosso.

Os sintomas mais comuns das DIIs incluem dor abdominal e diarreia, sangramento nas fezes, emagrecimento, anemia e febre. Na doença de Crohn, podem ocorrer também fístulas e abcessos perianais. O diagnóstico das DIIs é realizado por meio de uma combinação de sintomas clínicos, exame físico e exames complementares, como análises de sangue, fezes, colonoscopia, ressonância magnética ou tomografia específica para o intestino.

A gastroenterologista ressalta que o diagnóstico precoce é crucial, pois interfere diretamente na resposta ao tratamento e na prevenção de complicações relacionadas à doença. “Uma vez que existe suspeita de doença inflamatória intestinal, é muito importante buscar um especialista para um diagnóstico preciso e iniciar o tratamento o mais cedo possível”, enfatiza a Dra. Paula Senger.

Embora o tratamento clínico seja a primeira abordagem, a cirurgiã e coloproctologista, Dra. Mariane Savio, também especialista em doenças inflamatórias intestinais no CIGHEP, destaca que em alguns casos pode ser necessária a intervenção cirúrgica, especialmente em pacientes com doença de Crohn.

“Mais da metade dos pacientes com doença de Crohn precisarão de algum procedimento cirúrgico em algum momento da vida, seja para a remoção de partes do intestino ou para tratar complicações na região perianal”, ressalta a médica.

No entanto, a cirurgiã enfatiza que o tratamento cirúrgico não significa o fim do tratamento, mas sim um importante passo para atingir a remissão da doença. Acompanhamento médico regular é essencial para monitorar a resposta ao tratamento e realizar ajustes, se necessário. Ela também ressalta que a abordagem multidisciplinar, com a participação de gastroenterologistas e coloproctologistas, é fundamental para o sucesso no tratamento das DIIs.

Novos tratamentos

O tratamento das DIIs é contínuo e visa controlar a inflamação intestinal, prevenir a progressão da doença e evitar a necessidade de cirurgias. Opções de tratamento incluem corticoides, imunossupressores e medicamentos biológicos.

Com os avanços da medicina, novos medicamentos imunobiológicos têm sido desenvolvidos, oferecendo mais opções de tratamento para os pacientes.

“Essas ‘pequenas moléculas’, de administração oral, têm se mostrado eficazes no controle da inflamação intestinal, complementando os medicamentos biológicos já disponíveis”, destaca a Dra. Mariane Savio.

Segundo as especialistas, é fundamental que a sociedade esteja atenta aos sintomas e busque auxílio médico especializado para investigar possíveis casos de doenças inflamatórias intestinais. Quanto mais cedo for realizado o diagnóstico, melhores serão as respostas aos medicamentos e menores serão as chances de complicações e necessidade de cirurgias no futuro.

Anemia: conheça as causas e tratamentos mais comuns dessa doença

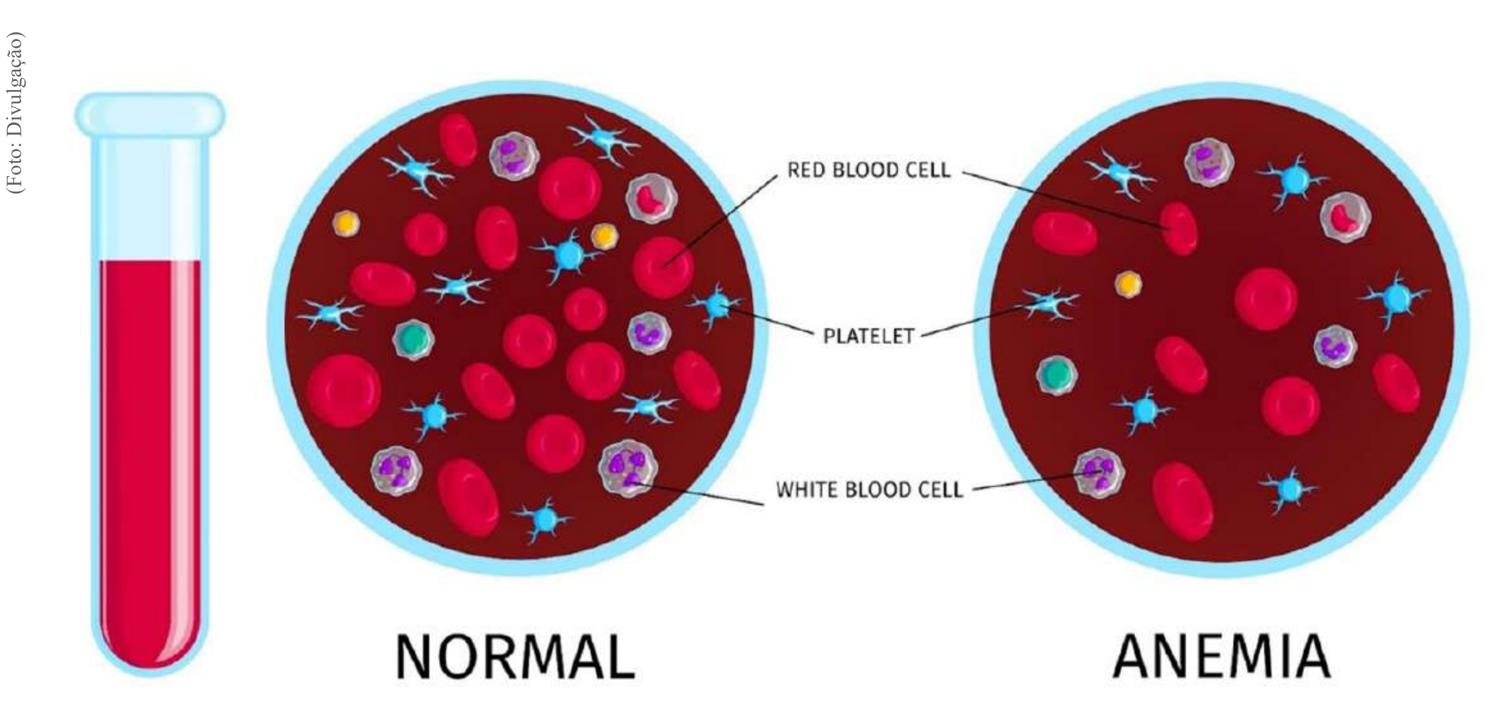
Médico da Carnot Laboratórios explica sobre essa condição e como tratá-la

Anemia é uma condição médica prevalente que afeta milhões de pessoas em todo o mundo, causando fadiga, fraqueza e outros sintomas debilitantes. De acordo com dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), 30% da população global é anêmica, principalmente crianças de até 2 anos de idade e mulheres adultas, apesar de também poder acometer adolescentes, homens e idosos.

No Brasil, o Ministério da Saúde aponta que mais de 20% das crianças abaixo de 5 anos apresentam a doença, assim como cerca de 29% das mulheres adultas. Além disso, estima-se que até 50% da população tenha carência de ferro, sobretudo em grupos com menor renda.

Diante disso, compreender as causas e os tratamentos disponíveis é crucial para gerenciar essa condição de forma eficaz. “A anemia ocorre quando o corpo não possui glóbulos vermelhos saudáveis em número suficiente para transportar oxigênio adequado para os tecidos do corpo. Existem várias causas para essa deficiência, incluindo deficiência de ferro, deficiência de vitamina B12, perda de sangue devido a hemorragias crônicas e doenças crônicas que interferem na produção de glóbulos vermelhos”, explica o Dr. Carlos Alberto Reyes Medina, Diretor Médico da da Carnot Laboratórios, laboratório farmacêutico, e pediatra especialista em nutrição.

(Foto: Divulgação)



Médico da Carnot Laboratórios explica sobre essa condição e como tratá-la

O tratamento da anemia depende da causa subjacente e da gravidade dos sintomas. As opções de tratamento podem incluir suplementos de ferro ou vitamina B12, transfusão de sangue em casos graves, tratamento da condição subjacente, alterações na dieta para aumentar a ingestão de alimentos ricos em ferro, e medicamentos específicos em certas formas de anemia, como a anemia falciforme.

Além disso, é importante ressaltar a relevância dos suplementos de ferro no tratamento da anemia causada por deficiência desse mineral. “Os suplementos de ferro ajudam a repor os níveis sanguíneos deste elemento essencial, auxiliando na produção de glóbulos vermelhos saudáveis e, consequentemente, melhorando os sintomas associados à anemia, como fadiga e fraqueza. No entanto, é crucial seguir as orientações médicas quanto à dosagem e duração do tratamento, pois o excesso de ferro também pode ser prejudicial à saúde. Assim, a combinação de suplementos de ferro com outras formas de tratamento adequadas à causa específica da anemia pode ser fundamental para o sucesso do manejo dessa condição”, complementa o especialista.

Com isso, identificar a causa da anemia e implementar o tratamento adequado é essencial para gerenciar a anemia e melhorar a qualidade de vida dos pacientes. Consultar um médico para diagnóstico e orientação individualizada é fundamental para o manejo eficaz dessa condição comum.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

MEIO AMBIENTE

Desafio Mundial da Natureza Urbana 2024: Celebrando a Biodiversidade nas Cidades

(Foto de Felipe Andreucci)



Grupo da excursão no Parque Natural Municipal Varginha.

O Desafio da Natureza Urbana de 2024 cumpriu seu objetivo de incentivar pessoas de todo o mundo a encontrar, documentar e se maravilhar com a biodiversidade em suas cidades.

Os resultados oficiais do evento divulgados no último dia 06 de maio, demostraram o sucesso da ação que só cresceu desde seu início, em 2016: Mais de 83 mil pessoas de 690 cidades em 51 países documentaram quase 2,5 milhões de registros de seres vivos! Os participantes puderam contabilizaram seus registros (fotos, gravações de sons ou relatos) para o Desafio através do aplicativo de celular INaturalist. O Brasil, com 17 cidades participantes e mais de 60 mil observações ficou em 12º no ranking mundial, sendo este o maior resultado já observado em eventos desta natureza para o Brasil!

E quem conseguiu dar este destaque ao Brasil foi São Paulo, que com mais de 300 participantes fizeram 31 mil registros de 2600 espécies e disparou em primeiro lugar no Brasil, despontando a nível mundial! São Paulo ficou entre as 15 cidades com mais registros de biodiversidade do mundo durante o Desafio da Natureza Urbana!! É a primeira vez que uma cidade brasileira alcança este feito!

(Foto: Divulgação)

Mapa das localizações dos registros de biodiversidade gerado pelo Inaturalist para a cidade de São Paulo e Mogi das Cruzes durante o evento do Desafio da Natureza Urbana de 2024.

Registros fotográficos de espécies da fauna e flora obtidos em São Paulo durante o Desafio da Natureza Urbana de 2024. Fotos de Felipe Andreucci, Felipe Fantacini, Mauricio Forlani, José Valério Escrig, Edgar Crispino.

Maurício Forlani, biólogo, gerente de projetos do Instituto AMPARA Animal e um dos promotores do evento comenta "Este é o terceiro ano desde que a AMPARA começou a promover o evento em São Paulo, com apoio da SVMA, e o trabalho constante tem dado resultados, alavancando o projeto para o nível internacional! Este ano aumentamos quase 5 vezes o número de registros comparado ao ano passado e fomos responsáveis por 50% de todo os registros realizados no Brasil. Conseguimos dar o destaque que a cidade de São Paulo merece"

Dentre as atividades realizadas, houve duas excursões gratuitas, promovidas pelo Instituto AMPARA animal em parceria com a UMAPAZ/SVMA, para o Parque do Carmo e no Parque Natural Municipal de Varginha no último final de semana de abril. O Evento contou mais de 90 participantes, que guiados por especialistas em fauna e flora, foram responsáveis por um sexto de todos os registros de São Paulo. Waldervan Lima, graduando em ciências Biológicas e participante do evento relatou "queria muito agradecer por mais duas expedições incríveis com as trilhas e a conexão com a natureza, e também por promover de novo o desafio da natureza urbana! ... foi maravilhoso!"

O Instituto ainda promoveu uma atividade de observação de Fauna durante a noite no Parque Varginha, contando com integrantes do projeto Phasma e Rede Brasileira de Naturalistas (RBN) que auxiliaram na busca, atração e identificação de dezenas de espécies noturnas, como mariposas, sapos, caramujos entre outros.

Além das atividades do Instituto AMPARA Animal, durante os 4 dias da ação muitas instituições parceiras e pessoas se engajaram na atividade, dentre eles o evento Desafio da Matinha realizado pelo grupo Estação Biologia na Reserva do Instituto de Biociências da USP, excursões realizadas pelos professores parceiros da FMU, o Vem Passarinhar promovido pela SVMA e Save Brasil no PNM Jaceguava, e a saída de observação de natureza no Parque nove de julho realizado pelo Centro de Estudo Ornitológicos. Além dos grupos organizados, entusiastas percorreram os parques, praças e ruas de norte a sul de São Paulo registrando sua Biodiversidade.

Joana Dias, bióloga e comunicadora da AMPARA comenta "A competição amigável promovida pelo Desafio não só aproximam e conectam o cidadão com a natureza que os cercam, mas seus registros se tornam fontes de informações científicas, através da chamada ciência cidadã" e Felipe Fantacini, também biólogo do Instituto destaca "junto com integrantes da RBN estamos analisando os dados gerados durante o Desafio, e de forma preliminar os resultados já são surpreendentes: aumentamos em 110 espécies conhecidas para os Parques Natural Municipal Varginha e 69 novos registros para o parque do Carmo! Isso é fantástico porque até mesmo em São Paulo, que já possui um grande conhecimento sobre sua biodiversidade, a população pode auxiliar em novas descobertas, e de uma forma bem simples, apenas fotografando o que veem!".

(Foto: Divulgação)

(Foto: Divulgação)



Nathália Formenton, educadora ambiental da AMPARA finaliza "promovemos o Desafio da Natureza Urbana pois acreditamos na possibilidade de os seres humanos interagirem com a fauna sem a necessidade de colocá-las em gaiolas e jaulas, basta abrir sua janela ou passear num parque para contemplá-las. Além do Desafio iremos promover outras atividades com interações benéficas entre humanos e a fauna dentro do nosso projeto chamado Binóculos da Liberdade. Muita coisa legal ainda está por vir ao longo do ano".

(Foto: Divulgação)

Resultados Mundiais ao longo dos anos

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Cidades	2	16	68	159	244	419	445	482	690
Países	1	1	17	28	40	44	47	46	51
Observações	19,8K	125K	441K	963K	815K	1,27M	1,7M	1,9M	2,4M
Espécies	2,5K	8,6K	18K	31K	32,6K	45,3K	50,1K	57,2K	65,7K
Observadores	1K	4K	17K	32K	41K	52K	67,2K	66,4K	83,5K

K = mil M = milhão

Edutech UpMat Educacional e Meu Pé de Árvore firmam parceria para reflorestamento

Escolas participantes do Concurso Canguru de Matemática contribuíram com o plantio de mais de 4200 árvores

A UpMat Educacional, Edutech organizadora do Concurso Internacional Canguru de Matemática, firmou uma parceria com o Meu Pé de Árvore em prol do clima. Com a iniciativa, 4200 escolas participantes do concurso na edição de 2024 representam também o número mínimo de árvores plantadas como parte de seus esforços para promover a sensibilização ambiental entre os alunos. O projeto também prevê que as instituições de ensino acompanhem as etapas de plantio, cultivo e manutenção dessas árvores.

"A parceria com Meu Pé de Árvore nos permite utilizar a Matemática tradicionalmente ensinada como caminho para sensibilizar as crianças quanto a necessidade de se regenerar e cuidar das florestas para termos um clima estável. É uma oportunidade para os estudantes participarem de uma olimpíada acadêmica de matemática e também contribuírem ativamente para a preservação do meio ambiente e a minimização das mudanças climáticas", explica Cristina Diaz, CEO da UpMat Educacional.

O Meu Pé de Árvore é uma startup ambiental dedicada à preservação do meio ambiente, comprometida em fornecer todo o suporte necessário para o sucesso do reflorestamento. Com os projetos da Meu Pé de Árvore, tanto as escolas participantes do Concurso Canguru de Matemática quanto demais empresas preocupadas com a responsabilidade ambiental podem contribuir para o plantio de árvores e disseminar conhecimento sobre a importância da biodiversidade e do papel das florestas no combate às mudanças climáticas.

"Acreditamos que é fundamental incentivar os jovens a se envolverem em questões ambientais e entenderem o impacto de suas ações no mundo ao seu redor desde a fase escolar. Afinal, para que evitemos episódios como o do Rio Grande do Sul, com perdas irreparáveis é necessário restaurar em caráter de urgência e preservar o meio ambiente e alertar a todos sobre o momento atual do Brasil em relação a eventos climáticos", diz Diogo, CEO da Meu Pé de Árvore.

As mais de 4200 árvores foram plantadas em dezembro de 2023 na Amazônia, em áreas em que há incentivo à agricultura familiar, geração de renda local, além da reestruturação da fauna e da flora em lugares que sofreram devastação, incluindo matas ciliares. Além disso, os participantes do Concurso Canguru de Matemática 2024 também podem plantar sua própria árvore na floresta Canguru. A iniciativa pode e deve ser continuada pelas escolas e famílias, ampliando ainda mais a área plantada.

(Foto: Divulgação/RA Ideflor-Bio)

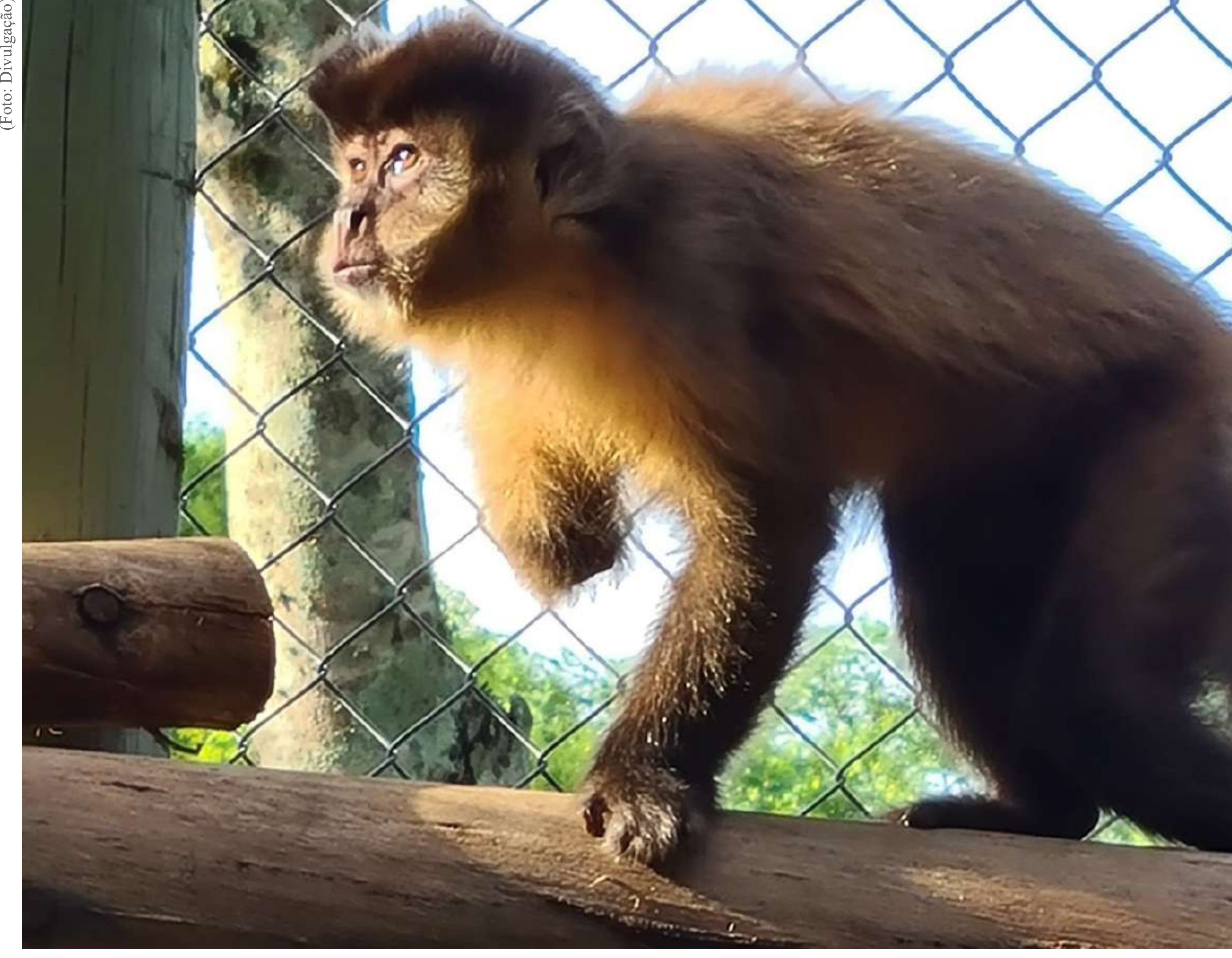


Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

MEIO AMBIENTE

Penas brandas estimulam comércio ilegal de animais silvestres no Brasil

Mercado clandestino e criminoso movimenta mais de R$ 10 bilhões por ano e retira aproximadamente 38 milhões de espécimes dos seus habitats naturais no país


(Foto: Divulgação)

Territorialmente continental, portanto, bem extenso e com a fauna e flora bastante diversa, o Brasil está entre os lugares com a maior incidência de tráfico ilegal de animais silvestres do mundo, ao lado de outros países como China, Indonésia, Malásia e Tailândia. Estados Unidos e Europa, por exemplo, figuram como fortes compradores desse mercado clandestino, que inclui a comercialização de aves tropicais, ovos, répteis, primatas e outras espécies exóticas.

De acordo com a Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres (Renctas), estima-se que o contrabando de espécies nativas ou em rotas migratórias, em terras brasileiras, gere um lucro de US$ 2 bilhões – aproximadamente R$ 10,3 bilhões por ano. Globalmente falando, esse tipo de crime só fica atrás do tráfico de drogas e de armas.

Por ser uma atividade clandestina que, muitas vezes, escapa da fiscalização de órgãos competentes, especialmente nas estradas e fronteiras do país, não há um número real sobre esse mercado do criminoso. A Renctas acredita que 38 milhões de animais silvestres sejam retirados do seu habitat natural, todos os anos, no Brasil.

"Temos um significativo déficit de fiscalização em nosso país, especialmente nas rodovias e fronteiras. No entanto, eu acredito que o maior problema seja a falta de penas mais rigorosas para quem caça ou retira animais silvestres da natureza para fins comerciais, de forma ilegal", diz Raquel Machado, fundadora e presidente do Instituto Libio.

No caso do tráfico de animais silvestres, as penalidades são preconizadas pela Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998), que tipifica as condutas que lesam o meio ambiente. O artigo 29 trata da venda e sua exposição ilegal, exportação, aquisição, guarda e manutenção em cativeiro ou em depósito, além da utilização ou transporte de espécies da fauna brasileira, nativa ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização do órgão competente ou em desacordo com a autorização obtida. As penas envolvem detenção de seis meses a um ano, além de multa.

O mesmo artigo expõe uma pena de reclusão de um a três anos e multa para quem guarda, mantém em cativeiro ou depósito, utiliza ou transporta espécies da fauna silvestre, sendo ela nativa ou em rota migratória, apreendida durante ação fiscalizadora, quando tem origem, no todo ou em parte, do exterior.

Na Câmara dos Deputados tramita o Projeto de Lei – PL nº 135/21, que visa à ampliação das penas para o crime de tráfico de animais, aumentando a pena de reclusão entre dois e cinco anos, além de multa.

Conforme a Agência Câmara de Notícias, a nova pena será aplicada contra quem matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécies locais ou


(Foto: Divulgação)

em rota migratória, sem a devida permissão legal. A punição também será adotada em casos de introdução ou venda de espécies exóticas sem amparo legal.

Ameaças

Para a presidente do Instituto Libio, a combinação dessas medidas – mais fiscalização e penas mais severas – pode contribuir para o combate ao comércio ilegal de animais silvestres no Brasil, mais significativamente.

"Aves, répteis, primatas e peixes ornamentais são os mais visados e vendidos como animais de estimação exóticos, ingredientes para a medicina tradicional ou para outros fins lucrativos. Essa atividade ilegal é uma ameaça para a nossa biodiversidade, mas também tem seu lado criminoso, por estar associada a certas práticas como lavagem de dinheiro, corrupção e violência", ressalta Raquel Machado.

Um caso mais recente, envolvendo uma famosa modelo e influenciadora digital, que teve dois micos-leões apreendidos em sua casa no mês de janeiro, depois de expô-los em uma rede social, culminou na investigação e prisão de uma quadrilha de traficantes de animais, que seria comandada por um bombeiro militar no Rio de Janeiro.

A presidente do Instituto Libio reforça que a retirada de animais silvestres da natureza também causam sérios danos à biodiversidade: "O tráfico da nossa fauna provoca um impacto sobre as populações de espécies; desestabiliza nossos ecossistemas; traz riscos de disseminação de doenças zoonóticas, que são transmitidas entre animais e humanos, a exemplo da gripe aviária; entre outros problemas ambientais e de saúde pública".

Meios de transporte

Quem pensa que, no Brasil, o tráfico de animais silvestres ocorre apenas por via terrestre, como carros, caminhões ou ônibus, atravessando as rodovias e fronteiras de forma ilegal, está enganado. "Temos casos de contrabando por via aérea. Geralmente, o traficante esconde os ovos das aves e até mesmo animais vivos em bagagens, malas ou no próprio corpo. Eles também podem ser levados como cargas em voos comerciais ou em aeronaves particulares", cita Raquel Machado.

O contrabando da fauna silvestre brasileira também é realizado por via marítima, em navios de carga, pequenas embarcações ou escondida em contêineres. "Já registramos situações de transporte via Correios, de animais ocultos em pacotes e caixas. Esse tipo de tráfico tem sido bastante disseminado na internet, por meio de sites e redes sociais, pelos quais os animais são anunciados e vendidos online. Na maioria das vezes, eles são disfarçados como outros produtos ou mercadorias", alerta a presidente do Instituto Libio.

Medidas necessárias

Em sua visão, o Brasil precisa urgentemente de uma legislação mais rigorosa; investimentos em fiscalização das fronteiras e nos principais pontos de entrada e saída do país, destinando mais recursos financeiros e tecnológicos para os órgãos responsáveis pela fiscalização, como o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). "O ideal seria aumentar o número de agentes fiscais, equipamentos e tecnologias que possam ser usadas no combate ao tráfico de animais", pontua Raquel Machado.

"Outra medida, que o Instituto Libio já promove com alunos em idade escolar, envolve a educação e a conscientização das pessoas, além de campanhas mais assertivas sobre os impactos negativos para nossa biodiversidade e meio ambiente", sugere a presidente da instituição.

A instituição, que possui reservas em São Paulo, Mato Grosso do Sul e Pará, acolhe animais vítimas do tráfico e maus-tratos no Mantenedor de Fauna Silvestre no interior do Estado de São Paulo. "Os animais que podem ser soltos na natureza são submetidos a um processo cuidadoso de reabilitação, conjuntamente com nossos parceiros, para depois serem soltos de forma branda, de volta ao seu meio ambiente. Porém, muitos desses animais que não têm condições de soltura na natureza, são mantidos no Mantenedor com o objetivo de terem uma qualidade de vida mais digna", destaca Raquel Machado.

Para a presidente do Instituto Libio, também é urgente implantar políticas públicas de cooperação com outros países, de forma integrada, compartilhando informações e boas práticas:

"Nós também incentivamos a denúncia de casos suspeitos, garantindo a proteção de quem denuncia, além de investimentos na influência e cobrança para formulação e implementação de políticas públicas voltadas à conservação e manejo sustentável dos recursos naturais, com o objetivo de reduzir a pressão sobre as populações de animais silvestres e desestimular o comércio ilegal de espécies brasileiras".

Como denunciar

Para denunciar casos reais ou suspeitos de tráfico de animais, o Instituto Libio informa os seguintes contatos:

• Ibama

Telefone: 0800 061 8080 ("Linha Verde" gratuita, de segunda a sexta-feira, das 7 às 19 horas)

Site: www.ibama.gov.br/fale-conosco

• Polícia Ambiental: Em alguns Estados brasileiros, existem delegacias especializadas em questões ambientais. Também há contatos locais via sites das secretarias estaduais de meio ambiente ou das polícias militares.

• Disque-Denúncia: Pelo número 181, a pessoa pode fazer uma denúncia de forma anônima, mantendo sua identidade em sigilo.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676